

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E O BRASIL



Antonio Candido (Organizador)
Antonio Arnoni Prado
Ilana Blaj
Luiz Dulci
Maria Odila Leite da Silva Dias
Raymundo Faoro
Ronaldo Vainfas

**Sérgio Buarque de Holanda
e o Brasil**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil / Antonio
Candido (organizador). — São Paulo : Editora Fundação
Perseu Abramo, 1998.

Vários autores.
ISBN 85-86469-08-4

1. Brasil — História 2. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982
I. Antonio Candido, 1918-

98-1400
CDD-907.202

Índice para catálogo sistemático:
1. Historiadores : Avaliação crítica 907.202

Antonio Candido (Organizador)
Antonio Arnoni Prado
Ilana Blaj
Luiz Dulci
Maria Odila Leite da Silva Dias
Raymundo Faoro
Ronaldo Vainfas

Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil

3ª reimpressão



Diretoria

Nilmário Miranda — presidente
Elói Pietá — vice-presidente
Flávio Jorge — diretor
Iole Iláda — diretora
Paulo Fiorilo — diretor licenciado
Selma Rocha — diretora licenciada

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Denise Dognini
Sandra Brazil

Capa e Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

Editoração Eletrônica (3ª reimpressão)

Antonio Kehl

Capa

Moema Cavalcanti

Este livro obedece às novas regras estabelecidas no
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

1ª edição: abril de 1998

2ª reimpressão: dezembro de 2002

3ª reimpressão: agosto de 2012

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 — São Paulo — SP — Brasil

Fone: (11) 5571-4299 — Fax: (11) 5571-0910

correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

www.fpabramo.org.br

Sumário

Apresentação, 7

Política e sociedade na obra
de Sérgio Buarque de Holanda
Maria Odila Leite da Silva Dias, 11

Sérgio Buarque de Holanda:
historiador da cultura material
Ilana Blaj, 29

Sérgio Buarque de Holanda:
historiador das representações mentais
Ronaldo Vainfas, 49

Sérgio Buarque de Holanda:
analista das instituições brasileiras
Raymundo Faoro, 59

Raízes do Brasil e o modernismo
Antonio Arnoni Prado, 71

A visão política de
Sérgio Buarque de Holanda
Antonio Candido, 81

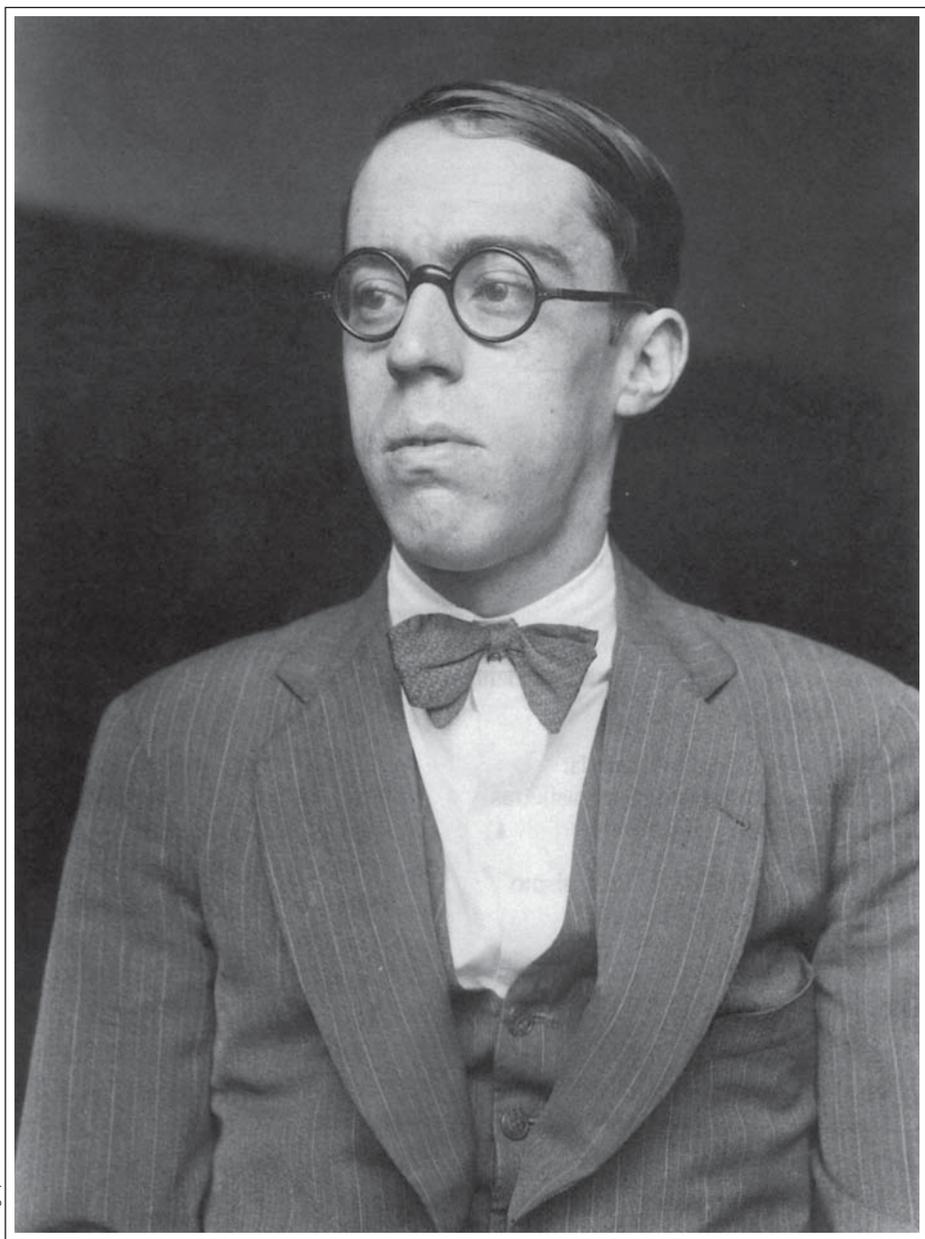
Sérgio Buarque de Holanda, petista
Luiz Dulci, 89

Obras de Sérgio Buarque de Holanda, 101

Cartas de Sérgio Buarque de Holanda para Mário de Andrade, 105

Fac-símiles de capas de primeiras edições
de obras de Sérgio Buarque de Holanda, 119

Fac-símiles de dedicatórias de Sérgio Buarque de Holanda, 129



Sérgio Buarque de Holanda (junho de 1929)

Apresentação

Nos dias 26 e 27 de novembro de 1997 a Fundação Perseu Abramo promoveu no Rio de Janeiro duas mesas redondas sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda, seguindo um roteiro que vai transcrito adiante.

Este livro reúne os textos das participações, faltando apenas a do professor Ronaldo Marcos dos Santos que, infelizmente, não pôde preparar o seu.

A escolha dos temas procurou favorecer uma visão compreensiva da obra de Sérgio Buarque de Holanda, tão original e criadora, sempre atual graças à solidez da vasta erudição, a beleza da escrita e a inspirada segurança dos pontos de vista. O leitor verá que os expositores agiram com liberdade no tratamento dos respectivos temas, algumas vezes transformando-os de maneira feliz em plataforma para reflexão mais ampla. Isso é sem dúvida positivo e corresponde à riqueza de uma obra que pode ser encarada de várias maneiras.

Com o presente livro a Fundação Perseu Abramo dá início a um projeto amplo, visando a estudar a produção de intelectuais brasileiros que contribuíram de modo saliente para o conhecimento e a interpretação da nossa história, da nossa sociedade e da nossa cultura. Além disso, presta homenagem a um grande historiador e crítico literário que se incorporou desde o primeiro momento ao Partido dos Trabalhadores,

Apresentação

no qual sempre acreditou sem hesitar e do qual foi até a morte membro entusiasta e dedicado.

Encarregado pela Fundação Perseu Abramo de planejar as mesas redondas, quero em nome dela e no meu próprio agradecer aos participantes, que atuaram com tanta seriedade e competência: professores Maria Odila Leite da Silva Dias, Ronaldo Vainfas, Ilana Blaj, Raymundo Faoro, Antonio Arnoni Prado, Ronaldo Marcos dos Santos e Luiz Dulci. Um agradecimento especial é devido ao professor Candido Antonio Mendes de Almeida, que não apenas abrigou o evento mas nele esteve presente, enriquecendo os trabalhos com uma significativa alocução.

São Paulo, março de 1998.

Seminário

Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil

Programa

26 DE NOVEMBRO

18h 30min - Abertura

- ♦ Luiz Dulci, presidente da Fundação Perseu Abramo, secretário municipal de Cultura de Belo Horizonte
- ♦ Professor Candido Antonio Mendes de Almeida

Primeira mesa – 19 horas

- ♦ O método histórico de Sérgio Buarque de Holanda, por Maria Odila Leite da Silva Dias.
- ♦ Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material, por Ilana Blaj.
- ♦ Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais, Ronaldo Vainfas.
- ♦ Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras, por Raymundo Faoro.

- ♦ Coordenação: vereador Jorge Bittar, membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

27 DE NOVEMBRO

Segunda mesa – 18h 30min

- ♦ Sérgio Buarque de Holanda: crítico literário, por Antonio Arnoni Prado.
- ♦ A visão política de Sérgio Buarque de Holanda, por Antonio Candido.
- ♦ Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda, por Ronaldo Marcos.
- ♦ Sérgio Buarque de Holanda petista, por Luiz Dulci.
- ♦ Coordenação: Hamilton Pereira, diretor da Fundação Perseu Abramo, secretário de Cultura do Governo do Distrito Federal.

SEMINÁRIO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E O BRASIL

REALIZAÇÃO: Fundação Perseu Abramo

COORDENAÇÃO: Professor Antonio Candido

ORGANIZAÇÃO: Jorge Bittar e Regina Toscano - Rio de Janeiro
Zilah Wendel Abramo e Mila Frati - São Paulo

COLABORAÇÃO: Faculdades Candido Mendes

DATA: 26 e 27 de novembro de 1997

LOCAL: Auditório Josué de Castro
Rua da Assembleia, 10
CEP 20010-010 - Rio de Janeiro – RJ

Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Maria Odila Leite da Silva Dias

Professora aposentada do Departamento de
História da USP e professora do Programa de
Pós-Graduação da PUC-SP.

Autora de *O fardo do homem branco* (1974),
Quotidiano e poder (1984) e *Rememranças na história:*
Maria Paes de Barros.

*Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de
uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos dei-
xou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão
imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da Histó-
ria e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do
que os outros, os que apenas escrevem a História¹.*

(Sérgio Buarque de Holanda)

Sérgio Buarque de Holanda foi um erudito brigado com valores tradicionais. Para ele o historiador nada podia aprender do passado, nem devia esperar dele soluções para problemas do presente. Deveria empenhar-se em desvendar no passado forças de transformação que pudessem indicar os caminhos para libertar-se dele. Foi modernista

1. HOLANDA, S. B. de. Introdução às memórias de Thomas Davatz. In.: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, 1985, p. 173-174 (Grandes cientistas sociais, 51).

e veio a ser um historiador iconoclasta, vale dizer crítico e engajado. Não foi propriamente um militante político, apesar de figurar, em 1980, como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. O seu era um engajamento de militância intelectual. Marcava-o uma atitude irreverente para com conceitos prontos. Em seu tempo foi um demolidor de ideologias que já trabalhava a historicidade dos valores que se tinham como permanentes. Em seu livro *Raízes do Brasil*, escrevia em 1936:

[...] erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem [...] E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação.²

A experiência urbanizadora que nosso país viveu nos últimos 40 anos propiciou possibilidades novas de interpretação para o estudo do fenômeno da desigualdade social, que teve um peso exagerado no processo de nossa formação. A urbanização, que concentrou nas cidades as populações regionais, rurais, contribuiu, indiretamente, para transformar parâmetros interpretativos viciados pelo etnocentrismo e por conceitos sistêmicos predeterminados, que em geral partilham a permanência ilusória dos valores ideológicos. Nada parecia mais importante para Sérgio Buarque de Holanda do que documentar diferenças e estudar especificidades da formação da sociedade brasileira, que se caracterizou por um processo de concentração de renda em um nível excepcionalmente maior do que o de outras sociedades contemporâneas.

A historiografia do Império foi durante muito tempo matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade. Dentro deste apanágio ideológico, só podia endossar a consolidação da hegemonia política das elites que projetaram a nação. Este projeto homogeneizante consistia numa missão de controle social, disciplinadora e civilizadora das imensas desigualdades sociais herdadas da sociedade escravista. Era

2. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 13ª ed., 1979, p. 5.

impossível dentro desta visão de sistema, de equilíbrio maior de uma sociedade, que se via do prisma do poder, chegar a documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos, as conjunturas, que envolviam modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos.

O termo compreender ou interpretar tem uma conotação precisa nas humanidades, pois sugere a necessidade de reconstruir o conhecimento de modo a poder trabalhar com especificidades e não com conceitos abstratos. Trabalhar com especificidades subentende valorizar os pormenores, o fragmentário e o não-determinante para que se possa construir um conhecimento, que nasce da desocultação, do decifrar como um processo que aspira a reconstruir seu todo sem ter para isso chaves conceituais formalizadas. O conhecimento que desvenda é um processo de descoberta³.

Trata-se de um conhecimento polêmico e engajado, pois chega a uma visão de conjunto por meio da percepção de fenômenos para os quais não formulou hipóteses iniciais. Sérgio Buarque de Holanda criticava nas elites dirigentes do país o seu intelectualismo improvisado e a tendência simplificadora de aceitar esquematismos superficiais, ou seja, a pretensão de governar por decretos, de importar modelos políticos europeus e de embuti-los nas leis, como se estas pudessem atuar indiferentes aos costumes políticos da sociedade brasileira.

Alem disso, em *Raízes do Brasil*, criticava a opção por reformas, que reforçavam as tradições em vez de desencadear mudanças. Neste livro, com relação aos intelectuais brasileiros, lamentou o seu modo abstrato e esquemático de pensar segundo modelos importados, assim como sua indiferença ou alheamento para com o conjunto social do país⁴. Opôs ressalvas veementes ao modo sistemático de pensar dos positivistas, mas também documentou a importação de ideologias políticas estrangeiras, como se uma Constituição, pelo simples fato de estar escrita, pudesse levar a transformações sociais.

Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez,
ainda mais do que seus antecessores, a ideia de que o país não pode

3. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador, In: _____ (org.). Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 11.

4. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 121.

5. Idem, *ibidem*, p. 125.

crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*.⁵

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. [...] Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós.”⁶

A distância entre a consciência social de alguns intelectuais afeitos à vida urbana e a realidade social foi se ampliando a partir da década de 1930. Enquanto isso, as elites optaram por fachadas e aparências de liberalismo.

Multiplicaram-se princípios abstratos com os quais pudessem vestir seus próprios interesses. [...] Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com ele um sistema lógico, homogêneo, a-histórico.⁷

Sérgio Buarque de Holanda também discordava do conceito de uma identidade nacional homogênea e fixa, presente na obra de Oliveira Vianna. Chamou atenção para a eventual incompatibilidade das instituições importadas com as realidades sociais do país, que as elites republicanas se recusavam a levar em conta.

Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro

6. Idem, *ibidem*, p. 119.

7. Idem, *ibidem*, p. 134.

social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.⁸

Como historiador impôs-se o desafio de desvendar estas possíveis incompatibilidades.

Nossa formação partira da implantação da cultura europeia.

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevisíveis, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros.⁹ Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa.¹⁰

Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibi-

8. Idem, *ibidem*, p. 142.

9. Idem, *ibidem*, p. 3.

10. Idem, *ibidem*, p. 142.

lidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Criticava nos historiadores o conceito do “espírito de uma época”, pois corriam o risco de deslumbrar-se mais pelas formas dominantes e perder de vista pormenores significativos. Este conceito falacioso poderia conduzir ao caminho mais fácil de reconhecer evidências óbvias e aparências enganosas¹¹. Como historiador chamava atenção para a importância dos mais imperceptíveis indícios, estes sim poderiam indicar um processo incipiente de vir a ser. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não determinante, o secundário. Destes é que proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser, da voz dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.

Era engajado o seu modo de escrever história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira. Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história. De que modo o historiador poderia apreender as falas dos figurantes mudos da história? Como interpretar indícios de mudanças e seus impasses? Mas qual o procedimento e que forma de conhecimento crítico possibilitaria uma visão do processo histórico liberta das peias da tradição e de valores antiquados, que emperravam o horizonte do observador? Como é que o historiador poderia libertar-se de conceitos preestabelecidos e apreender experiências da vida? “[...] Muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver”¹².

Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada deveria o historiador partir do estudo da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidades, experiências

11. HOLANDA, S. B. de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 30.

12. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 133.

de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como uma condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social. Tratava-se na historiografia de aceitar o provisório como necessário. Caberia ao historiador o desafio de discernir e de apreender, juntamente com valores ideológicos preexistentes, as possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que conviviam entre si no processo de formação da sociedade brasileira sem uma necessária coerência. Do passado, na verdade, só vislumbramos temas e fragmentos de experiências que nossa contemporaneidade nos permite entrever. Estes temas e fragmentos certamente, por sua vez, mudarão com a linha do horizonte do nosso conhecimento, que nunca é fixo.

A variedade de pontos de vista deveria ser documentada pelo historiador assim como a diversidade mutável dos interesses. Essa mesma variedade encerra para nós uma vantagem preciosa, servindo para dar realce aos problemas culturais, sociais e econômicos que ficariam obscurecidos em muitos pontos, se nos fossem propostos sob uma forma unilateral e incolor. Ela faz fixar melhor as divergências, medir, calcular seus motivos, ajudando a não aceitar sem críticas as opiniões parciais. É dessas opiniões que se faz a história em grande parte e a história do Brasil em quase tudo. Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes que os outros que apenas escrevem a História.¹³

Tudo isto para enfatizar a importância na historiografia do desvendar de conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem lhes impor de antemão conceitos e categorias abstratas. Estas terão que dar precedência à interpretação das condições de vida de grupos sociais, que mal começamos a discernir, por meio de parâmetros ideológicos

13. HOLANDA, S. B. de. Introdução às memórias de Thomas Davatz. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.), Sérgio Buarque de Holanda, op.cit., p. 173-174.

outros do que aqueles que os relegavam a um lugar subordinado, subalterno ou de antemão configurado. Essas permissas de Sérgio Buarque de Holanda abriram, sem dúvida, uma perspectiva inovadora para a historiografia das classes trabalhadoras no Brasil.

A formação das classes trabalhadoras nas diferentes regiões do país representou um impasse para as classes dominantes, provocando processos políticos drásticos para fortalecer-lhes a hegemonia. Durante muito tempo este processo de consolidação da hegemonia das classes sociais, que lidaram com o problema da desagregação final da escravidão, tornou impossível este exercício de desocultação da experiência de grupos sociais não determinantes nem hegemônicos e das vicissitudes pelas quais passaram, no processo de sua inserção nas sociedades locais, regionais, para não nos remetermos de novo à própria hegemonia do poder, que constituía o país, a nação, o governo. Custou muito poder de discernimento para que os historiadores conseguissem espaço necessário para o estudo da resistência, que ofereceram os grupos sociais a esta política de dominação.

Sérgio Buarque de Holanda foi um pioneiro deste modo de desvendar o passado dentro de um prisma engajado, que visava uma redefinição do político, a preeminência do social e as possibilidades de transformação da sociedade brasileira. Dentro do seu enfoque preso ao relativismo cultural e ao devassar crítico do capitalismo iniciado por Marx e por Weber, aproximou-se precocemente de uma tendência de crítica interpretativa dos fenômenos urbanos. Em 1929, durante sua estada em Berlim, pôde usufruir da leitura, por exemplo, dos artigos de Krakauer nos jornais de Frankfurt e de Berlim. Ou dos escritos de Theodor Adorno e Walter Benjamin, cuja interpretação do processo social aderiu aos microcosmos, aos eventos imperceptíveis, às unidades de sentido provisórias, que procuravam captar no seu vir a ser no tempo, desvinculadas do enquadramento prefixado em etapas cronológicas, seja as que pudessem levar o historiador a um exagerado fascínio pelo conceito, que considerava falacioso, do “espírito de uma época” ou a deixar-se fixar no estudo de supostas “etapas de consolidação do Estado nacional”.

A experiência urbanizadora que Sérgio Buarque de Holanda viveu em Berlim já era tema dos estudos de Georg Simmel ou de Krakauer como o seria também de Walter Benjamin. Através do prisma compa-

rativo com processos ocorridos em outras metrópoles como Londres ou Paris, procuravam estes sociólogos ou críticos da cultura entender especificidades do processo urbanizador, a partir da crítica da reificação e do fenômeno de massificação. Sérgio Buarque de Holanda admirava a obra de Georg Lukács, no sentido de entender a consciência social como processo eminentemente histórico e enquadrado na especificidade da experiência das classes sociais e de suas possibilidades de conscientização, que variavam de uma sociedade histórica para outra.

Para Sérgio Buarque de Holanda foi importante este caminho interpretativo, a partir do qual conjunturas específicas eram desvinculadas de seu enquadramento institucional. Renovar a historiografia implicava apreender conjunturas específicas de formação das classes sociais. Numa sociedade escravista o processo de formação das classes trabalhadoras diferia bastante do modelo dos países europeus industrializados. Ao estudar a política e a sociedade da fase de transição para a República, enfatizava certas peculiaridades inerentes aos regionalismos brasileiros, tais como a falta de uma burguesia ou de classes médias à feição da burguesia europeia ou norte-americana.

Outra era a articulação da sociedade, outros os critérios básicos de exploração econômica e da repartição de privilégios, de sorte que não podiam, essas ideias, ter o sentido que lhes era dado em partes da Europa ou da antiga América inglesa [...] ¹⁴

De nada adiantaria lançar mão de mecanicismos marxistas:

Não se podia esperar coisa diversa em terra onde, a rigor, também não havia proletários, mas trabalhadores capturados e compulsoriamente empregados em atividades julgadas menos dignas de homens livres. ¹⁵

Captar pormenores significativos ou totalidades significativas no dizer de Dilthey, autor que admirava e que leu durante sua estada na Alemanha, em 1929, significava a possibilidade do historiador interpretar, a partir de

14. HOLANDA, S. B. de. Do Império à República. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. São Paulo, Difel, 1972, tomo II, v. 5, p. 78.

15. Idem, *ibidem*, p. 78.

uma urdidura de indícios sem parâmetros ou hipóteses preestabelecidos. Foi para ele uma condição indispensável para poder pensar a renovação da historiografia brasileira, no sentido de desmistificar critérios implantados por historiadores como Oliveira Vianna ou Alberto Torres. Estes, apegados a uma tradição centralizadora e autoritária, pretendiam fixar uma identidade nacional que, para Sérgio Buarque de Holanda, em sua *História geral da civilização brasileira*, se afigurava como uma pluralidade de processos de vir a ser específicos dos vários regionalismos brasileiros. Tinha, como historiador, a preocupação de evitar generalizações, de renovar as balizas da historiografia tradicional a partir da elaboração de circunstâncias singulares, de forças atuantes como indícios de processos de transformação e não como etapas de formação da nacionalidade, dentro de uma perspectiva global já estabelecida. Seus trabalhos se caracterizaram por este devassar criterioso a que se referia, citando Krakauer, como a uma “terra incógnita”.

Nenhuma ideia, nenhuma lei, pode converter-se por si só, independentemente de condições ‘atuais’ que tornavam possível seu aparecimento e seu florescimento, em força decisiva na história dos povos ou sequer na história das ideias.¹⁶

No seu empenho em desmistificar ideologias e conceitos preestabelecidos, Sérgio Buarque de Holanda abriu perspectivas inovadoras para compreender a temporalidade de processos, que encobriam forças sociais ainda incipientes, que mal tomavam forma em seu vir a ser no tempo.

Criticava nos historiadores ou cientistas sociais em geral a mania das palavras terminadas em *ismo*. Opunha-se a quaisquer generalidades como os famigerados espírito do capitalismo, mercantilismo, liberalismo, feudalismo. Para Sérgio Buarque de Holanda parecia imprescindível que o historiador pudesse trabalhar *na ausência do preemptório*. Na obra de Gilberto Freyre, elogiava particularmente “a arte consumada com que ele algumas vezes torna plausível sua mobilização do maior número possível de dados ao redor do tema central”¹⁷. Citando Henri Pirenne, escrevia: “Existem, em suma, diversas verdades para uma só coisa: é um pouco como, na pintura, uma questão de iluminação”¹⁸.”

16. HOLANDA, S. B. de. *Tentativas de mitologia*, op. cit., p. 209.

17. Idem, *ibidem*, p. 114.

18. Idem, *ibidem*, p. 115-116.

Tratava-se do principal desafio do ofício do historiador. Era preciso que este desenvolvesse um estilo de escrever capaz de interpretar nuances e fenômenos muitas vezes incipientes, ainda mal definidos em seu processo de vir a ser. Admirava o estilo de escrever cumulativo do historiador que sabia alternar o descritivo com o interpretativo¹⁹.

A seu ver, era preciso começar por documentar processos sociais não determinantes, o que por si já exigia uma abertura ideológica e metodológica inovadora, difícil para uma intelectualidade formada num sistema centralizador, autoritário e inserida na compartimentação do saber universitário. Graças à sua obra, escrita entre as décadas de 1930 e 1970, a historiografia brasileira pôde transcender enquadramentos de formação do Estado nacional e descortinar diferenças. Grupos sociais “outros” apareciam, contudo, ainda inseridos numa perspectiva globalizante, vistos como desordeiros ou subordinados ao todo da nação, do poder, da ordem dominante. Aceitar o outro implicava abrir-se para uma pluralidade de possibilidades de participação até então negadas para o conjunto da sociedade. Olhares ambíguos ainda influenciados pelas escolas funcionalistas e mesmo estruturalistas vislumbraram a possibilidade de uma pluralidade de sujeitos históricos.

Ao desvendar deste modo o sincrônico e o diacrônico, apegado à elaboração dos diferentes ritmos de tempo, Sérgio Buarque de Holanda abriu o caminho da historiografia social e da cultura para a noção da pluralidade de sujeitos e de múltiplas temporalidades. Esta trilha pioneira que indicou tornou possível aos historiadores das últimas décadas dar voz aos oprimidos e desvendar processos informais (não determinantes) da história do Brasil. É o que nos permitiu, de certa forma, reelaborar a noção de cidadania e estendê-la a uma diversidade de sujeitos sociais, que durante muito tempo não figuravam nas obras dos historiadores. Redefinir o conceito de cidadania para Sérgio Buarque de Holanda implicava antes de tudo aceitar a historicidade do próprio conceito e sua independência de valores de uma ideologia hegemônica. Seu esforço precípuo consistiu em devassar pluralidades e buscar “métodos para temas movediços”²⁰. Em “Metais e pedras preciosas”, escrevia em 1960:

19. “O assunto desenvolve-se aqui por meio de caprichosas circunvoluções e os motivos se articulam em cotovelos por vezes tão agudos que podem embaraçar o caminho do leitor mais atento.” *Idem*, *ibidem*, p. 113-114.

20. HOLANDA, S. B. de. *Cobra de vidro*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 137.

Existe, é claro, a norma externa, ao menos como um modelo formal, pois qualquer sociedade de homens se há de pretender civil e bem composta. Mas como impedir que venham constantemente à tona os contrastes entre a idealidade e uma realidade tangível e bruta? O que de tudo ressalta é a estrutura movediça que se desmancha, em partes, e se recompõe continuamente, ao sabor de contingências imprevisíveis.²¹

Era o seu modo de conceituar o processo histórico. Não existia para ele o conceito de “um sentido da história”, nem um tempo linear e contínuo. O devir era a cada instante um processo contínuo de estruturação e desestruturação. No seu ensaio sobre a obra de Ranke citava as durações de Braudel, juntamente com os ritmos de tempo definidos por outro historiador, o alemão Otto Hintze. Segundo a teoria de Hintze:

[...] há um ritmo, o evolutivo, que se passa sobretudo no domínio do inconsciente e do instintivo, enquanto o outro, que seria o dialético, depende mais dos fatores conscientes e espirituais. Aquele move-se de maneira mais coerente e constante, este em contrastes ríspidos que reiteradamente vão emergindo e imergindo.²²

A noção da mudança e das discontinuidades do tempo foi um aporte do historicismo, assim como a ideia de que são cambiantes e provisórios todos os valores, que se pretendem universais ou permanentes. A este respeito, Sérgio Buarque citava um historiador alemão, Theodor Schieder, para o qual “as necessidades do homem, assim como os valores e as normas que o homem estabeleceu, se sujeitam à lei da mudança histórica e, em suma, existem apenas em formas mutáveis”²³.

Quando escreveu *Raízes do Brasil*, ainda mal se desencadeara o processo de industrialização e de urbanização, que transformou drasticamente as perspectivas da sociedade brasileira como um todo.

21. HOLANDA, S. B. de. A administração, economia e sociedade. In: *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960, t. 1, v. 2, p. 297.

22. HOLANDA, S. B. de. O atual e o inatual em L. Von Ranke. In: _____ (org.). *Ranke*. São Paulo, Ática, 1978, p. 59 (Grandes cientistas sociais, 8).

23. Idem, *ibidem*, p. 58.

A urbanização trouxe perspectivas novas para uma redefinição do político. Este livro pioneiro de Sérgio Buarque de Holanda permanece atual e estão ainda pendentes, e abertos à exploração construtiva, os problemas que levantou relativos às dificuldades de transformar os costumes políticos no Brasil.

Uma sociedade como a brasileira, radicalmente dividida de si mesma, caracterizada por enorme concentração de poder, de riqueza, de cultura e de ideologia nacionalizante, viveu com dificuldade o impacto da experiência urbanizadora. Inseridos neste drástico contexto social, procuraram os historiadores armar-se no seu *métier* de métodos diferentes de abordagens para aceitar uma pluralidade de experiências históricas, sem lhes atribuir aspectos de desintegração, de inerente desordem ou de anomia. Documentar experiências outras de vida, aceitar conjunturas sociais fragmentadas a desafiar globalidades tidas como certas, nacionais, coerentes com sistemas ideológicos pré-definidos, globalizantes, fundadores, ainda faz parte da luta pela abrangência do social por oposição ao político ou ao nacional. Reinterpretar o social ainda pressupõe novas redefinições da cidadania política.

O radicalismo dos diagnósticos sobre as possibilidades de mudança na sociedade brasileira foram enunciados com clareza e sem ilusões quanto às dificuldades do processo em *Raízes do Brasil*, seu primeiro livro, iniciado em 1927 e publicado em 1936. A abolição da escravidão, a construção das estradas de ferro, dos transportes urbanos e, sobretudo, o crescimento das cidades prenunciavam rupturas com as raízes coloniais, escravistas, com a herança portuguesa de uma sociedade eminentemente autoritária, hierarquizada e conservadora de privilégios adquiridos. Tanto no Nordeste açucareiro como na economia do café transformavam-se as relações de trabalho e aproximavam-se das relações que caracterizavam os centros de exploração industrial com tudo o que este processo implicava em tensões e conflitos latentes, principalmente na província de São Paulo onde a vinda de imigrantes europeus propiciara uma diversidade social anteriormente inexistente²⁴.

Em seu livro *Raízes do Brasil*, pressentia o início de uma transformação profunda e estrutural das relações entre o rural e o urbano no Brasil de seu tempo. “Estariamos vivendo assim entre dois mundos:

24. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 130-131.

um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.”²⁵ Vislumbrou o alcance do processo de urbanização que apenas começava:

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo.²⁶

Entretanto, para que as forças novas pudessem atuar livremente, seria preciso romper com interesses consolidados pelas elites dirigentes. “Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?”²⁷

Em particular, os costumes políticos ofereciam grandes obstáculos à renovação social do país. Certa infixidez das classes sociais associadas a um Estado centralizador e despótico travavam as novas forças sociais atuantes. Seria preciso mudar as relações entre política e sociedade, que insistiam em manter traços arcaicos herdados da colonização portuguesa e do Império. Estes traços arcaicos se caracterizavam por uma tendência a esconder e a conter qualquer manifestação de conflito. A perda do domínio dos setores rurais anunciava finalmente uma ruptura com os valores arcaicos, que mais diretamente nos prendiam à herança dos portugueses. A exacerbação do personalismo, o preconceito contra o trabalho manual, o aparelho de Estado precocemente fortalecido no Império, quando a sociedade ainda era escravista, opunham os dois mundos cujo confronto já era iminente — uma sociedade nova que se urbanizava e um Estado arcaico aferrado a princípios ditatoriais.

Fatores importantes que dificultavam a superação do abismo, que se tinha consolidado entre a sociedade, suas necessidades novas e a política, que apesar da mudança da forma de governo monárquico para o republicano permanecia asfixiada pelo corporativismo dos interesses herdados, pelo nepotismo e pelo prestígio dos conchavos

25. Idem, *ibidem*, p. 135.

26. Idem, *ibidem*, p. 131.

27. Idem, *ibidem*, p. 46.

pessoais, que impediam a proliferação de relações sociais novas, libertas do jugo do passado.

Em seu livro *Do Império à República*, publicado em 1972, voltou novamente como em *Raízes do Brasil*, escrito em 1936, a abordar as vicissitudes das relações entre política e sociedade no Império. Um processo de retração da participação política no Segundo Reinado, acelerado a partir da reforma eleitoral de 1881, assim como a improvisação de um sistema representativo, que não passava de uma fachada artificial, eram apenas aspectos de forças mais amplas capazes de concentrar de forma ditatorial o poder pessoal do Imperador e impedir por muitos anos a emergência de novos sujeitos políticos:

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente²⁸.

A seu ver, no Brasil, o preconceito contra o trabalho manual tinha como contrapartida

uma reduzida capacidade de organização social. [...] Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português [...] do que a luta insana pelo pão de cada dia. [...] Certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as ideias de solidariedade²⁹.

Ressaltava o historiador as dificuldades estruturais herdadas de uma sociedade escravista, que se caracterizava por enorme concentração da riqueza e do poder. Eram imensas as forças de resistência às possibilidades novas de organização política dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores do meio urbano.

28. Idem, *ibidem*, p. 31.

29. Idem, *ibidem*, p. 10.

É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.³⁰

Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de refrearem as paixões particulares momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas.³¹

A figura do homem cordial representou este aspecto conciliador das elites, preocupadas em atrair simpatias pessoais, em reforçar alianças de interesses particulares, familiares, oligárquicos. Através da metáfora da cordialidade referia-se à preocupação das elites dirigentes brasileiras de manter uma aparente harmonia, assim como a sua capacidade de reagir com violência, quando os conchavos pessoais não bastavam.

Ao homem cordial, eventualmente violento e anárquico, o historiador opôs a figura do homem polido, capaz de controlar seus ímpetos pessoais diante da preeminência de interesses coletivos. Estudou o costume generalizado na população urbana de tratar familiarmente os interlocutores pelo primeiro nome, abolindo o emprego dos sobrenomes de família, o que interpretava não como aspecto democratizante, mas como um sintoma da necessidade de aparentar harmonia, de desfazer facções e diferenças e de apelar para o emotivo. Contrastou nos países modernos as características ordenadoras da educação cívica e da capacidade racional de organização política às tradições de prepotência pessoal e do mandonismo local, estudando a persistência na sociedade brasileira de

30. Idem, *ibidem*, p. 4.

31. Idem, *ibidem*, p. 5.

certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade³².

Em oposição às tendências racionalizadoras do capitalismo moderno apontadas por Marx e Weber, Sérgio Buarque documentou no Brasil republicano a persistência do compadrio e de laços de relacionamento afetivo e pessoal.

Corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da 'concordia', repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue [...]³³

Em 1972, o historiador retomou este tema da oposição que distanciava e opunha uma a outra necessidades sociais, enquanto forças atuantes na sociedade brasileira e costumes políticos corruptos. Estudou a formação das elites dirigentes do Império, a reforma de 1881, agravada em 1890 com a proibição do direito de voto dos analfabetos, culminando com a concentração ditatorial de poder nas mãos de D. Pedro II, o seu desproporcionado poder pessoal e as dificuldades de estabelecer um sistema representativo no Brasil. Documentou o controle corrupto das eleições, o clientelismo político, a formação do patronato e do funcionalismo público no Brasil como fatores preponderantes de um sistema político artificial das elites, que se construiu e se reforçou por meio do processo de cooptação política das classes emergentes urbanas, no caso a adesão dos funcionários públicos ao sistema político e administrativo corporativista do Estado, que prenunciava, de certa forma, a política populista do Estado Novo e a cooptação dos sindicatos à órbita política do Estado³⁴.

32. Idem, *ibidem*, p. 99.

33. Idem, *ibidem*, p. 109.

34. HOLANDA, S. B. de. *Do Império à República*, op. cit., p. 79.

Juntamente com as várias formas de cooptação política, chamou atenção para a tendência de vir de cima toda e qualquer iniciativa reformadora no Brasil Império e na República Velha. Fundador do PT em 1980, o historiador tinha, em sua obra, deslindado as possibilidades de apreender mudanças sociais e de, um dia talvez, sobrepor as necessidades sociais aos valores ideológicos sempre transitórios dos indivíduos em sociedade. Mais que isso, tinha documentado uma lenta e gradativa tendência política de alijar do poder os menos favorecidos. Em seu último livro de história política, de rara beleza literária, documentou os meandros, as vicissitudes e as ambiguidades dos costumes políticos brasileiros, como a querer fazer um balanço das contradições do seu vir a ser:

contradições [...] entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente entre uma carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita, que pende para o parlamentarismo.³⁵

A historiografia social, da cultura, do cotidiano carecia de novos prismas teóricos e ideológicos para poder interpretar fenômenos sociais, que não se deixavam apreender por meio de enfoques tradicionais, por isso deve muito ao pioneirismo irreverente de Sérgio Buarque de Holanda.

35. Idem, *ibidem*, p. 68-69.

Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material

Ilana Blaj

Professora de história do Brasil colonial do Departamento de História da FFLCH—USP, especialista em São Paulo colonial. Sua tese de doutoramento, *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial*.

[...] a lentidão com que, no planalto paulista, se vão impor costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole [...] terá profundas consequências. Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitanias, a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo, não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.¹

1. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 20.

Historiador da cultura material

A citação acima expressa, por si só, a riqueza, o dinamismo e a pluralidade contidos na análise de Sérgio Buarque de Holanda acerca do processo de colonização do planalto paulista. Costumes, técnicas, tradições, adaptação contínua às asperezas do meio, flexibilidades e imposições perfazem a vida material e o cotidiano do antigo morador da São Paulo colonial. Ambos — vida material e cotidiano — entrecruzam-se constantemente, formando um todo único, percorrendo múltiplos caminhos, chegando a inúmeras fronteiras, constituindo, enfim, a cultura na sua acepção mais ampla, a cultura enquanto totalidade.

Com efeito, cultura material para Sérgio Buarque de Holanda não é o mero reflexo da ação dos homens, não contém o significado de uma legado passivo² e também não pode ser confundida com uma história das técnicas. O notável historiador não se aproxima dos múltiplos elementos da vida e da cultura material como mera ilustração, o que implicaria no reducionismo, nem com perguntas feitas aprioristicamente, o que transformaria as produções e reproduções da vida concreta em simples corroboração. Ao contrário, deixa que os elementos da cultura material falem por si e, desta forma, revelem as múltiplas dimensões da vida real, as dimensões do social, do mental e do cotidiano.

Cultura material e cotidiano são, igualmente, a base para a reconstrução do passado histórico. Ao enfatizar o habitual, o repetido, o miúdo, as permanências, não se cristaliza uma história imóvel, fora da “dialética do tempo curto e do tempo longo”, tomando-se a expressão de Michel Vovelle³. O cotidiano não significa apenas a rotina, a permanência. Ele contém em si a ideia do movimento e da mudança, pois é no cotidiano que se inventam e se reinventam as experiências. São as múltiplas temporalidades, o que rompe com a linearidade; são os múltiplos sujeitos com suas identidades igualmente múltiplas; é o jogo constante da produção e da reprodução.

A vida cotidiana, como discute Agnes Heller, não está fora da história mas no centro do acontecer histórico; é a essência da substância social: “o que assimila a cotidianidade de sua época assimila também,

2. Parafraseando Richard Morse, cultura material e civilização seriam antes uma aventura e não um encargo; em *O espelho de Próspero*. Cultura e ideias nas Américas. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 22.

3. VOVELLE, Michel. Um tempo mais longo: resistências e longa duração nas mentalidades coletivas. In: *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

com isso, o passado da humanidade.”⁴ Ainda na acepção de Heller, o indivíduo é sempre particular e genérico. Enquanto ser particular, é único e irrepetível; mas enquanto ser genérico traz em si a realidade social, sendo produto e expressão da mesma.

No cotidiano, portanto, na repetição, no miúdo, nas permanências e singularidades, encontramos a própria história, a síntese da produção e da reprodução da existência em todas as suas dimensões, o que implica, necessariamente, em um ponto de chegada, mas, como a história não é imóvel nem o cotidiano o é, implica também em um ponto de partida, daí ser igualmente mudança e movimento, abrindo caminhos, rompendo com o peso do passado.

Assim, cotidiano e cultura material são base e fonte, pois um implica necessariamente o outro, e, nas múltiplas urdiduras do “fazer cotidiano”, que contém em si a vida material, é o próprio movimento que se delinea, é o fazer constante, é o eterno vir a ser, é o “processo histórico apreendido e configurado de maneira viva e crítica”⁵.

Fernando Novais, no prefácio à última reedição de *Caminhos e fronteiras*, afirma ser “gratificante ver Sérgio Buarque praticando um estudo de civilização material em estilo braudeliano *avant la lettre*”⁶. Poderíamos dizer que, na mesma obra, é também o historiador do cotidiano, levando-nos a percorrer as veredas que conduziam ao sertão desconhecido, fazendo-nos conhecer os perigos das “frechas, feras, febres”⁷, mas, igualmente, experimentar o gosto em esgaravatar o pé, com tesoura ou alfinete, para tentar dar cabo do bicho-de-pé, prática prazerosa “por causa do excitante arrepio e do torpor acre e voluptuoso que comunicava aos membros”⁸.

É também o historiador das mentalidades, hoje acertadamente pensada, enquanto história cultural⁹, que nos desvenda a lenda do curupira e do saci, que andavam com os pés virados para trás, indicando a prática

4. HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 20.

5. BLAJ, Ilana e MALUF, Marina. Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista de História*, São Paulo, USP, janeiro-julho 1990, nº 122, p. 18.

6. NOVAIS, Fernando A. Prefácio. In: HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 8. É esta edição que foi a utilizada para este artigo.

7. Título do sétimo capítulo de *Caminhos e fronteiras*.

8. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 102.

9. A esse respeito, veja-se a discussão empreendida por Ronaldo Vainfas, *História das mentalidades e história cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

indígena de assim caminhar a fim de “dissimular ao inimigo todas as pistas que possa deixar sua marcha através dos sítios mais infestados [...]”¹⁰; é por meio de sua narração que apreendemos o porquê das precauções dos guaranis da margem ocidental do Paraná, na sua faina de extrair o mel, em não danificarem as colmeias; é a preocupação em não ofenderem “a memória sagrada de seu antepassado Derekey, que as abelhas mandaiaias [...] alimentaram durante a infância”¹¹; igualmente, no capítulo “Botica da Natureza”, as práticas curativas que utilizavam os dentes de jacarés, as unhas do tamanduá-bandeira, as pedras tiradas do bucho da anta, revelam uma “estranha farmacopeia [que] explica-se, em muitos casos, pelo gosto do maravilhoso, que perseguia os doutores quinhentistas: herança da ciência medieval, a que o descobridor de novas terras viera dar maior relevo”¹².

Na obra de Sérgio Buarque de Holanda a pluralidade se impõe no evidenciar dos caminhos que traduzem o movimento do processo histórico. É a dinâmica contínua entre o tradicional e o novo gerando o mais novo, ou, no dizer de Maria Odila Leite da Silva Dias: são

as tensões do devir, o movimento e confronto de forças contraditórias, que se opunham numa certa época e chegavam às vezes a exaurir-se após impasse crítico, do qual emergiam formas e forças novas, que transformavam os homens e seu *modus vivendi*¹³;

é a interação, sempre tensional, entre meio-cultura-sociedade, é a metodologia dos contrários apontada por Antonio Candido no prefácio à 5ª edição de *Raízes do Brasil*¹⁴, enfim, é a cultura material e o cotidiano perfazendo a própria cultura enquanto totalidade.

Dessa forma, o movimento é sempre evidenciado por meio de seus múltiplos agentes e não de uma causalidade unívoca que o historiador rejeita de maneira irônica:

10. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 31.

11. Idem, *ibidem*, p. 46.

12. Idem, *ibidem*, p. 81.

13. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: _____. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, 1985, p. 17. (Grandes cientistas sociais, 51)

14. MELLO e SOUZA, Antonio Candido de. Prefácio. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969, p. XIV.

Desse jeito a multiplicidade dos pequeninos incidentes históricos, não raro discrepantes entre si, passa a adquirir ampla moldura, como convém, e clareados de uma luz que parece vinda de cima, recebem a inteireza, a coerência interna, a inteligibilidade que antes lhes faltavam. E as certezas que acaba por infundir têm o cunho das verdades canônicas, fazendo-se, além disso, altamente contagiosas.¹⁵

Esse movimento pode também ser entendido, em grande parte de suas obras, como o próprio percurso do paulista: desde a sua chegada ao planalto de Piratininga e a premente necessidade de sobrevivência, levando-o a atravessar *Caminhos e fronteiras* — o que explicaria, por sua vez, os *Movimentos da população em São Paulo no século XVII* — até sua transformação em comerciante fluvial, integrando as inúmeras *Monções* que visavam abastecer as conquistas bandeirantes no *extremo oeste*¹⁶.

Este percurso, este perambular pelos sertões, não é algo inato, espécie de “paixão ambulatória” no dizer de Charles Boxer¹⁷, mas articula-se ao que Sérgio Buarque denomina de vocação para o espaço, que traduziria o próprio ideal de permanência e de estabilidade do paulista. Em outras palavras,

a mobilidade dos paulistas estava condicionada, em grande parte, a certa insuficiência do meio em que viviam; [...] Distanciados dos centros de consumo, incapacitados, por isso, de importar em apreciável escala os negros africanos, eles deverão contentar-se com o braço indígena — os ‘negros’ da terra —; para obtê-lo é que são forçados a correr sertões inóspitos e ignorados¹⁸.

15. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 90.

16. Serão analisadas, neste artigo, algumas passagens dos seguintes escritos de Sérgio Buarque de Holanda: *Monções*, na 2ª edição já referida da editora Alfa-Ômega e na 3ª edição ampliada, editada pela Brasiliense em 1990; *Caminhos e fronteiras*, já citado; *Movimentos da população em São Paulo no século XVII*, que foi publicado erroneamente como século XVIII em *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, USP, 1966, nº 1; e *O extremo oeste*, já citado.

17. BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil*. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo, Nacional, 1963, p. 46.

18. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 20.

Assim, a chamada vocação para o espaço é, ao mesmo tempo, atitude e necessidade, o que resulta claro no artigo “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”, em que este conceito articula-se diretamente à cultura material. O índio não representa apenas a mão de obra da qual se vale o colono, mas este apropria-se do próprio saber indígena sobre o cultivo da terra, praticando as queimadas, semeando sem planejamento, deixando novamente crescer o mato depois da safra, queimando mais uma vez, esquecendo-se da rotação de cultivos, do esterco e do arado, até o esgotamento do solo, o que o impulsiona para novos espaços a fim de obter novas terras.

A multiplicidade de fatores expressa-se dialeticamente: o colono paulista, para atingir o que Sérgio Buarque denomina de “equilíbrio vital”, necessita do braço indígena e de terras férteis. Porém, o gentio, devido ao regime esfalfante de trabalho e às doenças, logo é dizimado; as terras, por sua vez, graças aos métodos predatórios de cultivo, tornam-se estéreis, o que leva o paulista a novos caminhos. É este o movimento que concretiza a vocação para o espaço:

[...] seria baldado querer explicar a mobilidade que distingue singularmente os homens do planalto, apelando apenas para seu coração aventureiro. À raiz dessa atividade expansionista, o que primeiro se há de frisar, cumpre redizê-lo, é a má distribuição dos solos e é, sobretudo, o mau uso deles, com o que logo se fazem imprestáveis. A atração exercida por áreas espaçosas e vestidas de mato grosso, o acesso mais fácil à mão de obra indígena [...] tudo isso vai somar-se, como estimulante enérgico, àqueles fatores.¹⁹

Assim, contrariando os escritos dos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nada há de apologético no nosso ancestral bandeirante. Seu famoso gibão, aliás já utilizado desde os inícios do século XVI pelos espanhóis na América, que por sua vez o copiaram dos maias, representa, na verdade, uma arma defensiva face à eficácia das flechas indígenas²⁰; suas vestes garbosas, dignas de verdadeiros heróis, seriam fruto de toda uma historiografia dita “paulística”

19. HOLANDA, S. B. de. *Movimentos da população em São Paulo...*, op. cit., p. 92.

20. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 116-118.

que cristalizou a imagem do bandeirante aventureiro e promotor da expansão territorial que teria conformado o nosso país:

É de representações semelhantes que deve ter nascido uma já vasta e frondosa iconografia, onde tudo, a começar pela indumentária atribuída a heróis tão assinalados contra a realidade relutante da história, deve exibi-los a posar sobranceiros para a eternidade, como se tivessem cuidado de organizar a glória póstuma. A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo.²¹

Ainda no sentido da desconstrução: as próprias bandeiras, tradicionalmente vistas como expedições militares, teriam, como traço dominante, seu caráter de empresa comercial, destinada ao apresamento, repartição e venda do indígena²²; a conquista do que seria hoje a região de Mato Grosso e Goiás deve também ser atribuída ao retraimento dos castelhanos, seduzidos pelas riquezas de Potosi, e à cumplicidade do governador paraguaio D. Luís de Céspedes Xeria²³; o desbaratamento das missões do Guairá pode, igualmente, ser entendido pela decadência de Assunção, fruto da divisão administrativa realizada pela Espanha em 1617, e aos constantes conflitos entre missionários e encomendeiros²⁴.

Dessa forma, se o bandeirante não é o herói altivo, valente e rebelde, se deve-se levar necessariamente em conta a multiplicidade de agentes e de fatores que cercam a vida e a ação em determinado momento, necessário se faz acompanhar o percurso do paulista tomando como base o cotidiano e a cultura material, este todo único, rico e fecundo que contém em si o movimento tenso e dialético, movimento que leva aos caminhos, mas também às fronteiras, às sedimentações provisórias.

21. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, op. cit., p. 26.

22. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 182-184.

23. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, op. cit., p. 96-102.

24. Idem, ibidem, p.140-141.

Historiador da cultura material

Para Sérgio Buarque, cada época, cada formação social, tem seu próprio centro de gravidade, sua unidade de sentido, que deverá ser apreendida por meio da compreensão (*verstehen*). Assim, impõe-se resgatar continuamente o singular, o específico, a multiplicidade de agentes e de fatores presentes e atuantes na interação tensional entre meio-sociedade-cultura. O resultado desta dialética será sempre uma sedimentação provisória, continuamente desconstruída e reconstruída, nunca uma cristalização definitiva; será sempre a ideia de movimento, do “vir a ser”, e nunca a de fixação.

Meio-sociedade-cultura, índio-português-mameluco, cotidiano-cultura material estão, assim, em interação tensional constante, gerando o mais novo: a cultura paulista em suas inúmeras sedimentações provisórias — no sertão, nas vilas e arraiais, nos rios e monções e nos postos mais avançados da conquista do extremo oeste.

Em todo este processo, indígenas, portugueses, mamelucos serão os agentes, cada qual com seu legado, com sua cultura e tradições que, por meio dos embates e das necessidades do cotidiano, acabam por gerar uma cultura que é tributária de cada um, portanto de todos. Nas palavras de Sérgio Buarque:

Nada tão difícil, de resto, como uma análise histórica tendente a discriminar, aqui, entre elementos importados e os que procedem diretamente do gentio. Traços comuns prepararam, sem dúvida, e anteciparam, a síntese desses diversos elementos.²⁵

Assim, se o colono aprendeu com o gentio a caminhar nas trilhas e veredas, este adquiriu tal saber observando os carreiros do tapir²⁶; a criação de abelhas em cabaças pelos parecis em Rondônia pode ter sido um processo originariamente indígena, mas pode também ter sofrido influências europeias ou mesmo ser próprio do mestiço do Mato Grosso²⁷; o uso de índios como carregadores já se encontra entre os astecas pré-colombianos²⁸; e a utilização do mosquiteiro para prevenção dos ataques de insetos já existia na Europa, mas também

25. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 78.

26. Idem, *ibidem*, p. 34.

27. Idem, *ibidem*, p. 47-50.

28. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, op. cit., p. 34.

era prática dos omáguas e comarcãs antes de qualquer contato com os europeus²⁹.

As necessidades de sobrevivência, o anseio do enriquecimento, da nobilitação e distinção conduzem aos caminhos, à vocação para o espaço, mas também às fronteiras e, assim, à fixação. São nessas múltiplas sedimentações provisórias que cotidiano e cultura material são, ao mesmo tempo, agentes e pontos provisórios de chegada.

As andanças pelo sertão revelam a construção cotidiana e tensa de toda uma cultura em que o papel do indígena é continuamente acentuado. Com efeito, para sobreviver em um meio que, à primeira vista, lhe era francamente hostil, o colono paulista tem de rebaixar seu patamar de civilidade, retrocedendo a padrões mais rudes e primitivos. Dissertando a respeito da capacidade de observação e do senso de orientação do indígena, qualidades que aos poucos vão sendo introjetadas no colono, Sérgio Buarque afirma:

Ainda aqui, bem apurado, é um aspecto da influência indígena que insiste em sobreviver em terra onde foram assíduas a comunicação e a mestiçagem com o gentio. Influência que viria animar, senão tornar possíveis, as grandes empresas bandeirantes. Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação.³⁰

O caminhar em veredas, com a extremidade dos pés voltada para a frente a fim de se cansarem menos, a marcha em fileira simples conhecida posteriormente como “marcha à paulista”, a identificação das plantas e arbustos que continham água, verdadeiras “samaritanas do

29. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 99-100.

30. Idem, *ibidem*, p. 21.

31. Título do segundo capítulo de *Caminhos e fronteiras*.

Historiador da cultura material

sertão³¹, constituem um aprendizado cotidiano, por parte dos paulistas, das práticas e habilidades indígenas.

A necessidade de atrair a caça para a alimentação explicaria os panos vermelhos utilizados pelos sertanistas, costume que poderia remontar à ancestralidade europeia, mas

o caçador sertanejo que usa vestir seu poncho às avessas, deixando ver a baeta vermelha do forro, a fim de atrair por essa forma certas caças, não estaria repetindo com meios diversos, mas com o mesmo fim, o ardil do índio que se tingia de urucu³².

O adventício, igualmente, tem de aprender a se alimentar de cobras, sapos, ratos e de lepidópteros, os bichos-de-taquara, alimentos repugnantes, é certo, mas que em um meio estranho, onde o sobreviver impõe-se, adquirem a feição de verdadeiros pitéus. Esta cultura alimentícia irá irradiar-se para outras regiões percorridas pelos paulistas e, assim, não é de se estranhar que um viajante anônimo tenha registrado, em inícios do XVIII, no Ribeirão do Carmo, o hábito de se comer os bichos-de-taquara fervidos vivos em fogo bem quente...³³

Toda essa cultura indígena, que vai desde a simples forma de caminhar e de identificar nascentes de água até a constituição de toda uma farmacopeia rústica embebida no maravilhoso e de métodos para a caça e a pesca, é transmitida para os mamelucos que assim, além de a herdarem, ainda acrescentam tradições europeias e, por vezes, negras. Pois, se para curar picada de cobra a sucção da ferida e a aplicação de mezinhas retiradas do mundo animal e vegetal traduzem as práticas ancestrais de nossos íncolas, os benzimentos, mesmo à distância, revelam a influência do negro, enquanto o emprego da aguardente de cana e as sangrias constituem o legado europeu³⁴.

Dessa forma, a necessidade de índios e de novas terras explica a vocação para o espaço e as andanças que duram meses, às vezes, anos. O cotidiano no sertão constrói, penosamente, não só toda uma cultura material, mas a própria cultura. É uma nova ética em que os

32. Idem, *ibidem*, p. 61.

33. Idem, *ibidem*, p. 56-57. A referência do cronista anônimo encontra-se em FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981, p. 155.

34. Idem, *ibidem*, p. 109-114.

crimes violentos são encarados com complacência, em que as traições e emboscadas não são vistas como algo indigno, em que a riqueza pode ser obtida pelo acaso e não pelo trabalho. Afastado dos centros de convivência, dos hábitos mais polidos presentes nas vilas e cidades, nosso bandeirante constituiria uma raça soturna, “em muitos pontos mais próxima do bugre do que do europeu, [...] talvez porque o tipo do bugre lhes correspondia melhor”³⁵.

A vida nos sertões remotos representa uma das facetas do percurso que os múltiplos caminhos ensinaram. Faz-se necessário observar também as fronteiras, pois a busca de índios e de terras, móvel primeiro da expansão do paulista, leva à fixação nas vilas, a outras sedimentações provisórias, onde a interação tensional meio-sociedade-cultura novamente se revela.

Mesmo a fixação nunca é definitiva. As práticas predatórias de cultivo conduzem à busca de novas terras, como também o fazem razões de ordem climática ou a fuga das pestes, da justiça, dos tributos extorsivos ou mesmo as célebres lutas entre clãs parentais. São plurais os fatores que levam a um movimento incessante de povoamento-despovoamento-povoamento: “Partir, para tal gente, é fugir à inanição ameaçadora e em muitos casos é fugir também a vinditas, rancores e extorsões.”³⁶

É nestas paragens, como Mogi das Cruzes, Taubaté, Guaratinguetá, Jacareí, entre outras, além das cercanias da vila de São Paulo, que o morador passa a plantar feijão, algodão, cana, milho, mandioca, entre outros gêneros. Os métodos indígenas mais uma vez se impõem:

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre singular perseverança, assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios.³⁷

É apenas no beneficiamento dos produtos que se pode observar o legado europeu: é a prensa de lagar na feitura da farinha de mandioca,

35. Idem, *ibidem*, p. 122.

36. HOLANDA, S. B. de. *Movimentos da população em São Paulo...*, op. cit., p. 92.

37. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 168.

são os moinhos d'água e as atafonas para a obtenção da farinha de trigo ou os monjolos para pilar o milho.

O milho, por sua dominância no planalto paulista, merece destaque, pois, ao mesmo tempo que configura toda uma cultura material, ilustra, de maneira notável, a complexidade e a riqueza presentes na análise de Sérgio Buarque de Holanda.

O alto preço do sal, estanco régio, faz da canjica, que prescinde desse tempero, verdadeiro manjar; a farinha de milho passa a substituir a de mandioca; a aguardente, também de milho, é largamente consumida, pois é muito mais barata do que as aguardentes do reino monopolizadas pelos comerciantes favorecidos pela Câmara Municipal de São Paulo; a cerveja de milho revela a influência dos negros vindos da Costa da Mina.

Porém, novamente, são as necessidades do meio que explicam, primordialmente, esta predileção pelo milho. Impulsionado para o sertão, na busca de terras e mão de obra, o milho revela-se produto ideal para o sertanista pois, “além de poder ser transportado a distâncias consideráveis, em grãos, que tomavam pouco espaço para o transporte, oferecia a vantagem de já começar a produzir cinco e seis meses ou menos depois da sementeira”³⁸.

Constitui-se, assim, uma verdadeira civilização do milho expressa, por exemplo, pela presença do monjolo, aparelho provavelmente originário do Oriente e com largo uso em Portugal, que se irradia de São Paulo para o norte de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, áreas conquistadas pelos paulistas em suas andanças. O seu próprio nome já revelaria seu préstimo pois significaria “cativo que não requer feito”³⁹.

Assim, a política portuguesa que tornava praticamente inacessível a compra do sal, as práticas monopolistas dos comerciantes que traziam as aguardentes do reino, a necessidade de uma alimentação mais nutritiva nas vilas e o fato de o milho poder ser plantado sem grandes transtornos nos roçados do sertão e ser de rápida colheita e de fácil carregamento explicam toda uma cultura material presente, necessariamente, no cotidiano da população paulista.

O movimento da análise é claro: Sérgio Buarque parte das necessidades de sobrevivência impostas pelo meio, analisa a constituição de

38. Idem, *ibidem*, p. 186.

39. Idem, *ibidem*, p. 203.

hábitos alimentares favorecidos pela práticas indígenas e chega à cultura material em que a influência europeia age, quase exclusivamente, no beneficiamento do produto, daí a onipresença dos monjolos onde quer que as perambulações do paulista tenham chegado. O monjolo é assim ponto de chegada, mas pode também ser ponto de partida para se entender a civilização do milho.

O mesmo ocorre com a cultura algodoeira, em que a grande inovação será a bolandeira, ou o descaroçador de algodão, já encontrada em inventários paulistas nas últimas décadas do século XVII e presença constante pelo menos até o século XIX. No restante, imperam os métodos tradicionais dos nativos da terra, como, por exemplo, o uso dos teares verticais para a confecção das redes, atividade das cunhãs tecedeiras.

Semelhantermente ao milho, a rápida difusão do uso das redes também pode ser explicada pela facilidade de transporte desse artefato nas expedições sertanistas.

Em contraste com a cama e mesmo com o simples catre de madeira, trastes 'sedentários' por natureza, e que simbolizam o repouso e a reclusão doméstica, ela pertence tanto ao recesso do lar quanto ao tumulto da praça pública, à morada da vila como ao sertão remoto e rude.⁴⁰

Acompanhando o percurso do paulista, a rede, símbolo de sua cultura material, difunde-se pelas localidades às quais chegou, tornando-se parte integrante do cotidiano dos habitantes de Sorocaba e Cuiabá. Dessa forma, por intermédio dela, como também do milho e do monjolo, pode-se retrazar as rotas e percalços, os caminhos e fronteiras da própria expansão dos habitantes de Piratininga.

A influência indígena, fundamental na cultura material paulista, não deve ser imputada apenas ao gosto pela rotina e a um certo traço conservador presente no colono:

O assenhoreamento das técnicas indígenas é fruto, no adventício, dessa possibilidade, quase se pode dizer dessa necessidade,

40. Idem, *ibidem*, p. 247.

de simplificação, mais do que de uma aquiescência passiva a padrões divergentes da tradição europeia.⁴¹

Certa racionalidade mostra-se também presente nesse apego aos métodos dos nativos da terra. Assim, por exemplo, por que usar o arado quadrangular, tipo de máquina utilizada em Portugal, se este, extremamente pesado, dotado de relha penetrante, tendia a “sepultar, inutilizando-as, as terras ricas em microorganismos e em substâncias indispensáveis ao desenvolvimento das plantas”? Segundo as palavras de lavradores paulistas ditas ao governador Morgado de Mateus já na segunda metade do século XVIII: “se não pode usar arado, que alguns já usarão dele, que tudo se lhes perdeu.”⁴²

Mas o percurso do paulista não se esgota no caminhar pelas veredas do sertão ou na sedimentação provisória em vilas e povoados próximos ao planalto de Piratininga. Muitos são os caminhos e muitas são as fronteiras. As expedições preadoras de índios que saíam dos sítios paulistas chegaram em terras mato-grossenses e, com a descoberta do metal precioso nestas paragens, novos arraiais e vilas estabeleceram-se com todas as tensões próprias a formações desta natureza: a voracidade do fisco, as tropelias de aventureiros e, por vezes, criminosos, como os famosos irmãos Leme, mas, sobretudo, a escassez de víveres e demais gêneros que tornava extremamente atrativo o abastecimento daquelas regiões pelos paulistas.

Dessa forma inicia-se um novo percurso, um novo cotidiano e uma nova cultura que, se guarda traços do aprendizado no sertão e do dia a dia nas vilas, contém também em si a superação, traduzindo-se numa nova sedimentação provisória. É a era das monções em que as veredas serão agora os rios, em que o bandeirante será substituído pelo comerciante monçoneiro e em que o ânimo aventureiro dará lugar ao

lucro certo, que prometia o comércio com esses remotos sertões, distanciados de qualquer recurso, onde os preços atingidos por todos os artigos, até mesmo os de uso indispensável,

41. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 163.

42. Idem, *ibidem*, p. 165. Veja-se também em *Caminhos e fronteiras*, op. cit., o notável capítulo "Do chuço ao arado".

parecem destinados a compensar abundantemente todos os riscos da viagem⁴³.

A necessidade de um trânsito regular impõe a utilização dos rios e não mais das trilhas terrestres. O reino vegetal e a experiência indígena, por sua vez, condicionam o tipo de embarcação que será utilizada: são as canoas de casca, imprescindíveis nos rios encachoeirados, são as balsas ou jangadas de taquara no Sul, são os barcos mais afilados para atravessar correntes estreitas como as do Coxim ou é a pelota, espécie curiosa de bacia arredondada, feita de couro, que servia “para remediar, em muitos lugares, a escassez de madeira adequada à construção das mais toscas embarcações de travessia”⁴⁴.

O saber indígena é, assim, novamente essencial e as inovações que são introduzidas dizem respeito à necessidade de dotar de uma proteção maior tanto as mercadorias transportadas como os próprios passageiros e tripulantes, todos expostos às intempéries climáticas e, sobretudo, aos ataques dos índios, guardiães do saber e da astúcia, mas, também, agentes da resistência nas lutas incessantes contra a própria dizimação.

É o caso, por exemplo, dos toldos colocados nas canoas, que, semelhantemente ao mosquiteiro, resguardariam os viajantes do assédio dos insetos e dos danos causados pelas chuvas, mas também seriam arma eficaz contra as flechadas dos caiapós e guaicurús. Assim, o cotidiano tenso dessas expedições, guiadas pelo afã do lucro, gera toda uma cultura material expressa nas canoas: remos maiores, “varas com juntas de ferro para subir os rios, cumeeiras e cobertas de lona [...]”⁴⁵. A procissão de canoas toldadas pelos rios que levavam às terras mato-grossenses torna-se tão habitual que essas embarcações acabam por receber o nome de “paulistas”, símbolos de uma nova sedimentação provisória, indicando, mais uma vez, o ponto de chegada e, também, o de partida.

Dessa maneira, a interação tensional entre meio-sociedade-cultura promove preservações, adaptações, modificações e invenções. A antiga marcha em fileira, o “andar à paulista”, será agora substituído pelo

43. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 61.

44. Idem, *ibidem*, p. 29.

45. Idem, *ibidem*, p. 35.

caminhar em grupos de três ou quatro, lado a lado, tática talvez mais eficaz para se perceber a aproximação do inimigo. Caminhando em fila, os índios atacavam primeiro o último desta e

faziam-no tão em silêncio e com tal presteza e agilidade, que podiam logo depois voltar à carga contra outra pessoa, sem que ninguém se tivesse apercebido da primeira investida. Dessa sorte podia bastar apenas um caiapó para dizimar toda uma tropa⁴⁶.

Mesmo as armas de fogo, que à primeira vista dotariam o paulista de pretensa superioridade, de nada adiantavam nos rios face à astúcia dos guaicurus, pois “enquanto uns disparavam flechas e outros davam bote de azagaia, os que remavam tinham o cuidado de jogar água nos fechos das armas, que, com isso, negavam fogo”⁴⁷.

Os ataques terrestres também modificam a própria fixação do colono. Na região do Taquari, povoada na segunda década do século XVIII com o intuito de abastecer os viajantes e as áreas mineratórias, logo se verá falta de gente devido às incursões devastadoras dos guaicurus. Por outro lado, o pouso de Camapuã tem sua localização explicada pelas escassas “possibilidades de encontros com os caiapós”⁴⁸.

Portanto, de pouco vale a superioridade técnica trazida pelos europeus; mais vale, para a sobrevivência no sertão, nos rios e para a conquista do extremo oeste, a introjeção do saber do nativo da terra; ou, nas palavras de Sérgio Buarque, a aptidão do paulista-mameluco no “absorver e no conservar certos recursos indígenas, mormente os de locomoção a distância, e no rejeitar técnicas menos rudimentares, não raro, mas também menos aptas a superar os muitos embaraços opostos ao seu avanço”⁴⁹.

Assim, nas várias sedimentações provisórias, o indígena será sempre o agente. O percurso do paulista em seus múltiplos caminhos e fronteiras, o cotidiano e a cultura material construídos nascem da necessidade do apresamento do gentio da terra, fazem-se pela introje-

46. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 276.

47. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, op. cit., p. 55.

48. Idem, *ibidem*, p. 67.

49. Idem, *ibidem*, p. 49.

ção do seu saber e se modificam para tentar burlar suas estratégias e escapar de seus ataques.

Dessa forma, Sérgio Buarque de Holanda parte das necessidades mais prementes do adventício, tece as urdiduras do cotidiano, evidenciando as tensões, os embates, mas também as adaptações e a cultura material resultante chegando, por fim, à própria mentalidade e, logo, à cultura imperante nas várias sedimentações provisórias.

Se o bandeirante-mameluco expressa o aventureiro, mas também uma raça soturna, praticamente amoral, constituída nas andanças a pé pelo sertão, outra será a conformação do tropeiro. Utilizando predominantemente o cavalo, levando os muares do Sul para Curitiba e depois para Sorocaba, bebendo em cuias e vestindo ponchos azuis forrados de baeta vermelha, suas atitudes também serão diferenciadas:

O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas.⁵⁰

Outra ainda será a mentalidade do monçoneiro:

É inevitável pensar que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exiguidade das canoas das monções já era um modo de se organizar o tumulto, de se estimular a boa harmonia ou, ao menos, a momentânea conformidade das aspirações em choque. A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicação necessária das vontades particulares onde a vida de todos está nas mãos de poucos ou de um

50. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 133.

só, tudo isso terá de influir poderosamente sobre os aventureiros que demandam o sertão longínquo. Se o quadro daquela gente aglomerada à popa de um barco tem em sua aparência qualquer coisa de desordenado, não é a desordem de paixões em alvoroço, mas a de ambições metódicas e submissas.⁵¹

Assim, partindo dos processos singulares, dos traços rotineiros, do miúdo, dos hábitos e costumes, da própria construção cotidiana do cotidiano e da cultura material, Sérgio Buarque estabelece múltiplas relações até atingir, compreensivamente, as totalidades significativas, em outras palavras, a cultura, no caso a cultura estamental.

Com efeito, a busca do prestígio, da honra e da distinção, traços fundamentais em sociedades estamentais e aqui, sobretudo, escravistas, será a recorrência cultural permanente do colono, tanto nos caminhos quanto nas fronteiras. É a tentativa de contínua afirmação do legado ibérico, engendrando atitudes e práticas culturais com o intuito de se diferenciar, não apenas das demais camadas sociais como, e talvez, principalmente, do gentio da terra, de quem, no fundo, era tão dependente.

A tentativa de afirmação pela distinção já aparece, embora de forma tênue, nos percursos dos caminhos. As petições para a fundação de vilas e a constante requisição por novas terras demonstrariam também o ideal de alcançar o *status* de proprietário, garantia de “realce e dignidade”⁵². Nas monções, seria o comerciante mais abonado que “não abandonaria jamais seu robicão solene ou seu casaco de gola larga, acompanhando o clássico chapéu de Braga”, destacando-se, assim do restante dos viajantes, trajados de maneira mais simples⁵³; os tropeiros revelariam uma “dignidade que os antigos costumavam atribuir ao ócio mais do que ao negócio”⁵⁴; e o governador D. Pedro de Almeida Portugal, futuro conde de Assumar, teima em fazer sua viagem da vila de São Paulo para a área das minas numa cadeirinha carregada por carijós, à maneira de andor⁵⁵.

51. Idem, *ibidem*, p. 136.

52. HOLANDA, S. B. de. *Movimentos da população em São Paulo...*, op. cit., p. 56.

53. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 74.

54. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 133.

55. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, op. cit., p. 41.

Partindo do miúdo, do aparentemente insignificante, coletando indícios na documentação⁵⁶, Sérgio Buarque nos revela como, por meio da cultura material e no cotidiano, os colonos melhor situados impunham-se sobre as demais camadas sociais pela distinção. A canjica, no século XVII, era alimento dos negros e dos roceiros pobres pois para a elite os alimentos já eram preparados com sal. Este, nas monções do Cuiabá, era destinado “à cozinha dos mais ricos e aos batizados”⁵⁷.

A tecelagem era reservada aos indígenas “por ser, entre portugueses, ofício pouco limpo e sem primor”⁵⁸. Mesmo as redes, utilizadas no transporte por toda a gente livre, e nos enterros também pelos escravos, eram diferenciadas conforme a condição da pessoa:

as mais desadornadas e sóbrias iam para gente pobre, enquanto os abastados as tinham lavradas e recamadas de desenhos, além de serem guarnecidas de vistosas varandas e franjas. Assim, a de Pascoal Leite Pais é toda de tecido carmesim forrado de verde, e leva passamanes de prata.⁵⁹

Em diferentes momentos da vida cotidiana observa-se esta tentativa de afirmação pela diferenciação chegando, inclusive, a opor sertão e vila, caminhos e fronteiras, sedimentando, dessa maneira, a cultura estamental. Se nas trilhas e matas a flecha era utilizada, nos povoados a arma de fogo revelava a superioridade do colono; nas veredas se caminhava a pé, enquanto nas cercanias das vilas utilizava-se o cavalo, cuja posse “correspondia, aparentemente, menos a uma conveniência prática de que a um luxo”⁶⁰. No sertão o andar descalço mas, chegando à vila, os pés eram limpos no córrego Lavapés e o sapato era logo calçado, pois indicava

dignidade e ascendência [...] De Bento do Amaral, que viveu em São Paulo em princípios do mesmo século XVIII, consta que

56. Neste sentido, Sérgio Buarque desenvolveu, praticamente trinta anos antes, o que Carlo Ginzburg denominou de “paradigma indiciário” no texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, do seu livro *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história (São Paulo, Companhia das Letras, 1989).

57. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 147.

58. Idem, ibidem, p. 214.

59. HOLANDA, S. B. de. *O extremo oeste*, op. cit., p. 33.

60. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*, op. cit., p. 127.

tinha casa servida por escravos calçados, e tal fato era reputado entre seus contemporâneos como sinal de luxo extremo⁶¹.

As iças torradas, manjar do sertão, ainda eram vendidas em pleno século XIX no centro da cidade. “Mas entre famílias que se tinham em conta de prestantes e honradas, o uso deprimente já teria sido abolido — possivelmente de longa data, quando o não conservassem quase com recato e às ocultas.”⁶²

Mesmo a cera também era sinal de distinção. Obtida pelos indígenas, a cera da terra era escura e fosca. Mais imponente porque branca, porém muito mais cara, era a vela de Angola, aqui utilizada nos enterros da elite, nas festividades reais e em algumas celebrações da Igreja, “característico principalmente dessa pronunciada disposição de ânimo dos nossos antepassados, que os fazia preferir quase sempre o aparato à substância”⁶³.

Assim, do singular, dos traços da vida cotidiana e da cultura material, evidencia-se, mais uma vez, a interação tensional entre meio-sociedade-cultura; o índio, antigo parceiro e também inimigo temido e respeitado, é negado pela afirmação, pela pretensa distinção. Os múltiplos caminhos e fronteiras conduzem, ao fim e ao cabo, à permanência mais profunda, à cultura estamental.

É o próprio Sérgio Buarque de Holanda que aponta este movimento na introdução de *Caminhos e fronteiras*:

A acentuação maior dos aspectos da vida material não se funda, aqui, em preferências particulares do autor por esses aspectos, mas em sua convicção de que neles o colono e seu descendente imediato se mostraram muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição europeia do que, por exemplo, no que se refere às instituições e sobretudo à vida social e familiar em que procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral.⁶⁴

61. Idem, *ibidem*, p. 27.

62. Idem, *ibidem*, p. 57.

63. Idem, *ibidem*, p. 52.

64. Idem, *ibidem*, p. 12.

Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais

Ronaldo Vainfas

Doutor em história social pela USP
e professor titular de história moderna da
Universidade Federal Fluminense

É corrente dizer-se hoje que Sérgio Buarque de Holanda fazia história das mentalidades antes que essa entrasse em voga, lá pelos fins da década de 1960, tendo como cenário a França e obras como as de Robert Mandrou, Georges Duby, Jacques Le Goff e muitos outros. Obras preocupadas com o que Pierre Chaunu chamou de “terceiro nível” da estrutura social, ou seja, os fenômenos ligados às religiosidades, às crenças coletivas, os sentimentos, os códigos de comportamento consagrados pelo uso. Fenômenos inscritos na chamada longa duração, conceito braudeliano formulado para pensar as relações entre o homem e a geografia ou as estruturas da vida material, conceito que os historiadores franceses da geração pós-1960 fizeram migrar para o terreno das representações mentais. Fenômenos de movimento lento, quase inercial por vezes, cuja percepção se viu em parte inspirada pela antropologia estruturalista, no afã de buscar o nível de frialdade presente nas sociedades históricas, petrificando-as, em alguns casos, ao menos no tocante a esta dimensão algo incerta das representações.

Não resta dúvida de que se poderia inserir, numa associação livre e superficial, o nosso Sérgio Buarque nesta voga das mentalidades, ou da preocupação com as mentalidades, sobretudo quando elegemos como referência o seu magnífico livro de 1959: *Visão do Paraíso*. Pensar o Sérgio Buarque de Holanda de *Visão do Paraíso* como historiador das mentalidades *avant la lettre* é, sem dúvida, uma tentação fácil, mas talvez não seja exato. *Visão do Paraíso* é livro de tamanha complexidade teórica e erudição que, na verdade, seria difícil e vão tentar classificá-lo em qualquer esquema rígido ou escola historiográfica.

Diffícil referenciá-lo à problemática das mentalidades, antes de tudo por ter sido este um fenômeno historiográfico fundamentalmente francês do pós-1960, e nele, Sérgio Buarque, a historiografia francesa não aparece com destaque especial. Em *Visão do Paraíso* encontram-se pontualmente citados o Fernand Braudel de *Mediterrâneo*, seu discípulo Pierre Chaunu, de *Seville et l'Atlantique*, e sobretudo o ancestral deles todos, se me permitem a expressão, Lucien Febvre, um dos fundadores da Escola dos *Annales*, nome da revista fundada quando Sérgio Buarque atuava como jornalista na Alemanha, onde permaneceu alguns anos, após militar na vanguarda modernista de São Paulo.

Se é verdade que Febvre preconizou a história francesa das mentalidades — e é de Febvre, a propósito, o conceito de *outillage mental* presente em sua obra sobre Rabelais —, algum parentesco se poderia estabelecer entre *Visão do Paraíso* e *Le problème de l'incroyance*. Parentesco temático, no caso as crenças ou descrenças de sociedades coevas: a França do Renascimento e o mundo ibero-americano da expansão atlântica. Parentesco no tocante à eleição de fontes literárias como base de investigação histórica, o que faz de ambos, Sérgio Buarque e Febvre, a um só tempo, historiadores e críticos literários. Parentesco no que toca à rebeldia intelectual, Febvre a enfrentar o mito de um Rabelais ateu e Sérgio Buarque a desmoronar o mito de um Brasil paradisíaco, o que se faz por meio de uma autêntica arqueologia do próprio mito.

Mas talvez as semelhanças parem por aí. Em Febvre, cujo título da obra fala em descrença, procura-se antes demonstrar o contrário, isto é, a impossibilidade que tinha o homem quinhentista de descrever ou de secularizar o mundo. Em Sérgio Buarque, cuja obra trata do imaginário do paraíso terreal, procura-se demonstrar, para o caso português, um

precoce desencantamento do mundo, uma espécie de “realismo pedestre” que cedo abandonou, se é que algum dia esposou, as motivações edênicas presumidamente presentes na descoberta do Novo Mundo. Sérgio Buarque é muito claro a este respeito:

A obsessão de irrealidades é, com efeito, o que menos parece mover aqueles homens, em sua constante demanda de terras ignotas. E, se bem que ainda alheios a esse ‘senso do impossível’, por onde, segundo observou finamente Lucien Febvre, pode distinguir-se a nossa da mentalidade quinhentista, nem por isso mostravam grande afã em perseguir quimeras. Podiam admitir o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico.¹

A rivalizar com a presença da “nova história social francesa” no pensamento de Sérgio Buarque, quando não a superando, estariam a filosofia, a sociologia e a historiografia alemãs, como bem indicou Maria Odila Leite da Silva Dias em texto de 1985². Neste campo de afinidades intelectuais poder-se-ia incluir o próprio Ranke, estudado por Sérgio Buarque, especialmente quanto à crença no que deveria ser a capacidade essencial do historiador, isto é, a de “discernir as grandes unidades de sentido no emaranhado de acontecimentos e fatos do passado”. Sérgio Buarque acreditava, portanto, na possibilidade de um certo conhecimento objetivo do passado, não obstante considerasse o historiador “um observador participante dos valores de outras épocas” e sublinhasse, sempre, “a arbitrariedade peculiar ao processo de cognição”.

Mas se é o caso de sublinhar a presença da historiografia alemã no autor de *Visão do Paraíso*, tem razão Maria Odila ao evocar a obra de Ernst Curtius, *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter*, de 1948. Sérgio Buarque é explícito quanto à importância de Curtius em *Visão do Paraíso*, escrevendo o prefácio à 2ª edição da obra, em 1968. Importância visível no recurso a uma Tópica capaz de articular a pesquisa heurística de textos literários com a investigação propriamente

1. HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1969, p. 5.

2. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: _____. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, 1985 (Grandes cientistas sociais, 51).

histórica. Pois é com base na reconstituição do processo de transmissão dos arquétipos do paraíso terrestre que se constrói *Visão do Paraíso*, definido por Sérgio Buarque, literalmente, como “a biografia de uma ideia”. Uma biografia construída sobre os diversos *topoi* do imaginário edênico, se assim podemos chamá-lo, a exemplo da Juventa, do Jardim da Delícias ou, para citar o próprio Sérgio Buarque, “o da perene primavera e invariável temperança do ar, que prevaleceria naquele horto sagrado”³.

Neste esforço de identificar as matrizes múltiplas que, muito mais do que os *Annales*, se fazem presentes em *Visão do Paraíso*, talvez seja o caso de acentuar o forte diálogo que Sérgio Buarque mantém com a historiografia do século XIX, ao menos com alguns historiadores-chave. É o caso de Jacob Burckhardt, autor do clássico *A civilização da Renascença italiana*, obra de 1864, de quem, no entanto, Sérgio Buarque discorda num ponto central, a saber, quanto à existência de uma fratura radical entre a Idade Média e o Renascimento. Renascimento que, para Sérgio Buarque, era menos otimista do que se supunha, assim como muito apegado às magias, fábulas e maravilhas medievais. A crença na “produtividade inexaurível, quase orgiástica, do homem e da Natureza é ainda”, no Renascimento, “ou já é”, diz Sérgio Buarque, “sofreada por hesitações e titubeios. É nesses momentos situados na infância, tanto quanto na agonia, de uma era de otimismo, que iremos deparar com expressões indecisas entre a do abatimento da criatura e a de sua exaltação”⁴.

E para acrescentar um derradeiro exemplo do diálogo de *Visão do Paraíso* com a historiografia oitocentista, não poderia deixar de mencionar o italiano Arturo Graf, autor de livro hoje revisitado, o *Mitti, leggende e superstizioni del Medio Evo*, originalmente publicado em 1886. Livro que trata exatamente do tema de *Visão do Paraíso* em outro contexto, ou seja, o problema da busca do paraíso terreal na literatura de viagens, fossem reais, como a de Marco Polo, fossem fictícias, como a de Jean Mandeville.

Difícil, portanto, relacionar diretamente *Visão do Paraíso* com a história das mentalidades que viriam a protagonizar a chamada Nova História dos anos 1970, seja com as mentalidades já divisadas pelos fundadores dos *Annales*, pelo Febvre que estudou Rabelais ou pelo

3. Idem, *ibidem*, p. XX.

4. Idem, *ibidem*, p. 182.

Marc Bloch que publicou *Os reis taumaturgos* em meados da década de 1920. O entrecruzar de historiografias e perspectivas teóricas que se faz presente em *Visão do Paraíso* desencoraja, realmente, qualquer espécie de classificação esquemática. Mas se for o caso de fazê-la, arriscando-me a uma simplificação quase pueril, ousaria incluir o livro de Sérgio Buarque no campo geral de uma história das ideias. Ideias que, longe de se apresentarem como abstratas e desencarnadas, só adquirem sentido quando cotejadas com a experiência histórica dos viajantes, descobridores e conquistadores do Novo Mundo. Afinal, para citar o próprio autor: é da biografia de uma ideia que trata *Visão do Paraíso*.

O francês Marc Bloch não é citado por Sérgio Buarque em *Visão do Paraíso*, como também não o fora em *Raízes do Brasil*, de 1936. Mas é como Marc Bloch que Sérgio Buarque trabalha no tocante à perícia da comparação histórica, a comprovar o que pensava Bloch sobre “a comparação como varinha de condão da história”. Sérgio Buarque já utilizara com maestria da comparação entre a América portuguesa e a espanhola em *Raízes do Brasil*, sobretudo em “O semeador e o ladrilhador”, texto capital que relativiza a unidade de uma colonização ibérica ao indicar diferenças de estilo: o estilo civilizador do espanhol, arriscando-se no interior, ordenando sua ocupação com base em cidades planejadas, sonhando em fazer da América uma Nova Espanha, uma Nova Granada; o estilo feitorial do português, sempre nostálgico do reino, a cultivar a terra no litoral, a mercadejar nos portos, arranhando a praia como caranguejo.

Em *Visão do Paraíso*, a comparação luso-hispânica se apresenta logo no início, no magistral capítulo “Experiência e fantasia”. Experiência lusitana, alicerçada em outras viagens e conquistas ultramarinas, no conhecimento prévio das Ásias e Áfricas, o que contribuiria decisivamente para o amortecimento de sua visão edenizadora. Fantasia hispânica, a começar pelo próprio genovês descobridor da América e a prosseguir, infrene, com inúmeros viajantes, missionários e conquistadores, sempre prontos a indicar eldorados, Amazonas, Juventas, sereias e monstros de todo tipo. A comparação atravessa todo o livro e intitula explicitamente o derradeiro capítulo, “América portuguesa e Índias de Castela”, no qual adensa os contrastes entre o moderno império colonial espanhol, paradoxalmente ancorado em concepções medievais, e a obra tradicionalista e algo dispersa da colonização portuguesa, não obstante erigida por um Estado precocemente centralizado e pioneiro no

desencantamento do mundo. No final do livro o imaginário cede lugar à política, ou melhor, se funde com uma reflexão sobre os contrastes da política ibérica de colonização.

Entre os dois extremos, encontra-se a mais erudita exposição do que hoje chamaríamos imaginário acerca do Novo Mundo, nucleado na temática do paraíso terreal e seus diversos *topoi*. Seria vão tentar esmiuçar aqui as análises de Sérgio Buarque ancoradas nos viajantes, na literatura medieval ou antiga, o que se faz com a máxima erudição que tantos já apontaram. Qualquer tentativa de parafrasear Sérgio Buarque seria uma pálida e empobrecida amostra de seu estilo sofisticado de narrar, mesclando análise acurada com o linguajar de época, cuidadoso ao extremo na construção do argumento e seus adornos, verdadeiramente obsessivo na descrição de cada detalhe, cada ingrediente dos mitos que desvela na literatura produzida sobre o Novo Mundo. Nada lhe escapa, nada lhe parece irrelevante, a exemplo da exaustiva análise da simbologia da serpente, que ocupa inúmeras páginas do próprio capítulo “Visão do Paraíso”. Ou das considerações acerca do rouxinol, pássaro renascentista, estranho ao Novo Mundo, porém presente em certos textos de Colombo ou de Las Casas.

A comparação atinge, assim, em *Visão do Paraíso*, abrangência máxima e plasticidade plena. Abrangência no tempo, pois coteja ideias e mitos de várias épocas com vistas a desvendar, quer ideias centrais do imaginário edênico veiculado na América, quer aspectos microscópicos de símbolos e descrições presentes nas fontes. Abrangência no espaço, baseada no cotejo sistemático entre Brasil e América Hispânica, entre o Novo Mundo e a velha cristandade. O livro de Sérgio Buarque é, de fato, singular e insuplantável, como dele já se disse, embora sua ressonância tenha sido relativamente limitada.

Em artigo recente sobre a historiografia brasileira dedicada à cultura, Laura de Mello e Souza⁵ apontou que a influência de Sérgio Buarque tardou a se fazer presente em nossa historiografia em razão do predomínio, desde fins dos anos 1950, dos trabalhos mais preocupados com o econômico, inspirados em Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Creio ser isto válido especialmente para *Visão do Paraíso*, livro até onde sei

5. SOUZA, Laura de Mello e. *Aspectos da historiografia da cultura no Brasil colonial*. São Paulo, 1997. (Exemplar mimeo.)

pouco citado e estudado nas teses universitárias da década de 1970, quando a pós-graduação em história se expandiu no Brasil, criando as condições para a historiografia tipicamente institucional e profissional hoje existente. Não resta dúvida de que, ao publicar *Visão do Paraíso*, em 1959, Sérgio Buarque talvez estivesse na contracorrente do que então se valorizava em termos de história brasileira. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a quase nenhuma atenção dispensada a *Visão do Paraíso* contrastava com o prestígio de uma *Formação histórica do Brasil*, por exemplo, obra de Nelson Werneck Sodré resultante de um curso ministrado no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e publicada em 1956. Outros tempos, outras prioridades.

De todo modo, não me parece exato dizer que o diálogo de *Visão do Paraíso* com a historiografia brasileira seja amplo. Varnhagen, sim, é algumas vezes citado, Capistrano de Abreu idem, Caio Prado umas duas vezes. Isto se deve, em boa parte, a que esta obra de Sérgio Buarque é em tudo originalíssima, voltada para temática que, até onde sei, jamais fora enfrentada por nossos historiadores. Não é de admirar que Sérgio Buarque dialogue mais com a historiografia europeia (que disso havia tratado) do que com a nossa. Interessante observar, por outro lado, que nosso Gilberto Freyre também não é citado, registro que faço tão somente por ter sido Freyre contemporâneo de Sérgio Buarque e, como ele, um dos pioneiros de nossa historiografia voltada para a cultura, além de ter inaugurado entre nós a leitura histórico-antropológica do período colonial no seu *Casa-Grande e Senzala*, de 1933.

Mas, a bem da verdade, Sérgio Buarque e Gilberto Freyre elegeram objetos totalmente diferentes de reflexão. Freyre, a formação do Brasil a partir das sociabilidades e sensibilidades muito concretas, as vivenciadas no mundo de senhores e escravos do Nordeste. Sérgio Buarque, no caso de *Visão do Paraíso*, o mundo das “representações” veiculadas nos descobrimentos e conquistas, rastreando a busca do paraíso terreal no Novo Mundo, e menos em terra brasílica que na América hispânica. A uni-los, se é que se pode dizer isso, um certo ajuizamento acerca do caráter português, que, no entanto, adquire sentido diverso nos dois autores.

Seja como for, no prefácio à 2ª edição de *Visão do Paraíso*, publicada em 1968, Sérgio Buarque viu-se obrigado a justificar seu livro em face das tendências socioeconômicas e mesmo marxistas então

Historiador das representações mentais

predominantes na historiografia brasileira. “Não pretende esta ser uma história ‘total’”, escreveu Sérgio Buarque, para atenuar em seguida:

ainda que fazendo cair o acento sobre as ideias ou mitos, não fica excluída, entretanto, uma consideração, ao menos implícita, de seu complemento ou suporte ‘material’, daquilo em suma que, na linguagem marxista, se poderia chamar a infra estrutura. Mas até mesmo entre os teóricos marxistas vem sendo de há muito denunciado o tratamento primário e simplificado das relações entre base e superestrutura [...]⁶

E, num esforço de demonstração dos descompassos entre o material e o ideológico, afirmou Sérgio Buarque que assim como as “ideias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho”⁷.

Eis, assim, em três ou quatro linhas, uma prova da audácia intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. Passa de uma aparente justificativa, algo tímida e defensiva, de seu estudo de mitos e fabulações quinhentistas em tempo em que se discutiam os modos de produção e a luta de classes, para uma crítica frontal ao marxismo esquemático que vicejava naquele tempo. E termina dizendo o contrário do que diziam os historiadores franceses das mentalidades na mesma época: para eles, os franceses, as mentalidades se moviam devagar, cativas da longa duração, numa história da lentidão na história; para Sérgio Buarque, as ideias — e não mentalidades, vale dizer — podiam viajar bem depressa no tempo, mais velozes, talvez, que os suportes materiais.

Visão do Paraíso não era, nem pretendia ser, na verdade, um livro de inspiração marxista, embora não fosse antimarxista. Estava na contramão da história do Brasil em 1958, quando veio à luz⁸, e talvez mais ainda em 1969. Ficou, por isso mesmo, num relativo ostracismo por vários anos. Muito respeitado, mas pouco lido, pouco citado, pouco

6. Idem, *ibidem*, p. XIX.

7. Idem, *ibidem*, p. XX.

8. Em 1958 houve uma pequena edição de *Visão do Paraíso*, não comercial, publicada para apresentação como tese em concurso para a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. A primeira edição comercial ocorreu em 1959, pela Livraria José Olympio Editora (N.E.).

estudado. Teria de aguardar o final dos anos 1970, e sobretudo a década de 1980, para assumir, de fato, a importância extraordinária que possui por vocação em nossa historiografia. Teria que esperar, penso eu, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura e Mello e Souza, em 1986, historiadora que lhe seguiu fielmente os passos, reinventando a problemática de Sérgio Buarque. Problemática que se em *Visão do Paraíso* era a edenização, sobretudo dos lugares e coisas e, no limite, da própria natureza americana, n'*O Diabo* passa a ser, como sugere o título, a demonização, não tanto da natureza, mas das gentes brasileiras, mormente dos índios, africanos e mestiços. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, livro que, a meu ver, inaugurou a leva de pesquisas da hoje chamada “nova história cultural” no Brasil, não teria sido escrito sem a *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque.

Teria sido Sérgio Buarque, então, apesar de meus reparos iniciais, nosso historiador das mentalidades *avant la lettre*? Francamente, por tudo o que tentei expor até aqui, e o fiz com grande dificuldade, continuo a dizer que não. Com alguma pertinácia e boa dose de ceticismo, creio ser difícil classificar Sérgio Buarque, seja como historiador das mentalidades (porque muita coisa o afasta das *mentalités* francesas), seja somente como historiador das ideias, porque sua obra conjunta verticalizou, como em *Caminhos e fronteiras*, por exemplo, a história da cultura material e dos hibridismos culturais concretamente vivenciados, e não apenas narrados ou sonhados. Sérgio Buarque fazia simplesmente história e o fazia de forma rebelde, a desafiar os caminhos, qualquer caminho. A sugerir, quem sabe por meio de metáforas, a relação entre o tema erudito do paraíso terreal e a história geral do Brasil, como nas linhas finais de sua obra magna:

Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.⁹

9. Idem, *ibidem*, p. 323.

Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras

Raymundo Faoro

Advogado, autor de
Os donos do poder (1958).

Há entre dois livros de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* e *Do Império à República* (História geral da civilização brasileira), relação de complementaridade, de sorte que seria difícil analisar — eu diria, ler — o segundo sem retornar à perspectiva aberta no primeiro. Nos 36 anos que medeiam entre a publicação de *Raízes do Brasil* e a de *Do Império à República*, não seria exagero acentuar que a visão social do país passou a ser demonstrada pelo último. O ponto de partida concentra-se na formação da vida social dos domínios rurais — até ao extremo das fazendas autárquicas (o *oikos*) — em cuja direção e comando predomina a família patriarcal — família entendida no sentido amplo que abrange dependentes de sangue, de compadrio e de subordinação econômica. Entre o Brasil colonial e o Brasil do Segundo Reinado o elo de continuidade partirá do patriarcalismo, e, por obra desse lastro, culminará na enfermidade da ordem política, da qual até hoje padecem nossas instituições. A base da assimétrica pirâmide é assim caracterizada, em palavras textuais de *Raízes do Brasil*:

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na Península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. [...]

Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. [...]

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. [...] O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.¹

A instituição básica e fundamental, que está presente, ainda que não explicitamente, ou ainda que inesperadamente em certos lances, tem, pela sua condição privilegiada, caráter não apenas historicamente descritivo, mas sobretudo função normativa e reguladora, penetrando em todas as atividades sociais e políticas. Como acentuou Merleau Ponty, a instituição, que é mais do que uma associação, não é alheia à racionalidade, realizando uma simbiose entre a consciência dos valores humanos e as estruturas que realizam sua existência. Essa combinação é o que a faz efetiva, real, viva. Ao contrário, a pseudoinstituição, a instituição frustrada e a instituição morta, é uma expressão meramente ideal, simulacro de uma realidade, ou resíduo histórico morto. Quando os valores são cultivados de uma maneira abstrata, como aspirações, desejos e frases, desligados do campo social e econômico, formam ideologias falsas, importadas sem atuar sobre o país, em geral a serviço de uma estrutura de domínio oculta na retórica da aparência. Porque o patriarcalismo correspondia a uma ordem econômica real e viva, o domínio rural, que a abrigava e a explicava, constituiu, na ótica exposta em *Raízes do Brasil*, realidade atuante e persistente.

1. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 13ª edição, 1979, p. 49-50.

O patriarcalismo da sociedade colonial, como acontece com instituições reais e autênticas que têm morte lenta, estaria presente ainda neste século², provocando desequilíbrios sociais e políticos, mesmo atualmente, com tenaz constância, mesmo depois que o domínio rural entrou em declínio. O mais grave e o mais significativo da força desse lastro negativo está na constituição da ordem política que não seja coletânea de leis e constituições falsamente normativas. Haveria, por efeito desse cadáver insepulto, um ordenamento duplo — o do Estado e o do senhor patriarcal. O poder deste não se exerce com o auxílio de um quadro administrativo nem se estende além das fronteiras de seu domínio. De outro lado, a vontade estatal se exerce por delegados do soberano apoiados menos no consenso do que na força crua, a força dos capitães-generais, que tantos ressentimentos deixaram, ainda visíveis na geração da Independência.

Dentro dessa concepção familista-patriarcal, na procura de um elo entre a instituição social e a instituição política, o historiador observa que “não era fácil aos detentores de posições públicas de responsabilidade [...], formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público”³. Supostamente apoiado numa citação de Max Weber⁴, afirma que o *funcionário patrimonial* faz da gestão pública *assunto de seu interesse particular*. Ocorre que Max Weber não disse o que a citação faz aparentemente supor: o que ele disse é que o funcionário patrimonial faz da sua gestão “puro assunto pessoal do senhor”⁵.

Na verdade, Sérgio Buarque não quis dizer que a ordem político-social era “patrimonialista” (discordando, com renovadas homenagens de respeito, de Antonio Candido, em prefácio a *Raízes do Brasil*, p. XVIII), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada. Esta, a meu ver, é a interpretação correta, evitando atribuir ao historiador uma infidelidade ao texto mencionado de Max Weber, num

2. Idem, *ibidem*, p. 105.

3. Idem, *ibidem*, p. 105.

4. WEBER, M. *Wirtschaft un Gessellschaft*, 2ª edição, Tübingen, 1925 (que serviu de base para a tradução do *Fondo de Cultura Economica*, 1944).

5. “*wird als eine persönliche des Herrn*”; 4ª ed. alemã de 1956-64, p. 759; 5ª, p. 596); “*como una cuestión puramente personal del soberano*” (México, Fondo, 1944, vol. IV, p. 158); “*personal affair of the ruler*” (ed. americana, 1978, II, p. 1.029).

livro que trouxe pioneiramente ao conhecimento dos estudiosos brasileiros. O mesmo entendimento torna inteligível seu conceito de “homem cordial”, tão mal compreendido e tão erradamente parodiado. Cordial não significa afável, brando, senão que abrange também o ódio, sentimentos que “procedem [...] da esfera do íntimo, do familiar do privado”⁶.

A primeira e a mais relevante das consequências desse vivo lastro patriarcal na sociedade brasileira tem a ver com a construção do Estado — não o Estado importado com as caravelas, as do primeiro governador-geral e as que carregam o príncipe D. João para onde não o encontrasse o medo de Napoleão mas o Estado adequado ao país que rege, ajustado à sua sociedade. Entre o Estado e a ordem familiar patriarcal não há complementaridade, mas oposição e incompatibilidade:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [...] Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade.⁷

Sérgio Buarque de Holanda renova um velho debate na filosofia política, que antecipa a incongruência dessa realidade social para instaurar uma ordem política impessoal, com o governo das leis e não dos homens, debate que teve seu ponto culminante na Inglaterra do século XVII. Robert Filmer (1588-1653) sustentou que o Estado era uma família, com o rei no papel de pai, preceituando que a submissão à autoridade patriarcal era a base da obrigação política. Todo o poder deriva de Adão — esta seria a fórmula do patriarcado em tradução política. Carlos I (1600-1653), da dinastia Stuart, rei absoluto, que, com tal concepção, a história demonstrou que não conseguiu consolidar o poder, seria o padrão e o exemplo desse molde. Locke (1632-1704), abrindo o debate sobre o liberalismo *avant la lettre*, numa polêmica

6. Idem, *ibidem*, p. 107, nota 157.

7. Idem, *ibidem*, p. 101.

consagrada no “Primeiro Tratado de Governo”, demonstrou o absurdo da tese, seja por razões de história bíblica, mas sobretudo pela natureza do poder político. “No Segundo Tratado” (ou Livro II) caracterizou o poder político da autoridade sobre o súdito, distinguindo-se daquele do pai sobre seus filhos, do senhor sobre seus servos, do marido sobre a mulher. O poder político — afirmou, definindo-o em termos modernos — é o direito de legislar, com penas que podem chegar à de morte, ou com penas mais suaves que regulem e preservem a propriedade, com o emprego da força da comunidade na execução dessas leis, na defesa do país do ataque estrangeiro, tudo unicamente em nome do bem público. Os termos da autoridade estão aí enumerados, com a exclusão do patriarcado da política, uma vez que seu poder não ultrapassa a casa da família, exaltando-o pelo monopólio da força, ampliada a toda a comunidade — o que, mais uma vez, exclui o patriarcado.

O patriarcalismo, aqui e alhures, se não superado, como acredita Sérgio que não foi superado no Brasil, contamina e distorce toda a estrutura política. As instituições sofrem de artificialismo, nascendo mais por enxerto do que nutridas pelo solo natural. Enfermo o Estado, como deveria demonstrar na sua obra sobre o Segundo Reinado, enfermos estariam os meios de representação e os que expressam a soberania, ainda nos séculos XIX e XX:

Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. [...] puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.⁸

8. Idem, *ibidem*, p. 119.

Lançadas as bases, em painel ainda atual das instituições brasileiras, no seu novo e grande livro, *Do Império à República*, mostrará — a palavra certa é: evidenciará — como elas se desenvolveram historicamente. Evidenciará, lançando a luz sobre o seu declínio, a longa agonia de uma construção apoiada sobre o ápice e não sobre a base. Privilegia o momento de crise do Império, depois de 1868, quando a organização política tinha desenvolvido todas as suas virtualidades, sem conseguir se renovar. A hora é a dos reformadores e a dos que temem a mudança, refugiando-se na estrutura monárquica construída pela Constituição de 1824, que participa de um caráter nominal, com a dinâmica do processo político alheio às suas normas, bem como de um caráter semântico, cuja realidade apenas recobre de tinta ornamental, num mar de retórica, os detentores do poder. Também aqui, os reformadores, como indicará em outro lugar, limitam-se a não pleitear mais do que substituição do quadro político dominante por outro, dentro da mesma estrutura, colocar no poder os liberais, se conservadora a situação, ou vice-versa, cuja audácia máxima será clamar pela República. Em outra escala da mesma inconsistência, “compassar” ou tentar mudar as circunstâncias pelo idealismo de novos sistemas, leis ou regulamentos, com uma crença mágica nas palavras⁹. Atiravam uns e outros contra a sombra e não contra o pássaro¹⁰. Teríamos mudado, ou estaríamos a nos repetir, supondo que a *globalização* e o *neoliberalismo* nos projetarão ao Primeiro Mundo, nas asas de fórmulas e imitações?

A estrutura do Segundo Reinado, despida de todos os artificialismos constitucionais e legais — do “bovarismo” —, nada mais era do que o governo do Imperador, inutilmente refugiado num mar de simulacros e máscaras importados. Por que tantas falsificações, simulações e arremedos para o exercício de um poder absoluto, num liberalismo de fachada, turvado pela origem pombalina? Um visitante austríaco, o barão de Hübner, filho natural de Metternich, hóspede de D. Pedro II, estranhou a inútil dança do aparelhamento de governo, que dissimulava, sem ocultar, a vontade imperial. O rebento da autocracia dos Habsburgos não percebeu a diferença de conduta entre um modelo autêntico e um modelo de segunda mão. O modelo autêntico tem atrás de si a legiti-

9. Idem, *ibidem*, p. 123.

10. HOLANDA, S. B. de. *Do Império à República*. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. São Paulo, Difel, 1972, tomo II, v. 5, p. 59.

midade da tradição, que, ao tempo que limita o poder, configura-lhe a estabilidade. O modelo importado, não podendo contar com esse timbre, busca justificar-se na ilusão da soberania nacional, num jogo de faz de conta que serve ao grupo dominante, ou num carisma forjado pelos áulicos. O fraudulento edifício seria necessário para que o tempo precário conseguisse viver mais um pouco, mais um ano, mais uma dinastia. Era essencial, para que a ilusão durasse, satisfazer os aspirantes ao governo, os aspirantes virtualmente capacitados a dispersar o nevoeiro com a mágoa de sua preterição, oferecendo-lhes a sua oportunidade. Como as eleições eram incapazes — pela fraude ou pela força — de escolher os dirigentes, o Imperador se incumbia de provocar o revezamento de sua guarda política. Tratava-se, como em todos os sistemas elitistas situados dentro de uma comunidade de poder — o estamento (palavra que Sérgio não usa) —, de provocar a circulação interna, capaz de refrigerar os ânimos mais decepcionados. Na verdade, os políticos substituem os políticos, sem as mágoas que causam as revoltas, seja pela certeza de que o poder é móvel — hoje eu, amanhã você —, mas sobretudo porque sem a boa vontade do chefe supremo tudo estaria perdido, inclusive os meios de vida, o próprio e o da parentela.

De onde vinham os representantes do povo, senão de dentro do próprio Estado?

Desde o primeiro instante, os representantes do povo, que haveriam de defender o povo, no Brasil, dos abusos dos governos, achavam-se com efeito, obrigados aos mesmos governos, como detentores, não raro com familiares seus, de empregos públicos remunerados. Já os primeiros senadores do Império tinham sido recrutados, quase todos, entre pessoas cujos meios de subsistência eram tirados de empregos que oneravam os cofres da nação. Apenas cinco, ou seja dez por cento, pareciam escapar a essa regra, a julgar por suas ocupações ou qualificações — um proprietário, um advogado, um agricultor, dois médicos —, mas talvez fosse possível reduzir ainda a cifra, se dispuséssemos, a respeito destes, de dados biográficos mais completos. E o que acontecia com a câmara vitalícia haveria de reproduzir-se, em proporções talvez maiores, na temporária. A constituição determinava que, para o senador nomeado, cessava o exercício

de qualquer emprego, ao passo que, para o deputado, apenas se interrompia este enquanto durasse o mandato. Não chegava a ser uma garantia de independência e, em numerosos casos, o dispositivo se prestava a burlas.

Não só os representantes da nação, também os que os elegiam, vinham ordinariamente dessa ‘classe média’ formada em sua quase totalidade de empregados públicos, e que aos poucos se vai aristocratizando por meio de uma série de reformas que, no entanto, se diziam liberais, culminando na lei Saraiva de eleições diretas.¹¹

Numa só eleição, por exemplo, a vitória eleitoral custou 30 mil empregos. Em 1881, entre 5.928 eleitores do Município Neutro, 2.211 eram empregados públicos, aos quais devem ser somados os que dependiam do governo no exercício de sua atividade, como despachantes (56), solicitadores e negociantes (em torno de mil) que eram empreiteiros ou concessionários de serviços. O funcionalismo era a profissão nobre, que dava *status* e dignidade, cujo ingresso dependia do patrocínio dos políticos, também eles funcionários. “Assim como”, escrevia Joaquim Nabuco responsabilizando o sistema servil pelo Estado-providência,

nesse regime tudo se espera do Estado, que, sendo a única associação ativa, aspira e absorve pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribui-o entre os seus clientes, pelo emprego público, sugando as economias do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico; assim também, como consequência, o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos¹².

O governo, cercado pelo funcionalismo e pelos políticos dependentes, estava no Rio de Janeiro, na Corte, não apenas como sede da

11. Idem, *ibidem*, p. 83.

12. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo, Progresso Editorial, 1949, p. 158. (Obras completas de Joaquim Nabuco, v. VII)

monarquia centralizadora, mas como centro da economia, na verdade, politicamente condicionada. No fim do regime, quando já se fazia sentir a presença das províncias, em 1885-1887, o governo central arrecadava 54% dos seus rendimentos na capital e nela gastava 73% dos seus recursos. As províncias não tinham escolas, com apenas 16% da população do Império alfabetizada. O Rio de Janeiro, desde que a Corte portuguesa para lá se transferiu, passou a ser o filtro entre a cultura europeia e o país, ditando os costumes, a moda e as ideias a todos os habitantes. Ao mesmo tempo, quase a metade de sua população se compunha de escravos, que conviviam com o afrancesamento do Segundo Reinado. Havia, desta sorte, simetria entre a centralização administrativa, cultural e política — em grande parte, os candidatos a postos públicos eram selecionados na Corte, por cooptação. No alto, só havia um poder autônomo, guiando-se mais pela cultura europeia do que pela visão do país. O povo era uma massa amorfa a educar, a civilizar, a tutelar, de acordo com o comando do poder pessoal do Imperador. Para dissipar qualquer dúvida sobre a eficácia do poder, que atuava menos pela força da tradição e do carisma imperial, convém notar que os instrumentos de coação eram vigorosos, os mais caros e pesados de todo o mundo, proporcionalmente. As despesas militares, em tempo de paz, consumiam a terça parte da renda do país¹³, fato que mostra a verdadeira face do poder imperial.

À medida que o país, pelas suas elites, acordava do sono escravocrata e do domínio do ruralismo — um ruralismo do qual a cidade dependia, parecendo-me, ao contrário, que aquele dependia desta, com seus recursos para adquirir escravos e financiar as safras — mais enérgico se tornava o poder imperial, o poder irresponsável perante o país. Na última fase do Império — lembra Sérgio —, de 1868 a 1889, acentua-se o governo direto do Imperador. Todas as legislaturas, menos uma, serão interrompidas com a dissolução comandada de fora do jogo parlamentar, forjando eleições, para trocar o ministério. Clamava-se, ainda aqui, por inspiração da política francesa e inglesa, contra o “poder pessoal”, o então chamado “imperialismo”, não poupando os críticos o “césar caricato”, os quais, quando não eram candidatos repelidos, sonhavam para o país um autêntico sistema representativo. Mas, de

13. HOLANDA, S. B. de. *Do Império à República*, op. cit., p. 167.

outro lado, difundiu-se, a partir de meados do século, ilustrada pela imagem do Segundo Império francês, submetido à ditadura de Luís Napoleão, a ideia de confiar ao imperador, num regime voltado para o povo, um governo que nele situe, e não nos partidos, nos ministros ou no parlamento, a origem de todas as decisões políticas¹⁴. O próprio Joaquim Nabuco, com seu liberalismo, que oscilava entre o radicalismo e a cautela conservadora, em 1888 sucumbiu a essa tentação, pedindo a intervenção imperial, ou ditatorial, em favor da libertação dos escravos (desta vez, o motivo é nobre, mas o precedente criaria um preceito que, com torpeza, voltaria ao longo da história do país):

Eu nunca denunciei o nosso governo por ser pessoal, porque com os nossos costumes o governo entre nós há de ser sempre por muito tempo ainda pessoal, toda a questão consistindo em saber se a pessoa central será o monarca que nomeia o ministro ou o ministro que faz a Câmara... O que sempre fiz foi acusar o governo pessoal de não ser um governo pessoal nacional, isto é, de não se servir do seu poder, criação da Providência que lhe deu o trono, em benefício do nosso povo sem representação, sem voz, sem aspiração mesmo...¹⁵

No alto, um governo absoluto, que não assume sua fisionomia, mascarado nas falsas instituições parlamentares. Na base, a ausência da sociedade civil, esmagada pelo escravismo e pela impossibilidade de se organizar. O sistema eleitoral, alterado muitas vezes, com o pretexto de buscar a autenticidade representativa, aristocratizava o eleitorado, desaparecendo a nação diante do privilégio¹⁶. Os poucos homens que dispusessem de meios — fortuna ou poder — para influenciar ou coagir os eleitores, tornavam-se os da opinião que, por força própria, se sobrepunha à nação, impondo sua vontade, substituindo-se a esta.

Para o filho do primeiro Martin Francisco, neto e sobrinho do primeiro José Bonifácio, pareceu fácil identificar os verdadeiros

14. Idem, *ibidem*, p. 64.

15. NABUCO, Joaquim. *Discursos parlamentares*. São Paulo, Progresso Editorial, 1949, p. 327. (Obras completas de Joaquim Nabuco, v. XI)

16. HOLANDA, S. B. de. *Do Império à República*, op. cit., p. 207.

componentes dessa aristocracia de espécie nova. Como elemento mais poderoso, e em primeiro lugar, estaria o alto funcionalismo do Império. Os empresários de obras públicas e seus dependentes, os privilegiados do orçamento e suas aderências, a advocacia administrativa com seus contratos, as associações com suas garantias, viriam logo depois. No fim, e para fechar a cauda da grande liberdade eleitoral, desfilaria a procissão dos áulicos, a disputarem títulos, condecorações e honrarias.¹⁷

Que ninguém se espante com a pequena dimensão do eleitorado, tanto no sistema censitário do Império, como no sistema capacitário da República. Em 1886, para uma população estimada em 13 milhões de habitantes, havia 117 mil eleitores, 0,89% da população. Em 1898, para uma população de 17 milhões de habitantes compareceram às urnas 462 mil, 2,7% da população. Até 1926 nunca se ultrapassou a faixa de 3%.

É nas duas décadas anteriores à proclamação da república que mais claramente sobem à tona numerosas contradições íntimas do sistema político do império: contradição entre o princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo e a falta de autêntica democracia; finalmente, entre uma carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita que pende para o parlamentarismo. A presença de alguns desses contrastes não constituiria uma novidade, pois não faltam na história das nações modernas exemplos de como eles podem por algum tempo coabitar; a novidade está em terem conseguido equilibrar-se tão longamente, quase três quartos de século, e em tamanha profusão, em terra onde tudo pareceu conspirar, desde o começo, contra sua sobrevivência.¹⁸

17. Idem, *ibidem*, p. 217.

18. Idem, *ibidem*, p. 68-69.

Podem-se encerrar estas considerações, que não abrangem senão uma parcela mínima de uma obra monumental, com uma palavra simples: o lastro de nossa formação não permitiu ao país institucionalizar o poder político em simetria com a sociedade. Para chegar a essa desoladora conclusão, implícita em sua elegante narração, partiu o historiador, sempre mantendo a sua imparcialidade diante dos atores e dos acontecimentos, de valores que, se não julgam, formam a visão que seleciona os fatos, clarividente na perspectiva escolhida. Essa maneira de ver, que foi capaz de rasgar o véu que encobre um momento histórico, situa o foco da observação no povo e não no poder. O liberalismo falso e mentiroso, que prescindiu do consentimento dos cidadãos para constituir a autoridade; o soberano que, sem freios e sem restrições, governa, administra e reina, mascarado no parlamentarismo fraudulento, sustentado por eleições impostas pela baioneta e pela corrupção; políticos e partidos que servem ao poder, despreocupados com seus constituintes-fantasmas não são ingredientes capazes de responder à pergunta que define a legitimidade: por que obedecer? Esta a palavra que inunda a obra de Sérgio Buarque de Holanda: não conseguimos, no curso da enfermidade do tempo histórico, encontrar a legitimidade política e popular, a soberania do povo, que só a cidadania poderá, um dia, construir.

Raízes do Brasil e o modernismo

Antonio Arnoni Prado

Ensaísta e professor de literatura brasileira da Unicamp.

É autor de *Lima Barreto: o crítico e a crise* (1976) e
1922: itinerário de uma falsa vanguarda (1983).

Em 1924, num artigo que acabou dividindo o movimento modernista, Sérgio Buarque de Holanda, tratando da obra de Graça Aranha, estabelece uma distinção fundamental para compreendermos o sentido das relações entre a literatura dos novos e o pensamento conservador brasileiro. Diz ele que o que atrapalha o pensamento de Graça Aranha é que, nele, a *imaginação histórica* nada significa para a *imaginação estética*, sendo antes um estorvo na medida em que “deprime o artista enquanto homem completo”¹.

Sérgio diz isso para fazer um contraponto entre as ideias de Graça Aranha e a vocação cosmopolita de Joaquim Nabuco — mas essa observação representa, a meu ver, um primeiro esboço para as análises (desenvolvidas mais tarde em *Raízes do Brasil*) sobre a função do passado enquanto referência para compreender a cultura brasileira.

1. HOLANDA S. B. Um homem essencial. *Estética*, Rio de Janeiro, I (1): 29-36, set. 1924.

E representa também — para quem se interesse pelas origens de um projeto de interpretação do Brasil que, surgindo em 1920, atravessa o modernismo e culmina em 1936 com a publicação de *Raízes* — um primeiro desvio no programa modernista interessado em propor uma explicação histórica para a nossa alegada *incapacidade de criar espontaneamente* — como se sabe, uma das teses que abrem o ensaio clássico de Sérgio Buarque de Holanda.

Quem olha o conjunto da obra crítica de Sérgio anterior a 1930 nota, já no período que antecede a Semana de 22, uma impressão difusa de que a nossa produção intelectual inscrevia-se num quadro típico de cultura periférica sem eixo próprio. E percebe, num segundo momento, que resistindo ao radicalismo primitivista do ideário de 1922, a leitura dessa deformação de origem acaba abrindo uma espécie de plataforma de onde sairia uma das bases de *Raízes do Brasil*, livro que, visto desse ângulo, representaria o olhar maduro do intelectual que encarna, ele próprio, a superação crítica do sistema em que se formou.

É interessante como, já no artigo de estreia, publicado no *Correio Paulistano* em 22 de abril de 1920, o jovem Sérgio — com todos os exageros de um menino de 18 anos — se ressentia da nossa falta de originalidade literária e mostra-se incomodado com o desapareço do colonizador para com a nossa terra. E é visível a impaciência com que ele repassa os obstáculos desse quadro adverso para meditar na comparação dos seus efeitos com o sistema colonizador espanhol.

Querendo acreditar que a emancipação intelectual de um povo não dependia de sua emancipação política, Sérgio estava então convencido de que um compromisso prolongado com as bases materiais da vida na extensão de seus domínios fez brotar na América hispânica um primeiro sintoma de originalidade literária voltado para a integração espiritual com a natureza e a gente nativa².

Essa constatação, que vista de hoje pode parecer banal, é, ao contrário, muito importante se articulada, como o crítico Sérgio trata logo de mostrar, a um sentimento de *americanismo integrador* que ele identifica na épica do poema “Araucana” (1969), do espanhol Ercilla y Zuniga, nas páginas do *Rusticatio Mexicana* (1817) do padre Rafael Landívar, que

2. Cf. HOLANDA, S. B. de. Originalidade literária, *Correio Paulistano*, São Paulo: 22 abr. 1920.

ele desdobra na leitura da obra igualmente integradora de um Francisco Garcia Calderón, de um Santos Chocano (que ele considerava o Walt Whitman das terras do Sul) ou mesmo de um Vargas Villa.

Coisa muito diferente do que ocorreu ao colonizador português que, mais prático que o espanhol, “não teve”, segundo ele, “uma impressão tão sutil da natureza do Novo Mundo”, fato agravado pela circunstância de que as tribos selvagens que então habitavam o Brasil “não podiam inspirar aos dominadores, em geral incultos e rudes, senão desprezo e ódio”³.

Mas o ponto a ressaltar, apesar da importância da distinção, não é este. O que a meu ver interessa na leitura do jovem crítico são as consequências que ele tira daí, em especial a ideia de que, se não tivemos no Brasil nenhum poema propriamente épico, o fato se deve a que a nossa concepção da matéria épica derivava, segundo Sérgio, de fatores muito diversos daqueles então existentes na América espanhola.

E aqui entramos em cheio na antecipação de um dos temas mais caros à ideologia da criação literária disseminados em *Raízes do Brasil*. O artigo de 1920 nos mostra como o estilo gongórico de Rocha Pita transforma em 1730 a produção literária da América portuguesa num equivalente tropical ilustrado dos melhores talentos de Roma e da Grécia clássicas.

Isso, de um lado, nos remete ao bovarismo como um dos conceitos-chave com que Sérgio, em *Raízes*, vai desenvolver a ambiguidade das relações do brasileiro com sua própria terra (o louvor excessivo escondendo por vezes uma inconsciente repulsa à nossa realidade)⁴. E, de outro lado, lança os primeiros germes da interpretação da cultura que, igualmente em *Raízes*, atribui um valor excessivo ao prestígio universal do talento, que, para nós, não significa, a seu ver, propriamente amor ao pensamento especulativo, “mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa”⁵.

Mas é no tema do americanismo — que aparece nesses primeiros estudos anteriores à Semana de Arte Moderna como um projeto interessado em romper com as interpretações do saber hegemônico — que a crítica de Sérgio nos revela o quanto era urgente para ele, naquela

3. Idem, *Ibidem*.

4. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 13ª edição, 1979, p. 118-119.

5. Idem, *Ibidem*, p. 51.

altura, converter em instrumento de análise objetiva o conjunto das reformulações retóricas que transformavam em imagens pujantes a fisionomia do nosso atraso.

E aqui, ao se abrir para uma integração com o continente, a sua crítica se constitui num dos primeiros sintomas de consciência da modernidade anteriores ao modernismo. É o momento, por exemplo, em que vai buscar na colonização urbana da América hispânica um contraponto para o predomínio, no Brasil, da *moral da senzala*, velho apanágio do patriciado rural responsável pela submissão das cidades aos privilégios dos domínios agrários.

É ainda o momento em que vai contrapor o cosmopolitismo afetado de um Rubén Darío ao nosso espírito de imitação, sempre pronto, segundo Sérgio, a capitular ante as exterioridades banais da civilização ianque, mas incapaz de atentar para o que de moderno podiam significar para a linguagem literária a velocidade do relato-flagrante, o poema giratório, a estrutura fragmentária do conto quando integrados à aceleração da vida nas cidades em expansão.

Mas é também o momento em que rebate, na sensibilidade do crítico, o gosto pela alusão livre ao papel dos caudilhos e das oligarquias da América Latina. O artigo sobre Vargas Villa, neste caso, é exemplar enquanto sintoma de um empenho ideológico interessado em definir um papel literário para a literatura e a arte de um modo geral. Tudo para encorpar a convicção de que já não era mais possível naquela altura olhar para esse passado sem a decisão de “estudá-lo com um espírito inteiramente novo, ousado, irreverente, sem a menor preocupação”, diz Sérgio, “com o que escreveram homens como Rocha Pombo e Sílvio Romero”⁶.

É com esse espírito que ele vai destacar a prosa moderna dos jovens de São Paulo, a prosa de um Oswald de Andrade no romance *João Miramar*, por exemplo, no que este representava para a superação do romance tradicional, do romance de um Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, que Sérgio comenta no artigo “Um centenário”, marcando bem, neste último, o movimento harmônico de seus personagens com a “atmosfera da vida rural que as cidades apagavam” no quadro das “transformações inevitáveis da sociedade brasileira”, que ele então antecipava⁷.

6. HOLANDA, S. B. de. Ronald de Carvalho - estudos brasileiros. *Estética*, Rio de Janeiro, II (1): 215-218, jan.-mar. 1925.

7. HOLANDA, S. B. de. Um centenário. *A Cigarra*, São Paulo, VII (140): jul. 1920.

Uma distinção como esta permite a Sérgio examinar noutro texto a crise do romance visto como “a grande ferramenta do século [para] a investigação sobre o homem”⁸.

E já traz claramente anunciadas as hipóteses de trabalho com que ele vai definir as amenidades juvenis que cercam o universo imaginário dos romances de Macedo, nas quais as personagens, em geral, não precisam sair da chácara ou da fazenda para encontrar os limites do mundo e a confirmação do próprio destino e em que a última instância é sempre a vontade soberana do patriarca, cuja felicidade, garantida pelo brasão e pelo trabalho escravo, está sempre a coberto de qualquer ameaça.

O tema aí desenhado reaparece nas distinções sociais de *Raízes do Brasil*, em que a própria ideia de família (próxima, aliás, do tema *famulus*, que significa escravo, como Sérgio faz questão de assinalar) entra amarrada à ideia de escravidão, bem como à noção de filhos e agregados submissos ao domínio dos patriarcas formando uma organização compacta em que prevalecem sobretudo as relações de afetividade.

O seu contraponto já vem delineado nas análises da primeira fase dos anos 1920, quando o jovem Sérgio aponta para o interesse que podem trazer as questões urbanas desvinculadas das classes dominantes e presentes, como ele mostra, nos romances ainda pouco conhecidos de alguns autores pelos quais se interessava, gente como Lima Barreto, como um Enéas Ferraz, como um Oswald de Andrade — interessados todos ora na deformação paródica dos patriarcas que a modernidade arruinava, ora no tratamento direto dos desequilíbrios sociais mais agudos, visíveis, por exemplo, na vida dos subúrbios e nos desvãos que as cidades incorporam.

Sabemos que esse tema, trabalhado em *Raízes*, acabou se completando em dois momentos posteriores de grande avanço na análise da superação da velha ordem, na crítica literária.

No primeiro deles, Antonio Candido retomou, sob a estrutura aparente das *Memórias de um sargento de milícias*, o significado profundo dos laços afetivos nas relações entre o público e o privado e deu, por assim dizer, uma dimensão dialética aos movimentos do homem cordial, mostrando como — diferentemente do pícaro da tradição europeia — o herói do romance, Leonardo Filho, aparece sob a roupagem tipicamente

8. Cf. HOLANDA, S. B. de. A decadência do romance. *A Cigarra*, São Paulo, VIII (156): 15 mar. 1921.

brasileira do *malandro*, originário dos traços mais profundos da nossa realidade social e representativo da ação ambígua que tolera a circulação livre por entre as esferas da ordem e da desordem⁹.

No segundo, Roberto Schwarz retoma em sua análise da obra de Machado de Assis a clássica antinomia, anunciada em *Raízes*, entre o liberalismo democrático de fachada e a repulsa por toda hierarquia racional, para nos mostrar como a volubilidade do narrador das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, ao *desprovincianizar* a sociedade do Rio de Janeiro imperial, acaba fixando o “contraste entre a face pública [do sistema], marcada pelo ar de Corte e de modernidade, e os traços em que se vê ou adivinha a Colônia”.

No intervalo entre ambos, ganha corpo a imagem dos dois Brasis juxtapostos no interior das personagens, heterogêneas por construção. Ou — nos termos do próprio Roberto — confirmando as indicações de Sérgio Buarque acerca da ambiguidade institucional brasileira: as personagens de Machado de Assis, confundidas pela volubilidade do narrador, “compõem uma galeria razoavelmente normal, se o ponto de vista for o cotidiano; se for o europeizante, parecerá haver exorbitância generalizada, e estaremos em companhia de uma população de excêntricos, bandidos, supersticiosos etc.”, o que significa dizer, segundo ele, que “a instabilidade vertiginosa do juízo repete à sua maneira o estatuto do país, cuja normalidade, do ângulo das ideias hegemônicas do tempo, era uma anomalia”¹⁰.

E aqui também é preciso dizer que, sendo um crítico de vocação cosmopolita e posições originais, mesmo com os arroubos naturais da juventude, o Sérgio que veio para o movimento de 22 tinha, no conjunto, uma visão que transcendia em parte os alvos localistas dos jovens futuristas de São Paulo. O que, em síntese, se pode seguramente dizer é que o ideário do crítico nem sempre convergiu para o ideário da Semana.

A razão, como é possível notar pelos textos dessa primeira fase de sua obra crítica¹¹, é que a modernidade para Sérgio não se esgotava num processo eminentemente nacional nem pressupunha, em seus limites,

9. MELLO E SOUZA, Antonio Candido. Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

10. SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1990, p. 182

11. HOLANDA S. B. de. *O espírito e a letra*. Estudos de crítica literária. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 2 vols.

uma compreensão da cultura e do país unicamente determinada pelo radicalismo primitivista dos chamados *futuristas* de São Paulo.

Um exemplo disso é como o entusiasmo do jovem modernista vai aos poucos se transformando num comedimento que em nada fazia lembrar as estripulias do rapaz excêntrico que, segundo Rodrigo Melo Franco, costumava caçar parnasianos pelas avenidas do Rio com a intenção de provocá-los¹². Há até quem acredite — como Francisco de Assis Barbosa — que esse recuo acabou levando ao desencanto, que fez Sérgio romper com tudo e ir embora para o Espírito Santo, em 1926, dirigir o jornal *O Progresso*.

Uma coisa, no entanto, parece certa. O empenho do primeiro Sérgio em compreender os movimentos da cultura e da nossa formação histórico-social, funcionando como uma ponte para o argumento de *Raízes do Brasil*, há muito que anunciava a necessidade de estudar o processo da nossa dependência, incluindo as ilusões de certeza com que os modernistas decidiram simbolizar a nossa ilimitada liberdade.

Um exemplo disso é a surpresa com que Sérgio presente no Mário de Andrade anterior a *Macunaíma* uma certa adesão — e mesmo a crença declarada (segundo afirma) — ao chamado *princípio de construção*, que daria em tese ao modernismo a condição de refazer o curso da nossa história.

O Sérgio moço estranhava por exemplo que Mário de Andrade (a quem sempre tomou como mestre ao longo da vida) pudesse então admitir “a idealização, a criação, em suma”, diz ele, “de uma elite de homens inteligentes e sábios” capazes de nos impor uma experiência e um projeto fechados.

A sugestão assentava bem — segundo ele — num espírito como o de Tristão de Athayde, por exemplo, sempre vinculado ao peso simbólico das grandes abstrações.

E argumenta pensando na elite salvacionista de homens como Athayde, Jackson de Figueiredo ou Graça Aranha, para os quais o Brasil sempre careceu “de uma arte, de um pensamento, enfim, que traduzisse um anseio qualquer de construção” (ele insiste sobretudo nessa *panaceia abominável de construção*, sem a qual se acreditava que permaneceríamos nos agitando no caos e nos debatendo na desordem).

12. Ver FRANCO, R. M. Singularidade e multiplicidade de Sérgio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro: 13 jul. 1952.

“Desordem do quê?”, pergunta Sérgio. A resposta completa-se num argumento decisivo em que ele procura mostrar que a ordem perturbada entre nós não era de certo, e nem podia ser, a nossa desordem, mas uma desordem artificial, imposta de fora¹³.

As divergências não param aí e alcançam a própria concepção da *língua brasileira*, tão cara aos modernistas, que Sérgio vai mesmo aprofundar numa resenha sobre *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade¹⁴.

Na verdade, apesar de reconhecer que é na obra de Oswald que o burguês brasileiro aparece pela primeira vez tratado brasileiroamente — e de admitir que o *Miramar* “é moderno, modernista”, sem qualquer sintoma da convenção —, apesar disso, Sérgio discorda de Oswald, ao insistir na excessiva distância entre a forma e a sociedade, a técnica e, por assim dizer, o contexto que a pressupõe.

No caso do *Miramar*, sem prejuízo do alto valor da composição do romance, composto em fragmentos alternados, a questão suscitada é a do “falar brasileiro” e do “escrever brasileiro”, com a qual Sérgio diz concordar apenas em parte, admitindo tratar-se de uma “tentativa proveitosa apenas enquanto destruição”.

Ela acabou com o erro de português — diz ele — “mas criou o erro de brasileiro, de que está cheio o livro”. Daí a necessidade de puxar o tema para as particularidades de seu contexto e para a função social de seu significado.

Para Sérgio, o fato de ninguém falar o *brasileiro* de *Miramar* deixa encoberta uma cláusula da cultura, a fisionomia de uma contradição que, por assim dizer, vivia apenas na formulação de símbolos que dissecam palavras para imobilizá-las em moldura parcial, não importa se recheada das virtudes próprias — como ele reconhece — de um artista do calibre de Oswald de Andrade.

O que faltou observar, de seu ponto de vista, é que a nova língua em formulação precisava fixar determinadas normas que convinha unificar, deixando as exceções para mais tarde, como aconteceu com os grandes criadores que — a seu ver — só puderam ser grandes na

13. HOLANDA, S. B. de. O lado oposto e outros lados. *Revista do Brasil*, São Paulo: 15 out. 1926.

14. Ver HOLANDA, S. B. de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. *Estética*, Rio de Janeiro, II (1): 218-22, jan.-mar. 1925.

medida em que se conformaram com o uso, circunstância que implica um caminho e intervenção sociais mais árduos para o escritor interessado em converter-se — segundo ele — em *criador brasileiro*.

Neste caso, Sérgio converge para Mário de Andrade: a simples trajetória do escritor-artista não foi por certo o alvo preferencial dos modernistas, como até recentemente se costumava acreditar, mas pressupõe a ação radical e mais arrojada de um escritor que precisava e queria ser diferente, o *escritor criador brasileiro*.

Mas o círculo parece mesmo se fechar quando, tratando do livro de viagens *Pathé-Baby*, de Alcântara Machado, Sérgio volta ao tema para tratar da dispersão intelectual do narrador modernista, em geral pouco atento, segundo ele, por um vício de origem, às referências vitais que estão sob o texto.

É quando ele estabelece um contraponto interessante entre a ingenuidade do caricaturista Alcântara Machado, que agora inverte o sinal de colonizado e olha matutamente a Europa em suas impressões de viagem — uma ingenuidade estranhamente objetiva, nos diz Sérgio, e mesmo crítica se pensarmos que é escrita por alguém que “esconde o poema debaixo de cada objeto” — e, de outro lado, a nota subjetiva que se derrama num sentimentalismo bem brasileiro.

Coisa que, traduzindo em linguagem direta, significa dizer que o narrador modernista, mesmo diante de circunstâncias concretas e de representações culturais irredutíveis, não consegue se livrar daquele estado de “lucidez quase perversa, quase impiedosa” (são palavras de Sérgio) que se derrama nas descrições, por mais alusivas que elas sejam, por mais modernas que possam parecer. E por isso acaba aderindo, inconscientemente, ao que mais repudia, justamente a tradição lírica ostentosa que sempre se articulou com a convenção e a retórica canonizada.

A grande lacuna que Sérgio desvenda aqui é que Alcântara Machado — como talvez a maioria dos modernistas —, apesar das aparências radicalmente em contrário, “não demonstra níquel de interesse pelo Passado ou pela História, a não ser”, diz ele, exagerando no traço, “pela face do pitoresco que propõe o seu ponto de vista”¹⁵.

Mas é justamente neste aspecto da inserção ideológica que se define a singularidade do tom na trajetória crítica do primeiro Sérgio

15. HOLANDA, S. B. de. *Pathé-Baby. Terra roxa e outras terras*, São Paulo, 1 (6): 6 jul. 1926.

Buarque de Holanda. E isto fica claro quando, ao romper com Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia e o grupo da Anta, por exemplo, ao romper com Ronald de Carvalho, Graça Aranha e o grupo carioca, Sérgio dirá dos primeiros que não são modernistas-criadores e os exclui não apenas pela orientação estética: eram acadêmicos, *modernistas da ordem*, fáceis de incorporar ao espírito depois transposto como um dos argumentos centrais de *Raízes do Brasil* — no qual, como sabemos, se esboça o arquétipo dessa gente, amiga da simulação intelectual e das aparências da retórica, tão caras ao bacharelismo e que tão bem explicam (segundo Sérgio) o sucesso do positivismo no Brasil.

Tudo isso entremeado à formação livresca que facilita, como se pode ler em *Raízes*, a *criação de um mundo fora do mundo* em que o amor às letras acaba se transformando “num derivativo cômodo para o horror [dissimulado] à nossa realidade”, contra a qual, por sinal, não reagem, diz Sérgio, “nem tratam de corrigir ou dominar: simplesmente se esquecem ou deixam-se ficar entre os desencantos precoces e as ilusões de maturidade”¹⁶.

Faltou dizer que a própria dimensão da consciência histórica, enfeixada em *Raízes*, enfeixa também os pressupostos com que a crítica de Sérgio se afastava por vezes dos próprios modernistas revolucionários. Nestes (em Mário, Oswald, Alcântara), o anúncio da ruptura sistemática, da dissidência radical e solene, da crença numa revolução inteiramente voltada para dentro, continha (na intuição do Sérgio dos anos 1920) os desvios da *abstração formal* exasperada, depois convertida nas certezas da Antropofagia e no alarme inaugural do movimento Pau Brasil.

Só depois de *Raízes*, no entanto, é que seria possível perceber onde o crítico queria chegar. Na base da revolta, fundas circunstâncias de cultura, coladas no perfil do colonizado, persistiam como o oponente invisível na trajetória entre as esferas da ordem e da desordem, para retomar aqui os termos da mencionada análise de Antonio Candido. Sob sua influência, os modernistas da desordem, a exemplo dos modernistas da ordem, estão integrados, com as naturais diferenças de imaginação e talento, no quadro da subideologia dos que fazem tábula rasa do poder milagroso das ideias para escapar à crueza da realidade circundante.

16. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 121.

A visão política de Sérgio Buarque de Holanda

Antonio Candido

Professor Emérito de teoria literária e literatura comparada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1.

A minha intenção é propor uma leitura relativamente livre, mas acho que não arbitrária, do capítulo final de *Raízes do Brasil*. Para isso, é preciso fazer algumas considerações prévias.

Sérgio Buarque de Holanda nunca foi militante político propriamente dito, mas teve desde moço consciência política e posições ideológicas definidas para o lado da esquerda, e como tal sempre foi tido. Em 1928, por exemplo, quando era bem jovem, foi convidado para fazer parte do Bloco Operário Camponês, agrupamento de frente única orientado pelo Partido Comunista, mas recusou. Em 1929 viajou para a Alemanha e pôde presenciar os primeiros atos de selvageria dos nazistas em Berlim, onde, aliás, eles custaram a se implantar. Essa experiência lhe mostrou ao vivo o que era o fascismo. De volta ao Brasil no final de 1930 posicionou-se contra a ditadura de Getúlio Vargas, chamada naquela primeira fase Governo Provisório. Tanto assim que

A visão política de Sérgio Buarque de Holanda

em 1932 ficou ao lado da Revolução Constitucionalista de São Paulo, chegando a ser detido por manifestar-se publicamente.

Mais tarde, em 1942, participou da fundação e a seguir das atividades da Associação Brasileira de Escritores, a famosa ABDE, que visava ostensivamente a defender os interesses profissionais, sobretudo os direitos autorais, mas se dispunha também a lutar na medida do possível, como lutou, pela volta das liberdades democráticas. Os recursos usados pelos intelectuais para fazer oposição ao Estado Novo, instaurado em novembro de 1937, foram muitos. A ABDE foi dos mais eficazes. Em janeiro de 1945 ela realizou em São Paulo o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, do qual Sérgio Buarque de Holanda participou como membro da delegação carioca. No fim dos trabalhos o congresso lançou um manifesto pedindo a volta das liberdades, que os jornais não puderam publicar devido à forte censura. Foi então lido na sessão de encerramento no Teatro Municipal e distribuído em volantes.

Em agosto de 1945 fundou-se no Rio de Janeiro a Esquerda Democrática, agrupamento que assumiria em 1947 o nome de Partido Socialista Brasileiro. Sérgio foi dos membros fundadores e nela atuou. Mudando para São Paulo, em 1946, continuou filiado, e em 1950 foi candidato a deputado estadual em cumprimento a solicitação partidária, mas sem a menor vontade, sendo que ele próprio aconselhava a não votar no seu nome...

Voltando à sua atuação no que se pode chamar de política literária, menciono que foi presidente nacional da ABDE quando morava no Rio e, quando mudou para São Paulo, da sua seção local, tendo atuação destacada em vários momentos. Por exemplo: no 2º Congresso Paulista de Escritores, realizado na cidade de Jaú em 1949.

Na luta contra a ditadura Vargas, a associação tinha efetuado o conagraçamento, contra o inimigo comum, das diversas correntes políticas: liberais, socialistas democráticos, stalinistas, trotskistas. No entanto, derrubada a ditadura em 1945, os associados realmente interessados na literatura e nos direitos da inteligência entenderam que era chegada a hora de deixar claro que a tônica nesses interesses era a sua razão de ser, sem prejuízo da dimensão política, mas sem subordinação a ela, como no momento de combate ao Estado Novo. No entanto, os comunistas, que estavam de novo na ilegalidade, queriam prolongar o papel predominantemente político da ABDE e mesmo atrelá-la à

orientação estrita do seu partido.

Nós, do Partido Socialista, predominávamos na direção da seção paulista, da qual eu era presidente por ocasião do 2º Congresso local. Propus então que a declaração de princípios desse destaque aos direitos da inteligência e da criação, reconhecendo que cada escritor deve atender antes de mais nada a eles. Era uma guinada em relação ao cunho político das declarações anteriores e houve embates duros, mas o nosso ponto de vista prevaleceu e adotou-se a nossa proposta de redação, pensada por Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Lourival Gomes Machado e eu. A redação final foi de Sérgio Buarque de Holanda e quem leu o documento foi Sérgio Milliet. Dou esta informação para mostrar a orientação ideológica do nosso grupo de socialistas democráticos em política cultural e para ilustrar a atuação de Sérgio Buarque de Holanda nesse sentido.

Implantada a ditadura militar pelo golpe de 31 de março de 1964, ele sempre se opôs abertamente a ela. Em 1969, quando foram aposentados arbitrariamente alguns colegas da nossa Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, como já tinha tempo suficiente de serviço ele se aposentou, num gesto de protesto e solidariedade. A fase mais sinistra da ditadura começou naquele ano, e durante os muitos que ela durou Sérgio nunca deixou de marcar a sua oposição, da qual dou um exemplo. No tempo do governo Médici (1969-1974) surgiu no Congresso um deputado do MDB de grande força e energia oposicionista, Oscar Pedroso Horta, que enfrentou o regime com bravura e constância, de maneira a tornar-se um ponto de referência para as oposições. Sérgio organizou, então, creio que o primeiro manifesto oposicionista de intelectuais em São Paulo, declarando apoio a Oscar Pedroso Horta. Felizmente o manifesto pôde ser publicado nos jornais e valeu por uma brecha aberta. Na mesma altura foi vice-presidente do Centro Brasil Democrático, ideado por Oscar Niemeyer.

Essas informações visam a sugerir a constante preocupação política de Sérgio Buarque de Holanda e a sua opção socialista, que se prolongou pela adesão imediata ao Partido dos Trabalhadores, do qual foi um dos fundadores em 1980. E com isso chego ao tema da minha comunicação, que, como ficou dito, pretende ressaltar certos aspectos políticos do seu livro inicial e mais famoso, *Raízes do Brasil*, com referência ao último capítulo.

2.

Nos decênios de 1920 e 1930 houve grande interesse pelo que se pode chamar de “explicações do Brasil”, interesse simbolizado de certo modo por uma iniciativa editorial de grande importância, a coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, organizada e por muitos anos dirigida por Fernando de Azevedo. Essas “explicações” se concentravam sobretudo no passado e podem ser exemplificadas por duas obras de enorme influência: *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, e *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. *Raízes do Brasil* (1936) é menos ambicioso e se distingue por um traço peculiar: parece escrito pensando no presente e deságua numa reflexão política de singular atualidade.

De fato, no último capítulo, Sérgio Buarque de Holanda encaminha as conclusões no sentido de uma crítica ao liberalismo, rejeitando tanto a solução fascista, então na moda com o integralismo, quanto a solução comunista. As suas anotações a respeito são rápidas mas bastam para o leitor perceber que sugerem uma solução de cunho democrático-popular, que lhe parece possível e está ligada a certos traços, dos quais destaco dois: 1) o fim da tradição colonial luso-brasileira (ou seja, a nossa fórmula originária) e 2) o advento das massas populares.

Para comentar esses dois traços talvez eu fuja um pouco da letra do capítulo, interpretando o pensamento de Sérgio a fim de torná-lo mais explícito, mas sem trair a sua inserção no contexto do livro.

Quando alude ao fim da tradição colonial de raiz portuguesa, ferida de morte pela Abolição, ele desloca o foco de interesse do passado para o Brasil do seu tempo, marcado pela urbanização que dissolve os valores e os hábitos rurais próprios da tradição colonial. Ora, esse novo Brasil, que ele chama “americano”, para indicar uma especificidade que o afasta do tronco ibérico, era sobretudo o Brasil meridional transformado pela imigração, sendo curioso que não tenha feito referência ao imigrante para caracterizar uma nova era devida em parte à influência deste. No capítulo final de *Raízes do Brasil* podemos dizer que há uma espécie de oposição entre duas trincas: luso-brasileiro—domínio rural—agricultura *versus* imigrante—cidade—indústria. A dialética dessas trincas caracteriza o Brasil contemporâneo e se tornava muito dinâmica no momento em que foi publicado *Raízes do Brasil*.

Pensando na natureza das “explicações”, é possível interpretar a nostalgia da raiz portuguesa em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre como uma atitude intelectual de cunho conservador. Não apenas isso, é claro, mas isso também. Inclusive porque é um modo de ver que se prende a uma perspectiva de classe dominante.

Com efeito, para Oliveira Vianna, ainda mergulhado nas explicações raciais, o colonizador seria ariano e formou aqui uma camada de senhores que impunha civilização e ordem às camadas inferiores, mestiças, aborígenes e negras. O resultado seria a “aristocracia rural”, baseada no “grande domínio” e sua “função simplificadora”, que deu a tônica da vida nacional.

Em Gilberto Freyre essa visão aristocrática era atenuada, na medida em que ele deslocou o foco da raça para a cultura, além de abrir uma perspectiva potencialmente radical ao valorizar a miscigenação e demonstrar a importância essencial do escravo na formação do nosso caráter e da nossa maneira de viver. Mas Gilberto Freyre se limitou ao passado (naquele livro) e à esfera familiar, além de manifestar certo desvanecimento com a tradição luso-brasileira, inclusive dando ao português uma posição privilegiada entre os povos colonizadores.

Nos dois autores, a tradição luso-brasileira e rural era apresentada não apenas como padrão interpretativo privilegiado, mas com certa aura valorativa que poderia levar a uma visão conservadora da história. E essa visão não deixou de se refletir na maneira de ambos verem o presente. Não esqueçamos que Oliveira Vianna foi um teórico do Estado Novo brasileiro e que Gilberto Freyre, apesar da sua intensa e destemida atividade democrática em certa quadra da vida, foi admirador atuante do Estado Novo português.

Essa visão algo saudosista, de implicações conservadoras, era bem diversa da que fora expressa nos primeiros anos do século por Manoel Bonfim no livro *A América Latina* (1905), que não teve a repercussão merecida e só mais tarde seria devidamente avaliado. Manoel Bonfim, muito influenciado por Oliveira Martins, via na colonização ibérica, espanhola e portuguesa, uma forma brutal de parasitismo econômico, que formou aqui elites dirigentes retrógradas, de mentalidade irremediavelmente conservadora.

Sérgio Buarque de Holanda não lera Manoel Bonfim e sua posição é diferente, mas, como ele, não manifesta em *Raízes do Brasil* qualquer

saudosismo, não se restringe à família como estrutura de referência e procura extrair do passado uma lição que evite as posições conservadoras no presente. Digamos que para a maioria absoluta dos intérpretes do passado brasileiro em seu tempo, inclusive Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, a dimensão luso-brasileira de origem colonial era vista sobretudo na sua continuidade, enquanto Sérgio focalizou sobretudo a sua ruptura, a sua redefinição a partir da “revolução” representada pelo fim do regime servil em 1888. À vista disso, seria possível indagar se livros como *Populações meridionais do Brasil* e *Casa-Grande e Senzala* representam por alguns aspectos certa reação, certa resistência à passagem do velho para o novo Brasil, aquele que Sérgio Buarque de Holanda chama “americano”? Talvez.

Passemos agora a outro traço significativo do capítulo final de *Raízes do Brasil*: a entrada das massas populares na vida nacional em concorrência com elites que Sérgio considerava gastas — tema que apenas menciona, de maneira alusiva e sintética, com base nas observações do viajante norte-americano Herbert Smith.

Ao fazer isto ele quebrava a tradição “ilustrada”, que atribuía às elites o papel permanente de tutor esclarecido do povo. No ensaio “As instituições políticas e o meio social no Brasil”, publicado no volume coletivo *À margem da história da República* (1924), Gilberto Amado exprime de maneira paradigmática a natureza dessa tradição, ao dizer que no Brasil tudo depende das elites, porque aqui não há povo, e o que se designa por esta palavra são na verdade os grupos privilegiados, fortemente minoritários, que têm alguma consciência dos problemas e atuam na política. Necessário, portanto, era educar as elites.

Essa visão liberal se completa sem dúvida pela preocupação com a totalidade do povo, mas vendo-o como massa a ser encaminhada e dirigida. Visão, portanto, que correspondia a uma forma especial de despotismo esclarecido, que era no fundo a ideologia das nossas elites. Só que, curiosamente, despotismo exercido por uma classe, não por um indivíduo, o que permitia a ilusão da liberdade (pois não se previa um déspota).

Ora, Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro historiador que aludiu à necessidade de despertar a iniciativa das massas, manifestando assim um radicalismo democrático raro naquela altura fora dos pequenos agrupamentos de esquerda. E esse ponto de vista coroa o longo

processo histórico por ele denominado “a nossa revolução”, começada com o movimento abolicionista nos anos de 1880 e em curso acelerado quando publicou o livro.

A consequência principal desse processo foi a crise das oligarquias, dando lugar a um jogo complexo de rompantes democráticos e tendências autoritárias, ao longo do qual se daria a entrada lenta mas constante do povo trabalhador na esfera da vida política. Sérgio apenas menciona essa ocorrência como desfecho, mas a maneira pela qual o faz é notavelmente antecipadora. O autoritarismo que estuda nesse capítulo, aparentemente atenuado pela Constituição de 1934 e pelo funcionamento passageiro das instituições parlamentares, voltaria inesperadamente no ano seguinte com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e os oito anos de ditadura que dele resultaram. Mas ao cabo desses oito anos viu-se, nas eleições de 1945, que a composição e a orientação do eleitorado haviam mudado radicalmente; que nas cidades e, em geral, nas áreas mais urbanizadas do país a escolha dos candidatos ia deixando de seguir o padrão de cooptação oligárquica; que o trabalhador, mesmo tutelado pela política trabalhista do governo, surgia como força nova, que não deixaria de crescer e se afirmar na vida política do país.

O mais interessante foi que esse processo se desenrolou como mistura de imposição autoritária (tendo no limite a ditadura) e iniciativa popular. A relativa indecisão teórica que nos parece haver no capítulo final de *Raízes do Brasil*, vista agora com a distância de mais de meio século e tanta história pelo meio, revela-se uma espécie de registro sensível do movimento profundo da sociedade brasileira, tal como estudada no restante do livro. Sociedade individualista e pouco afeita às relações impessoais, valorizando o favor e tendo dificuldade em separar o público do privado, canalizando paradoxalmente a rebeldia no rumo da submissão, preferindo obedecer a assumir responsabilidades. Tudo isso parece configurar a fisionomia ambígua do Estado Novo getulista, contra o qual lutamos, que foi o adversário por excelência em nossa mocidade, mas que histórica e sociologicamente foi uma fórmula conciliatória de passagem do velho Brasil ao Brasil novo. Mesmo sendo brutalmente conciliatória, o que soa como paradoxo mas corresponde à realidade.

Se eu estiver extrapolando mais do que o permitido à especulação intelectual, registre-se que ao menos uma coisa é certa: *Raízes do Brasil*

foi a única das “explicações do Brasil” daquele tempo composta em função do presente. Mais ainda: a referência ao presente se orientava por uma percepção aguda da dialética latino-americana em geral, brasileira em particular, da insubordinação e da submissão, cuja consequência política é o jogo de autoritarismo e rompante libertário. Ao fazer isso, Sérgio Buarque de Holanda não apenas esclarecia a nossa história, mas antecipava o futuro imediato.

Pessoalmente ele se situa numa posição democrática radical, criticando o liberalismo convencional das oligarquias, assim como o fascismo e o comunismo. Com a ciência fácil conferida pelo tempo a nós, sobreviventes, é como se ele estivesse antevendo a posição que assumiria formalmente em 1945, ao aderir a um partido socialista democrático.

Por todos esses motivos, *Raízes do Brasil* foi um livro de rara lucidez e uma inovação no quadro das interpretações do Brasil, tão enriquecida por obras de valor no decênio de 1930.

Sérgio Buarque de Holanda petista

Luiz Dulci

Ex-vice-presidente nacional do PT.

Por que Sérgio Buarque de Holanda, aos 78 anos e já doente, fez questão de participar diretamente da fundação de um novo partido político — e de um partido com as características do PT? Que sentido ele via nessa iniciativa? Que sentido político para o país, e que sentido pessoal, existencial?

Infelizmente, Sérgio não deixou nenhum depoimento formal acerca de sua opção pelo PT. Ao que sabemos, não publicou qualquer artigo nem deu entrevistas sobre o tema. Parece que tampouco foram encontradas em seus arquivos anotações relativas ao PT.

E, no entanto, ele estava lá. Estava lá, no Colégio Sion, em 10 de fevereiro de 1980, naquela inesquecível assembleia de líderes operários e camponeses, de sindicalistas e intelectuais, de padres e artistas, de exilados que acabavam de regressar ao Brasil e de companheiros recém-saídos da clandestinidade. Sérgio Buarque estava lá, ao lado de Lula, de Olívio Dutra, de Manoel da Conceição, de Apolonio de Carvalho, de tantos de nós, vindos dos quatro cantos do país para fundar o PT.

Recordo-me de vê-lo à entrada do auditório, naquela confusão fraterna e emocionada, em palestra com Mário Pedrosa, Antonio Candido e Hélio Pellegrino. Dali a pouco, uma das primeiras assinaturas do livro de fundação seria a sua.

E como teria sido importante colher de Sérgio sua análise do PT que nascia, ouvi-lo sobre o programa imediato, o projeto estratégico, o discurso do PT. Como seria precioso conhecer melhor as suas motivações — de um monstro sagrado da cultura brasileira, “o insuperável Sérgio”, no dizer de Manuel Bandeira — para engajar-se conosco naquela polêmica e perturbadora aventura. Mas, sobretudo, que fascinante não teria sido conversar com ele sobre o PT *na perspectiva da história*.

Que lugar o PT, na sua opinião, vinha ocupar na trajetória política brasileira? Que postura o partido deveria assumir perante o nosso passado de lutas populares? O que de ruptura, o que de continuidade? Que tradições alternativas resgatava ou deveria resgatar? Teriam elas vigência social e política, ainda que subterrânea, no Brasil dos anos 1980, ou apenas simbólica? E, por outro lado, de que novas condições econômicas, sociais e ideológico-culturais brotava o PT? Que mudanças na sociedade brasileira tornavam possível um partido de esquerda com a fisionomia e as ambições do nosso? Afinal, que horizonte de transformações históricas Sérgio descortinava para o PT, a ponto de engajar-se diretamente em sua fundação, àquela altura da vida?

Porque ele, o maior historiador vivo do país naquela época, um analista genial da civilização brasileira, certamente não estava ali por razões menores ou contingentes. Sérgio não era homem de gestos puramente protocolares. Não. Viera do Rio, doente, para fundar um partido, com as características polêmicas e perturbadoras do PT, na companhia política e intelectual que escolhera.

Conta-nos D. Maria Amélia, sua discreta companheira, também ela petista de primeira hora, que até mesmo em seus derradeiros meses de vida — ele viria a falecer em 24 de abril de 1982 — Sérgio nunca deixou de acompanhar com entusiasmo o noticiário sobre o PT. Lembra-se de sua indignação com o enquadramento de Lula na Lei de Segurança Nacional, em outubro de 1980. Temia que o episódio fosse utilizado para impedir a legalização do PT, para proscrevê-lo. Não subestimava de modo algum os ardis do general Golbery, típicos, segundo dizia,

da intolerância congênita das elites brasileiras frente às organizações populares independentes.

Naquela fase inicial de dramáticos obstáculos organizativos, em que tanto se combateu e estigmatizou, à direita e à esquerda, a proposta petista — partidos classistas seriam por definição antidemocráticos, a oposição “dividida” não seria capaz de derrotar a ditadura etc. —, intelectuais como Sérgio Buarque, Marilena Chaui, Antonio Candido, Paulo Freire, Mário Pedrosa, entre vários outros, cumpriram papel decisivo na defesa do PT e do pluralismo político-ideológico no país. Pondo corajosamente em jogo o seu prestígio, afirmaram não só o direito do PT a existir como também a importância histórica de sua existência para os rumos da democracia brasileira.

A batalha foi travada em vários campos: o jurídico, o sociopolítico, o intelectual. Nesse último, a simples presença de alguém como Sérgio Buarque entre os proponentes do PT já alterava a qualidade do debate.

Mas estou convencido de que a contribuição de Sérgio Buarque não se esgotou absolutamente naquele momento fundador. Tenho certeza de que ela pode — e deve — ir muito além. Acho que Sérgio pode ser utilíssimo ao PT *hoje*. O seu legado ético-intelectual, se for assimilado com a profundidade e lucidez que merece, pode representar, a meu juízo, uma esplêndida contribuição para que o PT e as esquerdas superem seus desafios intelectuais, morais e políticos do presente. Penso que é sobretudo nesse sentido que se deve falar aqui em Sérgio Buarque petista.

O legado propriamente científico de Sérgio, sua natureza e inestimável valor, já foi criteriosamente debatido nos textos anteriores. Quero, no entanto, referir-me a algo que permeia a sua obra, que nela se materializa mas que, ao mesmo tempo, a precede e transcende, constituindo-se na motivação constante — tanto mais enfática e obstinada quanto menos explícita, tanto mais visceral quanto menos propagandística — de toda a sua vida intelectual: o desejo de contribuir para a superior compreensão do Brasil em seu processo emancipatório, o propósito de servir, pela coragem e qualidade da inteligência, à integração soberana do Brasil no mundo.

Numa época como a nossa, em que o *nacional* padece terrível desprestígio, seja no meio político, seja no acadêmico e, sobretudo,

na mídia, nunca é demais ressaltar que Sérgio Buarque dedicou-se com formidável convicção, ao longo de mais de 50 anos, a estudar e debater o Brasil, sua vida material e cultural, sua trajetória política etc. Fossem quais fossem as circunstâncias, mesmo nas quadras mais adversas, quando tantas vontades se quebrantaram e tantas vocações se estiolaram, Sérgio nunca deixou de mobilizar suas melhores energias intelectuais e espirituais para investigar e interpretar o Brasil.

Hoje, na era da “globalização”, considera-se secundário ou até mesmo irrelevante investigar as raízes do Brasil, sua trajetória ao longo dos séculos, para melhor compreender as contradições do presente e as perspectivas do futuro. Os desafios atuais da economia nada teriam a ver com a nossa formação econômica, podendo ser equacionados perfeitamente à revelia da história. A vida política contemporânea seria explicável em si mesma, sendo de todo inútil inseri-la analiticamente na dinâmica que a gerou. A literatura brasileira de hoje poderia ser (e muitas vezes de fato é) estudada sem referência alguma ao processo cultural e especificamente literário de que resulta (o exato contrário do que recomendava Eliot: toda literatura já nasce dialogando, implícita ou explicitamente, com a tradição da qual faz parte, reproduzindo-a ou rebelando-se contra ela, não raro mesclando desdobramentos e rupturas). As explicações, além do mais, seriam todas exógenas, isto é, viriam todas de fora da realidade brasileira, inteiramente supranacionais, seja em termos de determinação real, seja em termos do modelo interpretativo. Mesmo aqueles que dizem não acreditar no clichê do “fim da história”, pensam e agem como se ela de fato tivesse sido “congelada” e fosse ocioso ou contraproducente recorrer ao exame de processos históricos para equacionar os desafios hodiernos.

Para Sérgio Buarque, ao contrário, nunca se tratou de importar modelos explicativos prontos e acabados e de *aplicá-los* à realidade brasileira. Tampouco se tratava de forjar por princípio categorias interpretativas autóctones, cuja intencionalidade fosse *a priori* a de opor-se às categorias adventícias. Nem servilismo intelectual nem sectarização artificiosa. Sérgio sempre dialogou abertamente com filosofias e metodologias de todas as latitudes. Sem presumir, no entanto, que estivéssemos condenados à condição de epígonos. Sem presumir que aqui, a partir da própria *intelligentsia* brasileira, em contato com um objeto de vivência e investigação peculiar, que põe desafios inter-

pretativos também peculiares, não pudessem surgir instrumentos de investigação e resultantes interpretativas originais. Se tal originalidade foi alcançada, por exemplo, no plano da criação literária, através de Machado de Assis, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, sem fazer tábula rasa do legado europeu ou central, ao contrário, assimilando-o em profundidade, por vezes genialmente, sem contudo medusar-se por ele — por que o mesmo nos estaria vedado no plano da investigação histórica ou científica? A originalidade inegável da nossa literatura de imaginação — por que estaria proibida ao nosso ensaísmo ou à nossa criação política?

O Brasil como objeto de estudo sempre teve, para Sérgio, o mesmo valor científico e moral dos maiores problemas do nosso tempo. Não o estudava por exclusão ou comodidade mas por escolha existencial e política, no pedestre mas formidável sentido grego da palavra. Nessa medida, ele encarna à perfeição uma das paixões mais altas e fecundas do modernismo, a de compreender o Brasil, de investigá-lo, de desvendá-lo em si mesmo e face ao mundo, de figurá-lo e transfigurá-lo artisticamente — paixão que inspirou, em distintas dimensões, a obra de Mário, Oswald, Bandeira, Drummond, Murilo, Jorge de Lima etc. Sérgio Buarque, aliás, pode ser considerado *o maior ensaísta do modernismo brasileiro*, coisa que, de resto, muitos de seus confrades já intuía na ocasião, inclusive Gilberto Freyre, o único que talvez pudesse rivalizar com ele, *mutatis mutandis*, em vastidão de perspectivas e qualidade estilística.

Sérgio e seus companheiros testemunhavam mudanças vertiginosas no Brasil e no mundo e estavam convencidos de que era preciso captar o seu sentido material e espiritual, tanto pela imaginação artística quanto pela investigação científica, para que não fôssemos meros espectadores do nosso próprio destino.

Resulta daí que o Brasil — a história política, social e econômica do Brasil, nossa etnografia e mitologia, a arte brasileira, a língua portuguesa do Brasil etc. — se justificasse plenamente como objeto de estudo individual e coletivo, pessoal e geracional, ponto de partida de uma sedutora, fascinante aventura científica e civil.

Esta acentuada paixão intelectual pelo Brasil nunca derivou, entretanto, para uma perspectiva mesquinhamente “nacionalista”. Sérgio Buarque nunca achou (como não achavam igualmente nossos grandes

poetas e romancistas) que o Brasil pudesse ser compreendido/explicado sem uma visão universal do processo histórico-cultural. Recusando-se a pensar o Brasil como mera cópia de segunda ou terceira categoria dos países centrais, cuja história local só existisse enquanto extensão, apêndice da história “geral” ou “central” — nem por isso Sérgio supunha que o Brasil pudesse ter uma explicação puramente autárquica. O seu mote poderia ser: compreender o mundo para compreender o Brasil e compreender o Brasil para compreender o mundo. Não apenas para compreender-nos a nós, mas para compreender o mundo de um ponto de vista de fato universal e não somente do ângulo hegemônico. O nosso lugar no mundo, o mundo em suas diferenças constitutivas (e que estupenda a intuição de Sérgio para captar as diferenças de fato constitutivas...). Dedicou-se justamente a investigar a consistência e a materialidade próprias da civilização brasileira no contexto da civilização ocidental.

Por isso mesmo, sempre pensou o nacional em uma perspectiva universalista. Pensou sempre o Brasil em relação com seus interlocutores econômicos, políticos, culturais, linguísticos etc. Sérgio sempre afirmou a possibilidade — e, mais que isso, a necessidade — de um projeto nacional soberano para o Brasil. Nunca achou que a consolidação da nacionalidade fosse uma questão arcaica ou superada, carente de sentido intelectual e político. Mas jamais cedeu à tentação do nacionalismo autárquico, puramente reativo, à ideia de um Brasil contra o mundo, que se definisse pelo avesso. A nossa identidade, vista como um processo, Sérgio sempre a perseguiu na relação criativa e não mimética do Brasil com o mundo, na capacidade que tivéssemos de autêntica invenção histórica.

A sua atitude intelectual básica sempre foi a de mobilizar todo o saber disponível no repertório humanístico e científico ocidental (aí incluído, naturalmente, o *nosso* saber acumulado) para melhor investigar o Brasil. Nunca aceitou a ideia de que fosse possível compreender o Brasil com instrumentos de investigação mais toscos ou rudimentares do que aqueles usados para estudar os países ditos avançados, de que o Brasil fosse menos complexo, exigindo um aparelho interpretativo menos sofisticado.

Exemplar dessa atitude é sua magnífica análise da obra de Cláudio Manoel da Costa em *Capítulos da literatura colonial*. Creio mesmo que poucas vezes o ensaísmo brasileiro chegou tão longe e tão alto.

Cláudio é estudado como um poeta tão complexo e de tanta espessura quanto os maiores europeus do seu tempo. Para consegui-lo, além do manejo minucioso dos textos do inconfidente, e de seu domínio do Brasil histórico-cultural, Sérgio mobiliza todo um vasto conhecimento da teoria e prática poética ocidental do período. Seria falso historicamente estudá-lo como um poeta em si, à revelia do contexto estético e filosófico ocidental, do qual se nutria como pão cotidiano. Assim como seria falso estudá-lo como simples conduto de modelos europeus. Sérgio busca justamente colher a sua tensa e contraditória dialética criativa entre local e universal, entre a sua *situação* brasileira (“desses penhascos fez a natureza o berço em que nasci”) e a sua inserção espiritual nas correntes estéticas e filosóficas do tempo. Se Cláudio dialogou permanentemente com Metastásio, o príncipe do arcadismo europeu, o estudo da poética do italiano é em certo sentido imprescindível para compreender a obra de Cláudio em toda a sua inteireza e... originalidade. Para compreender onde e quando Cláudio liberta-se e transcende os seus modelos — e torna-se Cláudio ele mesmo.

Do ponto de vista da vastidão de perspectivas, do aparato de cultura mobilizado, da prodigiosa capacidade de *análise* e da notável pertinência e relevância de suas *sínteses*, Sérgio nada fica a dever aos maiores historiadores ocidentais do século XX, a um Braudel, por exemplo, que o conheceu e respeitou. A diferença é que toda essa massa crítica, essa argúcia, essa genialidade, está a serviço da compreensão do Brasil, que ainda consideramos, consciente ou inconscientemente, um objeto de estudo de segunda categoria, incapaz por definição de ensejar um clássico do ensaísmo universal.

A personalidade intelectual de Sérgio é o exato oposto da ideia de que “para o Brasil até que está bom”. Sempre pretendeu alcançar o máximo, sempre foi um perfeccionista. Desde seus precoces artigos de juventude (aos 17 anos!) ele já coteja o nosso pensamento e a nossa criação literária, do ponto de vista do *rigor* e da *qualidade*, com aqueles da Europa e das outras Américas. Possível identidade própria, intelectual e política, nunca significou para ele inferior padrão de exigência qualitativa.

Outro aspecto muito importante — e atualíssimo — do legado ético-intelectual de Sérgio Buarque é a sua fortíssima convicção de que não há nem deve haver uma *disciplina-guia* na análise da sociedade,

um ramo das ciências superior aos demais, condicionante dos demais. Convicção de que a via multidisciplinar é a única adequada à compreensão integradora, não-exclusivista da realidade. A ideia parece óbvia mas, no dia a dia da vida intelectual, está longe de sê-lo. É bastante comum, apesar das ritualísticas profissões de fé em contrário, que a economia, por exemplo, ou a psicanálise — tal como a linguística, há 20 ou 30 anos, no auge da dogmática estruturalista — sejam erigidas em disciplinas-guia, cujo objeto seria o único e verdadeiro motor do real, relegando as outras disciplinas, os demais ramos do conhecimento, logo as outras dimensões *constitutivas* da realidade, a plano secundário ou a mero subproduto da “determinação” principal.

Achamos graça, compassivos, do velho naturalismo do século XIX — o meio físico, a raça e a família explicando todo e qualquer fenômeno espiritual, tudo sendo imputável aos malfadados três fatores — e dizemos ironicamente que, apesar de suas pretensões científicas, de sua retórica da objetividade etc., tudo aquilo não passava de pura metafísica — sem perceber, tantas vezes, que a mais avançada modernidade possui os mesmos cacoetes, absolutizando determinadas dimensões da realidade, erigindo-as arbitrariamente em motivador primeiro da vida humana, em depositário metafísico do seu sentido.

O caso da economia é paradigmático. Que o pensamento conservador e antidemocrático, apologista da desigualdade básica dos seres humanos, por isso mesmo refratário a qualquer igualitarismo, faça da economia a sua disciplina-guia, da “lógica” pura dos interesses materiais, e sobretudo do *poder* material, o fundamento de sua metafísica, é perfeitamente compreensível. O que não faz sentido, porém, é que o pensamento que se deseja democrático, libertário, logo necessariamente *transformador*, caia na armadilha da metafísica economicista, ignorando outras fontes de dinamismo do real, outras dimensões da vida, de modo algum redutíveis à pretensa racionalidade econômica — interesses ideais, contradições pré ou supraeconômicas, ou decididamente extraeconômicas, que são justamente aquelas que mais tensionam e subvertem o real dado, que mais apontam para a capacidade intrínseca de autotranscendência do real.

Sérgio não só ploteou mas praticou sempre a multidisciplinaridade, muito antes que esse desagradável neologismo fosse cunhado. História da vida material, história das representações mentais, análise das instituições políticas, estética, crítica literária — Sérgio foi mestre

em várias disciplinas, sem confinar-se a nenhuma delas. Trabalhou na fronteira entre diferentes disciplinas, não por modismo ou veleidade erudita, mas por acreditar que assim servia melhor à compreensão do objeto, por acreditar que nem sempre as especializações acadêmicas dão conta da dinâmica cambiante do real. Mas não foi impressionista nem diletante em nenhuma. Sérgio foi mais, não menos que um especialista em cada uma delas. Atingiu o máximo de rigor em cada ramo de investigação que praticou — e foi além, enriquecendo abordagens específicas com saberes complementares.

Se algumas de suas obras são enquadráveis com precisão em determinadas disciplinas acadêmicas, outras escapam a toda classificação fácil ou previsível. *Visão do Paraíso*, como se classificaria do ponto de vista acadêmico? E *Raízes do Brasil*, que tem muito, com certeza, de sociologia da cultura, outro tanto de história das mentalidades e costumes — mas possui igualmente uma vocação de filosofia social e política, sobretudo em seus capítulos finais? Em qualquer de suas obras, mesmo naquelas mais facilmente catalogáveis, Sérgio demonstra essa visão plural, prismática da realidade, que o faz avesso aos “princípios únicos” — logo, ao economicismo, ao psicologismo, ao culturalismo etc. —, sem contudo desqualificá-los, antes integrando-os criticamente, buscando a sua contraditória interpenetração, agregando pontos de vista e ângulos de abordagem diversos, sem demasiada pressa de atingir uma síntese interpretativa totalizante, sem demasiada volúpia de uma explicação final, inapelável, antes demorando-se o mais possível na exploração do particular, do pormenor específico, que pode descortinar, quem sabe, um surpreendente significado geral.

Tudo isso, no entanto, sem compactuar de modo algum com o ecletismo ou relativismo doutrinário. Sérgio integrava elementos compatíveis, metodologicamente coerentes. Buscava uma compreensão ampliada, enriquecida da realidade, jamais a sua diluição, como parece pretender o autoproclamado *pensiero debole* contemporâneo, em saberes axiologicamente esvaziados, nivelados por baixo, quando “todas as ideias se equivalem” e são todas, a rigor, permutáveis, já que o pensamento abdicou de buscar a verdade, mesmo que esta esteja, como sabemos, na linha do horizonte.

Daí decorre um novo aspecto fecundíssimo, aos meus olhos, da postura ético-intelectual de Sérgio: a sua concepção da teoria não

como um fim em si mesmo mas sempre a serviço da compreensão do mundo e de suas possíveis dinâmicas transformadoras. Há pouquíssima teorização explícita, desvinculada desse ou daquele objeto, na obra de Sérgio, o que não significa absolutamente que Sérgio fosse avesso à reflexão teórico-metodológica ou que a sua obra não se assente em sólidos fundamentos conceituais. Ao contrário, poucas obras na história da inteligência brasileira possuem tamanha coerência interna e racionalidade científica, poucas movem-se com tanta desenvoltura no cipoal filosófico da modernidade, aproveitando aquilo que interessa e afastando o que (mesmo notório ou charmoso) não é pertinente. A teoria, na obra de Sérgio, está a serviço de seu trabalho de investigação, ele a valoriza na medida em que ela permite captar os dinamismos estruturantes do real e desentranhar o seu potencial de “surpresa histórica”.

Nada menos próprio de Sérgio do que o acúmulo empirista de materiais brutos, por notáveis que sejam. Mas nele não há teoricismo. Não há, como hoje tanto se vê, superestimação da teoria em abstrato, à revelia de sua capacidade de compreender e explicar o mundo. Não há — e Sérgio com certeza o consideraria deserção do espírito, covardia da inteligência — qualquer absolutização da teoria, a teoria vista como um fim em si mesmo.

Provavelmente Sérgio foi um dos intelectuais do seu tempo mais informados sobre o pensamento mundial de vanguarda, inclusive aquele eminentemente teórico, relativo aos fundamentos do saber. Sérgio lia no original (quando pouquíssimos intelectuais brasileiros o faziam) também o alemão, o inglês, o italiano, além do canônico francês e do espanhol. No entanto, ao contrário de tantas inteligências de segunda ordem, sua recepção das ideias era sempre ativa, nunca passiva, sempre autônoma e crítica, nunca eivada de modismo ou subserviência intelectual. Sérgio jamais teve qualquer veleidade de *introduzir* fulano ou beltrano no Brasil, de ser o porta-voz tupiniquim desse ou daquele pensamento. Sérgio não tinha por que arvorar-se em embaixador ou propagandista do pensamento alheio pois pensava por conta própria, era possuidor de um pensamento verdadeiramente original, mesmo que nunca tenha querido sistematizá-lo em obras puramente teóricas nem se julgasse na obrigação de antepor a cada obra sua uma burocrática premissa gnoseológica.

Pode-se dizer que entre Sérgio e os grandes historiadores e pensadores socioculturais do século, o que havia era discreta mas inequívoca *paridade intelectual* (a mesma com que ele se defrontava com os nossos grandes narradores e poetas modernistas). Sérgio admira-os, às vezes de modo entusiástico, mas recusa a posição de inferioridade que adotam com frequência muitos críticos e professores; ele compartilha com os maiores criadores do pensamento e da imaginação a sua *capacidade inaugural*. Nas mãos de Sérgio, um texto de Lucien Febvre ou de Lima Barreto é examinado com a mesma argúcia e originalidade, com a mesma potencial inexauribilidade com que seus próprios autores o criaram.

Coerente com toda essa postura ético-intelectual é a escolha estilística de Sérgio, muito mais próxima do ensaio que do tratado, do comentário iluminador que do inventário erudito, não obstante a sua cultura enciclopédica. Ele não escreve apenas para seus pares mas para todo e qualquer leitor interessado, buscando engajá-lo — radicalmente — no processo que investiga e narra. Sua prosa — e que esforço expressivo ela não lhe terá custado! — é ágil, variada, intensa, resgatando a dimensão “dramática” do próprio objeto, seja ele um fato político, um fenômeno social ou uma obra literária. Ela é a um só tempo profunda e acessível, expondo argumentos complexos, tantas vezes sutis, de modo claro e atraente, sem prejuízo da exatidão científica. Com certeza, essa legibilidade fundamental muito deve à sua dupla condição de cientista e literato, ao seu permanente comércio, inclusive em períodos de estrito trabalho historiográfico, com a literatura e seus valores comunicativos.

Visão do Paraíso, sem ceder um milímetro em seu minucioso e quase obsessivo rigor, possui ao mesmo tempo uma fluidez narrativa impressionante, pode ser lido como um belíssimo romance. O passado, em Sérgio, não tem bolor, a não ser aquele inerente a certas instituições, personagens ou grupos sociais. A prosa de Sérgio, vocacionalmente democrática, vivifica, presentifica, sem nada esconder do leitor, nem os materiais de base nem a sua construção interpretativa. Ela não exige conhecimento especializado do tema, nada de essencial que esteja antes ou fora do texto que o leitor tem em mãos.

As obras de Sérgio Buarque de Holanda*

A lista a seguir traz todos os livros de Sérgio Buarque de Holanda, inclusive os publicados após a sua morte, em 1982. São citadas sempre a 1ª edição e a edição mais recente.

Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial. Revisão crítica por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1952-1953. 2 vols.

Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial. São Paulo, Perspectiva, 1979. XI, 512 p.

Caminhos e fronteiras. Edição ilustrada. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, 7 f. prel., IX, 334 p., ilustr., map. desp. (Documentos Brasileiros, 89).

* Fonte: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. — São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

- Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, 328 p.
- Cobra de vidro*. [São Paulo], Martins Ed., [1944], 121 p., 1 f. inum. (Mosaico, 5).
- Cobra de vidro*. [São Paulo,] Perspectiva, [1978], 194 p. (Debates, 156).
- Elementos básicos da nacionalidade – O homem*. Rio de Janeiro. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra, 1967. III (+ 1), 23 p. (Reservado C1 - 10 - 67).
- Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII*. São Paulo. Ed. Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP, 1948. 23 p., 3 f. inum. mimeogr. (Publicações do Instituto de Administração, 29).
- O espírito e a letra: estudos de crítica literária I, 1920 – 1947*. Organizador: Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 409 p.
- O espírito e a letra: estudos de crítica literária II, 1948 – 1959*. Organizador: Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 679 p.
- O extremo oeste*. São Paulo, Brasiliense & Secretaria de Estado da Cultura, 1986. 172 (+ 1) p., facs.
- Imperial Brazil*. Pirelli Calendar for 1973. São Paulo, Padilla Indústrias Gráficas S.A., 1972. 6 f. de calendário com fotografias coloridas, e 8 f. de textos com fotos.
- Livro dos prefácios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 432 p.
- Monções*. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1945. 255 p., ilustr., map. (Estudos Brasileiros, Série A, nº 3).
- Monções*. São Paulo, Brasiliense, 1990, 328 p.
- Raízes do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. IX, 176, 2 p. (Coleção Documentos Brasileiros, 1). Lançado em outubro de 1936.
- Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 224 p.
- O semeador e o ladrilhador*. São Paulo. Laboratório de Artes Gráficas

da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1972. 1 f. prel, 17 p, 1 f. pr., 13 p. 31cm. Apostilas mimeografadas. Extraído de *Raízes do Brasil*, 1956, p. 123-195, para servir de texto básico na disciplina optativa “História da técnica no Brasil”.

Sérgio Buarque de Holanda: história. Organizadora: Maria Odila Leite da Silva Dias. São Paulo, Editora Ática, 1985. 208 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51).

Tentativas de mitologia. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979. 284 p.

Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Tese apresentada em concurso para provimento da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, [Saraiva], 1958. 3fls. Prel, 382 p. 1f. in.
Esta primeira edição, fora do comércio, contém muitos erros.

Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. 5 f. prel. 412 p. (Documentos brasileiros, 107). Esta é a primeira edição comercial.

Visão do Paraíso. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, 368 p.

OBRAS EM PARCERIA:

Brasil. Álbum de gravuras por Lívio Abramo, Maria Bonomi e João Luiz Chaves. São Paulo, Editora Gravura, 1961. 17 p. 5 lâminas, 4 color. 50x33 cm.
Lâminas soltas. “...Os textos foram coligidos pelo professor Sérgio Buarque de Holanda (da Academia Paulista de Letras)...”

História da civilização: área de estudos sociais. Por ... e outros. Ilustrações de Antonio Celso Sparapan e outros. São Paulo, Editora Nacional, 1974. 282 p., ilustr. (Coleção Sérgio Buarque de Holanda).
Livro de texto para as 7ª e 8ª séries do 1º grau.
Desta edição foi feita uma em braille pela Fundação do Livro do Cego no Brasil, em 4 vols. (Coleção Sérgio Buarque de Holanda).

História da civilização: área de estudos sociais. Por... e outros. 8ª ed. São Paulo. Editora Nacional, 1980. 288 p., ilustr. 26 cm (Coleção

Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil

Sérgio Buarque de Holanda).

Para 7ª e 8ª séries do 1º grau.

História do Brasil. (3ª série, de acordo com o programa oficial). Rio de Janeiro, José Olympio, 1944. 251 p. (O livro escolar brasileiro. Curso Secundário (Ciclo Ginasial), nº 2).

Obra em parceria com Otávio Tarquínio de Souza.

História do Brasil. Curso Moderno – Área de Estudos Sociais. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971-1972, 2 vols., ilustr. (Coleção Sérgio Buarque de Holanda).

História do Brasil: estudos sociais. Ensino de 1º grau por Sérgio Buarque de Holanda/ e outros/. 3ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo, Ed. Nacional, 1974, 154 p., ilustr. (Coleção Sérgio Buarque de Holanda).

História do Brasil: ensino do 1º grau. / Sérgio Buarque de Holanda et al. / São Paulo, Editora Nacional, 1979. 2 vols. ilustr. 26 cm. (Coleção Sérgio Buarque de Holanda).

v.1.: 6ª ed.; v.2: 5ª ed.

Sérgio Buarque de Holanda tem a 6ª ed. do v. 2, que é de 1980.

História geral da civilização brasileira. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1960-1977. 9 vols. Os volumes de 1 a 7 foram publicados sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, assistido por Pedro Moacyr Campos, enquanto os dois últimos sob a de Boris Fausto.

Vale do Paraíba, velhas fazendas. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo (1973). 172 p., des.

Vale do Paraíba, velhas fazendas, por Tom Maia e Sérgio Buarque de Holanda... 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. 172 p. ilustr. ests.

Cartas de
Sérgio Buarque de Holanda
para
Mário de Andrade*

* Publicadas mediante autorização de D. Maria Amélia Buarque de Holanda, a quem agradecemos a gentileza. A ortografia das cartas foi atualizada, mas todas as outras características do original foram mantidas. (N.E.)

Fonte: Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil

Caro Mário

Recebi sua carta respondendo à remessa do nº da “Vanity Fair” que lhe prometi. Era minha intenção escrever-lhe no dia mesmo em que enviei o número da revista. Infelizmente porém, ando com o tempo de tal forma tomado que só hoje escrevo. Mando também o artigo e poesias que prometi. Peço porém que, se quiser publicar as do Ribeiro Couto mande pedir diretamente a ele pois mandei uma cópia sem sua autorização. Ele anda muito esquisito agora e disse-me que só enviaria se lhe pedissem diretamente. Atribuo isso a sua moléstia, pois ele foi agora para Petrópolis depois de uma congestão pulmonar que o acabrunhou muito. Mando também uma poesia do Murillo Araújo que ia para a minha revista. Tem o grande defeito de ser soneto. Em todo o caso fica a seu critério a publicação.

Espero com ansiedade *Klaxon*. Falei com o livreiro Schettino à rua Sachet para recebê-la em consignação. Ele exige 30% do lucro da venda encarregando-se de distribuir pelas livrarias. Serve? Responda logo.

Os exemplares do 1º número se já não foram enviados pode mandar diretamente a mim.

Ao contrário de minha expectativa e da de todos só pude por agora conseguir pouquíssimos assinantes. Tenho porém inúmeras promessas. Espero a realização destas para enviar todo o dinheiro. Pode enviar a revista às seguintes pessoas que assinaram:

Graça Aranha – Hotel dos Estrangeiros (fica até dezembro)

Cláudio Gomes – Red. do Fon Fon

Rodrigo Otávio Fº – R. S. Pedro, 48

Oswaldo Beresford (6 meses) – Red. do “Dia”

O Graça Aranha manda dizer que depois de um longo silêncio na Academia, falou para defender os nossos direitos. O Afranio Peixoto falava sobre o monumento a Machado de Assis [e] lembrou “os dois maiores escultores brasileiros, Bernardelli e Correia Lima”. O Graça perguntou em aparte: “E porque não Brecheret?” O João Ribeiro perguntou “Quem é Brecheret?” Ele respondeu: “Não conhece? Lamento.”

Aceite com os amigos daí um grande abraço do

Sérgio B. Hollanda

PS: Perdi o seu cartão com o endereço do Luiz Aranha escrito no verso. O Di forneceu-me o seu endereço. Mando pois os “Poemas Elásticos” para o seu endereço.

S.

(1922)

3
 I-MA
 CPL-44

MA-C. CPL-1852
2

Caro Mário

Recebi sua carta respeitosa e
 mensagem de n.º de "Variety Fair"
 que lhe prometti. Era minha in-
 tençaõ escrever-lhe no dia seguinte
 mas por motivo o numero de re-
 vista infelizmente pouco, ando
 com o tempo de tal forma tomado
 que no hoje escrevo. Haudo tam-
 bem o autoys e poemas que pro-
 metti. Para pouco mais, se quiser
 publicar as de Rubem Braga man-
 de pedir directamente a elle pois
 mandei uma copia sem me auto-
 riscar. Elle anda mto. esquivado
 agora e disse-me que co' escrevo:

ria se lhe pediram directamente. At-
tribuo isso a uma molestia, pois
elle foi agora para Petropolis depois
de uma conjunctão pulmonar que
o acabou por certo. Mandei tambem
um ~~retrato~~ ^{retrato} de Minillo Acunjo
que ia para a minha revista.
Tem o grande defecto de ser covado.
Em todo o caso fica a seu interesse
e publicação.

Espero com ansiedade "Klayon".
Fallei com o livreiro Scheltens a
uma Sachet para receber a sua
contribuição. Elle exige 30%
AA 14 do lucro de venda em

MA-C-071

2

camyando: se de distribuir pelas
 livrarias. Luce? Responda logo.
 Os exemplares do 1.º ao 10.º se
 já não foram enviados pode
 mandar diretamente a mim.
 As contas de unidades
 expectativa e de de todo se pode
 por agora conseguir fornecimento
 amigáveis. Tenho porém in-
 numeras promessas. Espero
 a realização destas para enviar
 todo o dinheiro. Pode enviar
 a revista às seguintes pessoas
 que assinaram:
 Praça Grande - Hotel da Estação
 1.ª e 2.ª de Dezembro

Mário amigo,

é inútil tentar justificar a minha atitude pra com você. Se não tenho respondido às cartas que v. me escreve não é por falta de tempo nem por falta de coragem. Você sabe muito bem que também não é por falta de amizade. O Prudente* é testemunha de que a amizade que eu sinto por você e a confiança que tenho em tudo que v. faz são muito sinceras e v. deve saber disso por ele. Tudo quanto v. escreveu a ele sobre meu artigo na *Estética* merece uma resposta um pouco longa e eu me comprometo a dar ela logo que possa com bastante vagar. Acredito que v. tenha razão em muitas coisas (p. ex. em tudo quanto escreve sobre o mal da *sutiliza* – Gongora, Laforgue etc...), mas penso que principalmente v. erra. Isso porque v. talvez tenha dado à última frase do “Perspectivas” uma importância que ela não tem. Não sou cético nem pessimista. Mas não é impossível que do seu ponto de vista seja um bocadinho dessas duas coisas. A verdade é que não creio na “ vaidade de todas as coisas” senão como uma das atitudes possíveis neste mundo. De fato, não é a minha atitude. Ou melhor não é minha atitude *permanente*. Ao contrário quero aceitar a realidade cotidiana tal como é, embora pense que ela vale principalmente pelo que contém de promessa. Tudo isso, v. vê está muito longe do super-realismo. Não nego, entretanto, que ele tenha exercido sobre mim uma grande influência e mais tarde hei de escrever minuciosamente sobre o assunto a você. Acho que tudo quanto v. me escrever será muito bom para mim. Imagino que v. deva ter passado um pouco por uma experiência semelhante à que me trouxe ao meu atual estado de espírito. De qualquer modo a sua influência me fará bem: tenho fé nisso. O interesse que v. demonstra por mim me sensibilizou muito, mas a sua confiança nas minhas capacidades é absurda e me envergonha. Não sei se poderei fazer muito mais do que tenho feito. Em todo o caso não desespere. Por enquanto isso que te mando dizer é bastante. E até a semana que vem,

Sérgio

PS: Minha nova residência: rua dos Gitys, 6

(02/12/25)

* Prudente de Moraes, neto

3
I-MA
CPL-32

MA-C. CPL. 357

1

Mario amigo,

é inútil tentar justificar a minha atitude pra com você. Si não tenho respondido às cartas que v. me escreve não é por falta de tempo nem por falta de coragem. Você sabe muito bem que também não é por falta de amizade. O Prudente é testemunha de que ~~minha e sua~~ a amizade que eu sinto por você e a confiança que tenho em tudo que v. faz não muito sinceras e v. deve saber disso por ele. Tanto quanto v. escreveu a ele sobre meu artigo na Estetica me receve uma resposta um pouco longa e eu me comprometo a dar ela logo que possa com bastante vagar. Acredito que v. tenha razão em muitas cousas (p. ex. ^(em) tudo quanto escreve sobre o mal da subtileza - Gongora, Laforgue etc...), mas penso que principalmente v. erra. Isso porque v. talvez tenha dado á ultima frase do "Perspectivas" uma importancia que ela não tem. Não sou sceptico nem pessimista. Mas não é impossivel que do seu ponto de vista seja um bocadinho dessas duas cousas. A verdade é que não creio na " vaidade de todas as cousas " se não como uma das atitudes possiveis neste mundo. De facto, não é a minha atitude. Ou melhor não é minha atitude permanente. Ao contrario quero aceitar a realidade quotidiana tal como é, ~~mas~~ embora pense que ela vale principal mente pelo que contem da promessa. Tudo isso, você ~~está~~ ^{está} muito longe do superrealismo. Não nego, entretanto, que ele tenha exercido sobre mim uma grande influencia e ~~mais tarde~~ ^{mais tarde} hei de escrever ~~isso~~ minuciosamente sobre o assunto a você. Acho que tudo quanto v. me escrever ser a muito bom para

2.

Imagino que v. deva ter passado um pouco por uma experiência semelhante á que me trouxe ao meu actual estado de espirito. De qualquer modo a sua influencia me fará bem: tenho fé nisso. O interesse que v. demonstra por mim me sensibilizou muito, mas a sua confiança nas minhas capacidades é absurda e me envergonha: Não sei se poderei fazer muito mais do que tenho feito. Em todo o caso não desejo. Por enquanto isso que te mando dizer é bastante. E até á semana que vem,

Syr.



B = minha nova residencia

Rua do Oitavo n.º 6

(49)

4-13-14-16-32-33-40-54-55-58
 8-182-195-199-199-199-199-199
 205-207-210-211-212-214-219-221-
 225-229-232-234-234-234-234-234-234
 241-243-243-243-243

Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil

Rio, 10/05/1931

Mário amigo,

Vai aí a colaboração prometida para a *Revista Nova**. Não sei se agradará, mas é o que posso mandar no momento. A mim, na verdade, não me satisfaz muito esse exercício de ficção, salvo na sua parte final. Foi composto em Berlim em fins do ano atrasado. Refi-lo depois, linha por linha, durante a viagem de volta e aqui no Rio. Mas, por outro lado, sinto-me no momento inteiramente incapacitado para retomar o assunto. A gente não volta a Pasárgada quando quer, como voltam as pombas aos pombais. Seria preciso que eu tornasse a escrever tudo, sem ver o texto atual, escrever com mais fluência e abandono. Com tudo aquilo que você consegue tão espontaneamente nos seu *Poemas da Amiga*, por exemplo. Não sei se porque conhecia quase todo o resto do Remate de Males, mas o certo é que eles (os Poemas à Amiga) me encantaram mais de tudo. Admiro muito essa sua capacidade de renovação constante, renovação sem descontinuidade (como é por exemplo, o caso do Ronald**), portanto sem artifício.

Não sei se está certo quando imagino que você consegue espontaneamente realizar aquelas coisas deliciosas. Não que exalte em tese a espontaneidade – essa exaltação parece-me até ser o grande defeito dos escritores brasileiros – mas porque não vejo vantagem nem felicidade em nenhuma das alterações que você faz em seus poemas. É possível que se trate de uma ilusão de ótica de minha parte mas veio-me essa impressão comparando imparcialmente a versão atual das *Damas* com a que saiu em Estética. Sinto que você violou um direito. As *Damas* já não pertenciam mais a você para tratá-las com essa sem-cerimônia. Diante disso receio às vezes que você venha a tornar-se por acaso um católico apostólico romano ultramontano tomista, legionário, partidário do Ensino Religioso, revolte-se com o Tristão contra o que ele chama o laicismo de nossa política e depois de todas essas coisas lamentáveis resolva, por coerência, publicar o *Macunaíma* expurgado, para uso das excelentíssimas famílias dos ilustres funcionários públicos desta imaculada República Nova que Deus Santíssimo guarde para os séculos dos séculos amém.

É o estilo da época. E você que está livre dessas besteiras aceite um abraço afetuoso do sempre seu

Sérgio

Endereço: Rua Maria Angelica, 39 – Jardim Botânico

* Trata-se do conto "Viagem a Nápoles", que foi publicado na *Revista Nova*, v. 1, nº 4, 15 dez. 1981.

** Ronald de Carvalho.

33
 I.F.
 CP-85

Rio, 10/1/1931

M. C. C. R. S. M. D.

Muito amigo

Vai ali a colaboração prometida de parte a Revista Nova. Não sei se se adequa, mas é o que posso mandar no momento. A mim, na verdade, não me sobry muito esse exercício de prosa, salvo na sua parte final. Foi como foi em Berlim um par de anos atacad. Repil-o depois, linha por linha, diante a viagem de volta e aqui no Rio. Mas, por outro lado, sinto-me no momento inteiramente incapaz para retomar o assumpto. A gente não volta a Parangaba grande que, como voltam as pontas as foubas. Seria preciso pra se tomara a escrever tudo, ~~mas~~ não sei o texto actual, escrever com mais fluencia e abandono. Com tudo aquillo que voce começou tão espontaneamente nos seus Poesmas de Suiza, por exemplo. Não sei se fosse comeca praí tod o resto do Remate da Suiza mas é certo e que elles, ^(os Poemas de Suiza) me encantaram mais de

tem. Admito muito mais uma ca-
pacidade de renovação constante, re-
novação sem descontinuidade (como é
por exemplo, o caso de Ronald), por-
tanto um artifício.

Há em si esta certa grandeza
imagina que você consegue exprimir
naturalmente aquelas coisas
deliciosas. Não que exalte em the-
se a espontaneidade - esta exaltação
parece-me até, ser o grande defeito
do escritor brasileiro - mas fosse
que não seja satisfatório para quem
felicidade em nenhuma das altera-
ções que você faz em seus poemas.
É possível que se trate de uma
ilusão de óptica de alguma parte
mas veja-me em algumas impressões com
parando imparcialmente a versão
actual dos Danças com a que saíam
em Estética. Sinto que você violou
um direito. ~~Porém na sua~~
Os Danças já não pertenciam
mais a você para tratá-los com
na sinceridade. Recante de
receio às vezes que você venha a

3. M. C. 101, 1950

tora-se por acaso um catho-
 lico apostolico romano ultramoun-
 tano thomista, legionario, parti-
 dario de Euzio Religioso, revolte-
 se em o Tristão contra o que
 elle chama o laicismo de nova
 politica e depois de todas essas
 coisas lamentaveis resolve, por
 coherencia, publicar o Inacuraci-
 ma expurgado, para ser das
 excellentissimas familias do illus-
 tres funcionarios publicos desta
 immaculada Republica Nova que
 Deus Santissimo guarde para
 os seculos dos seculos amen
 E' o estilo da epoca. E vai
 que esta com duas botellas
 acinte em abraço affectuoso
 de sempre em

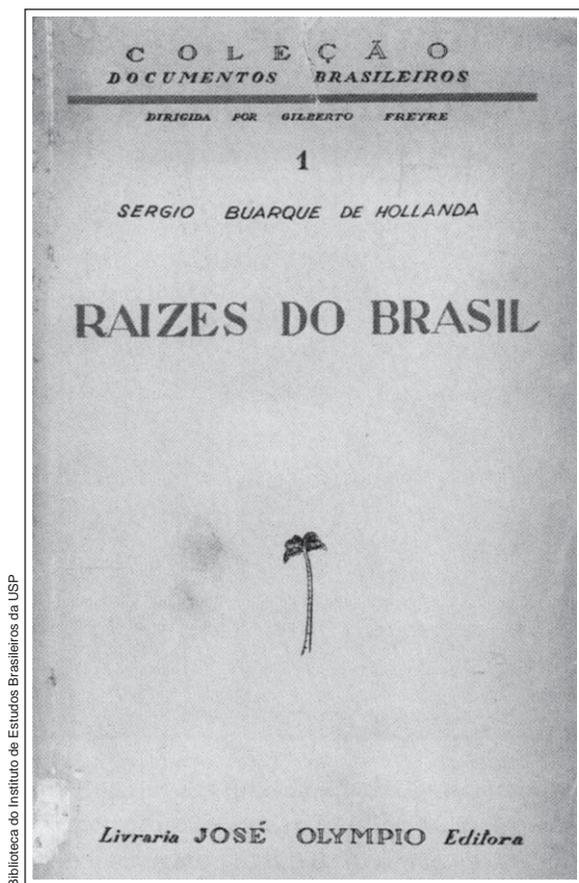
Sergio

Endereço: Rua Maria Auxiliadora 33
 Jardim Botânico

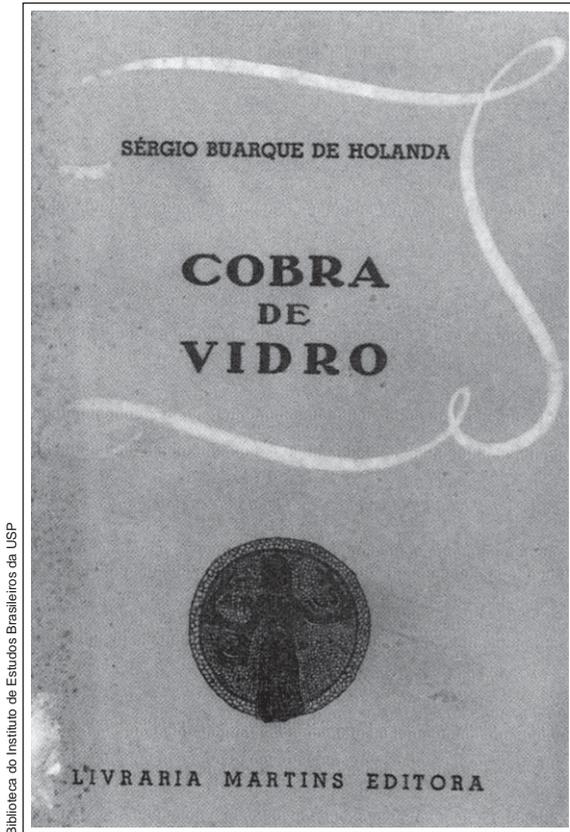


Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond, Prudente de Moraes, neto (discursando) e Rodrigo Melo Franco de Andrade em homenagem a Mário de Andrade (maio de 1945)

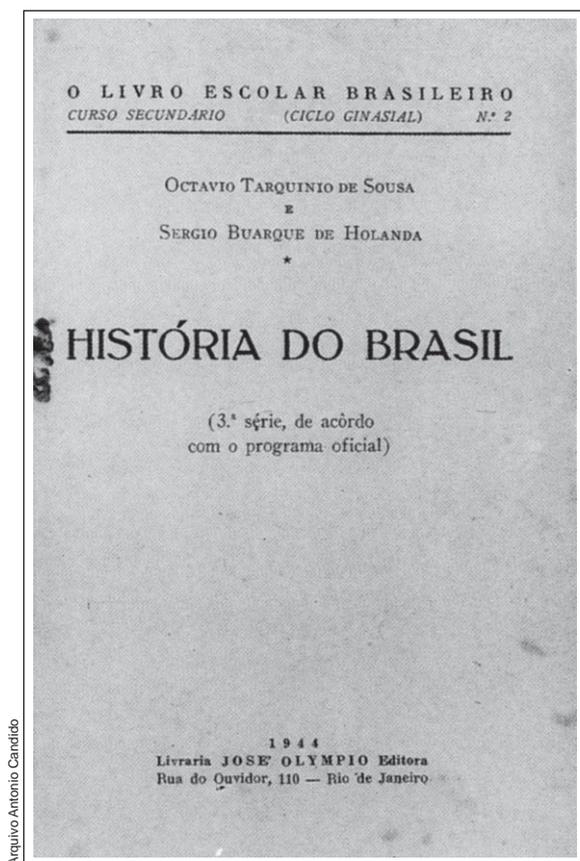
Fac-símiles de capas de
primeiras edições
de obras de
Sérgio Buarque de Holanda



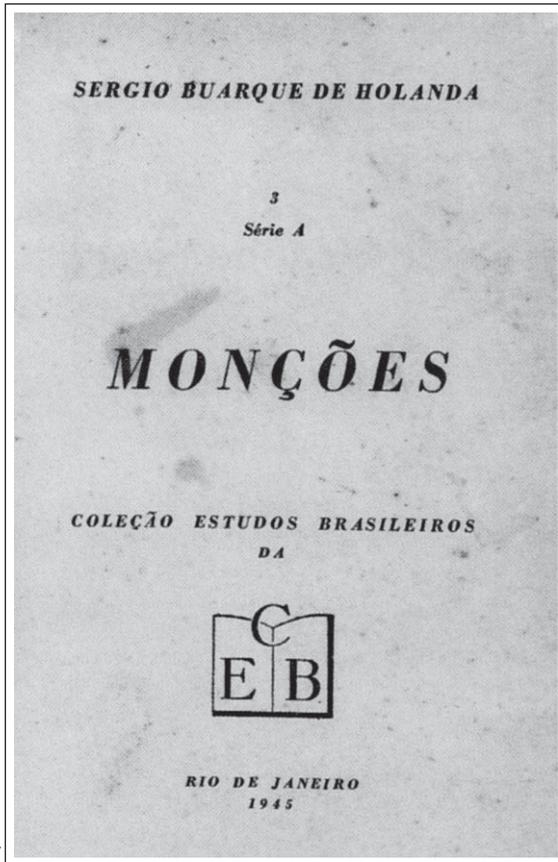
Raízes do Brasil, 1ª edição, 1936



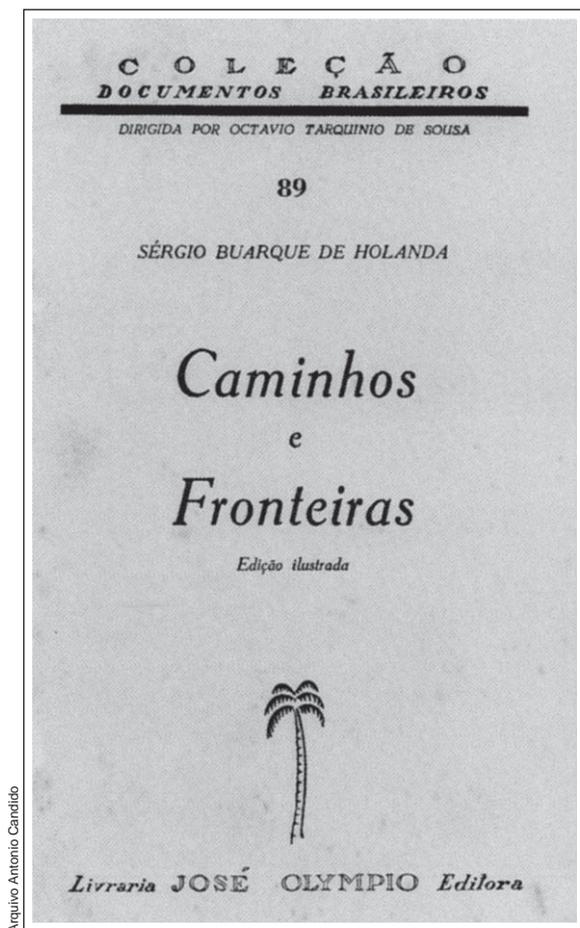
Cobra de vidro, 1ª edição, 1944



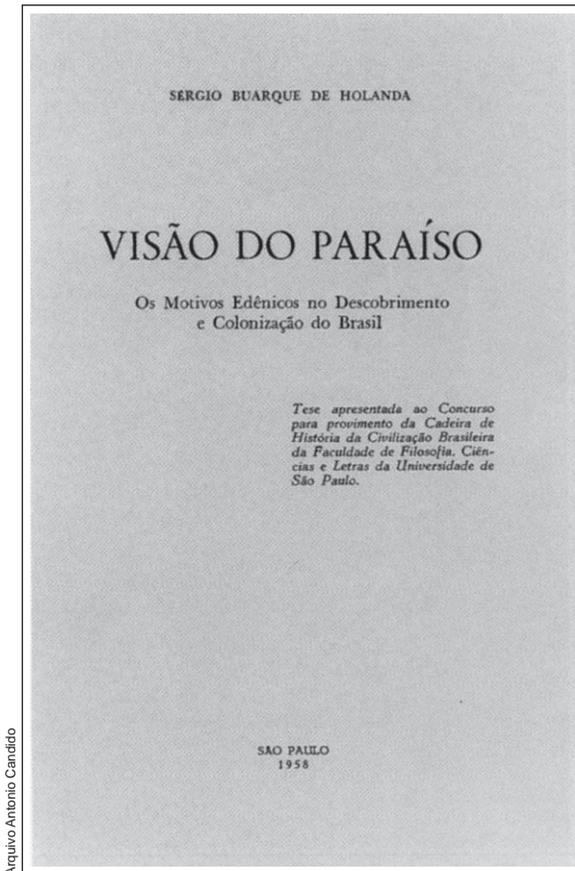
História do Brasil, 1ª edição, 1944



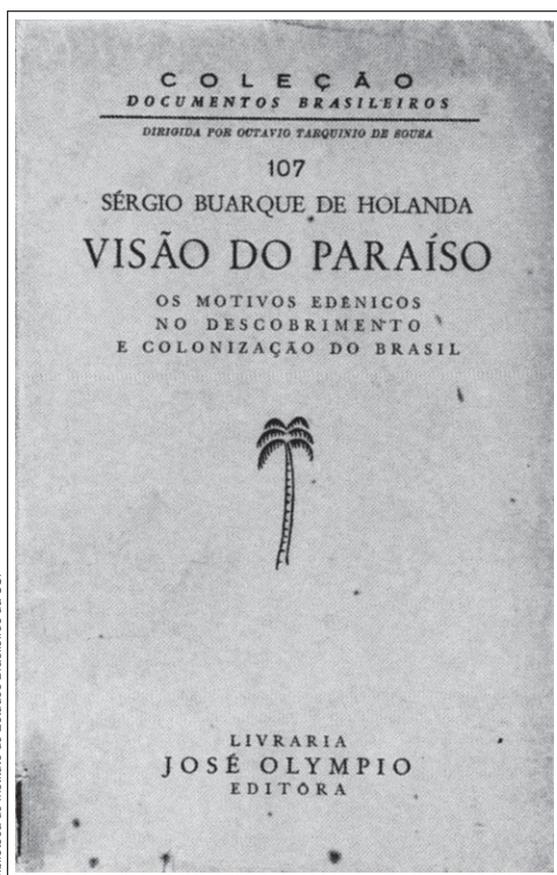
Monções, 1ª edição, 1945



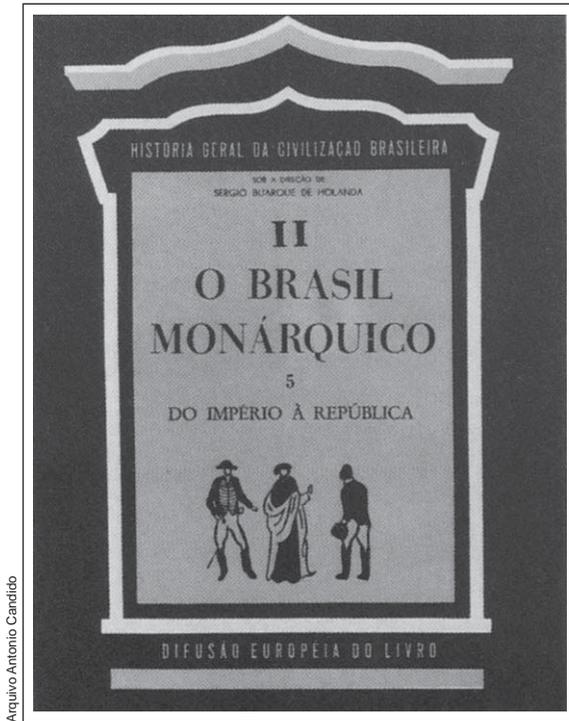
Caminhos e fronteiras, 1ª edição, 1957



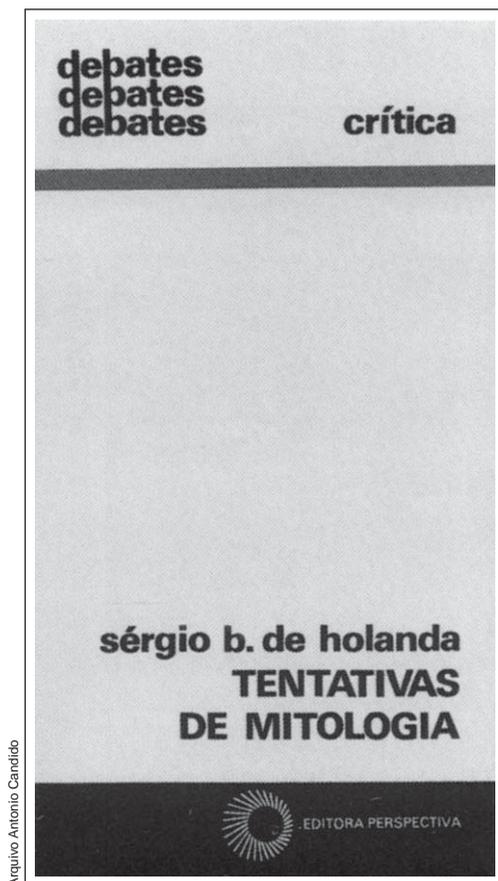
Visão do Paraíso, tese, 1958



Visão do Paraíso, 1ª edição, 1959

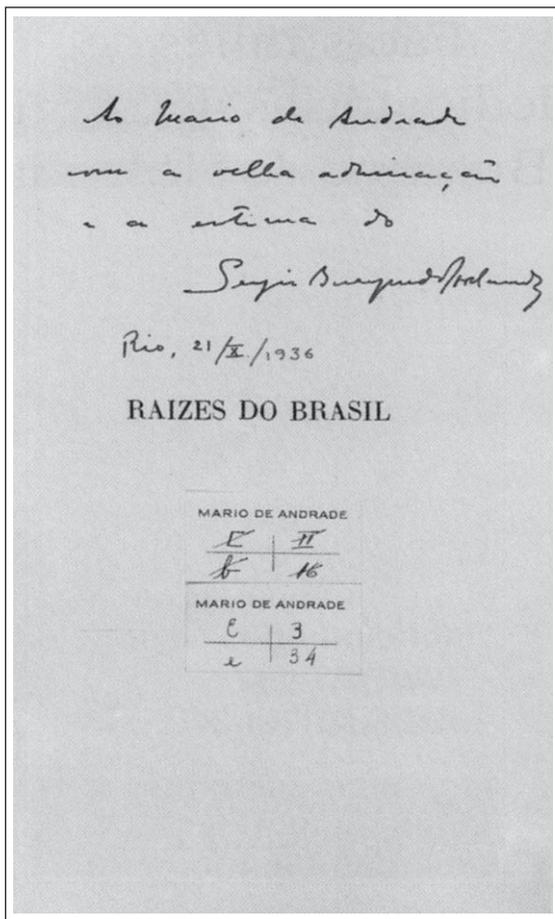


História geral da civilização brasileira, v. II, 1ª edição, 1972



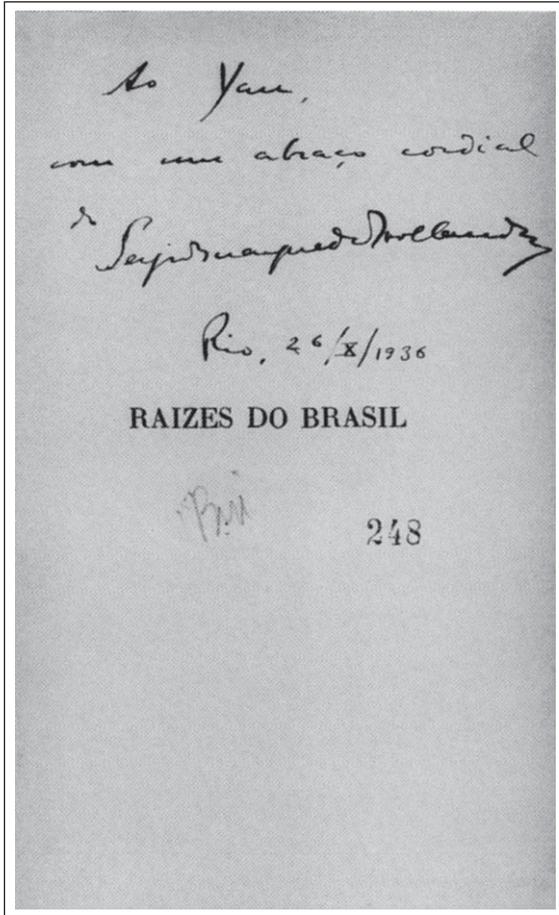
Tentativas de mitologias, 1ª edição, 1979

Fac-símiles de
dedicatórias de Sérgio
Buarque de Holanda



Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP

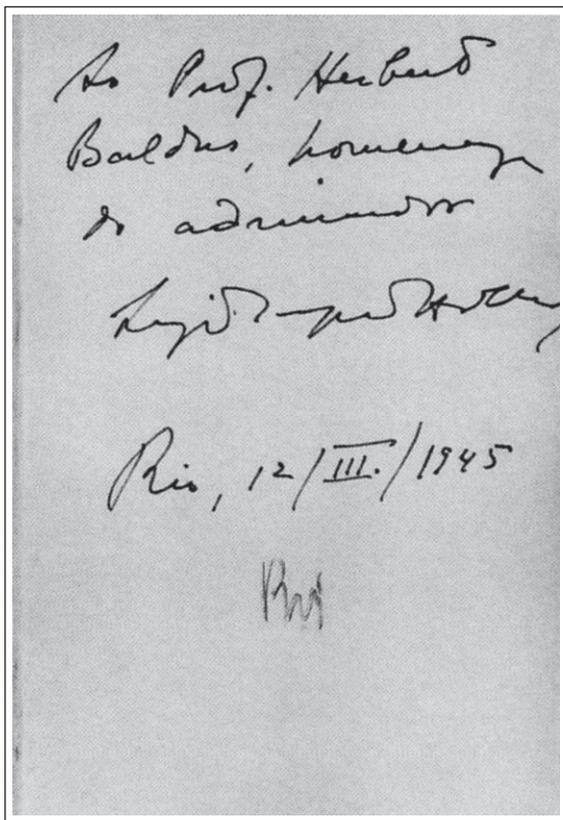
Dedicatória para Mário de Andrade, 21/10/36



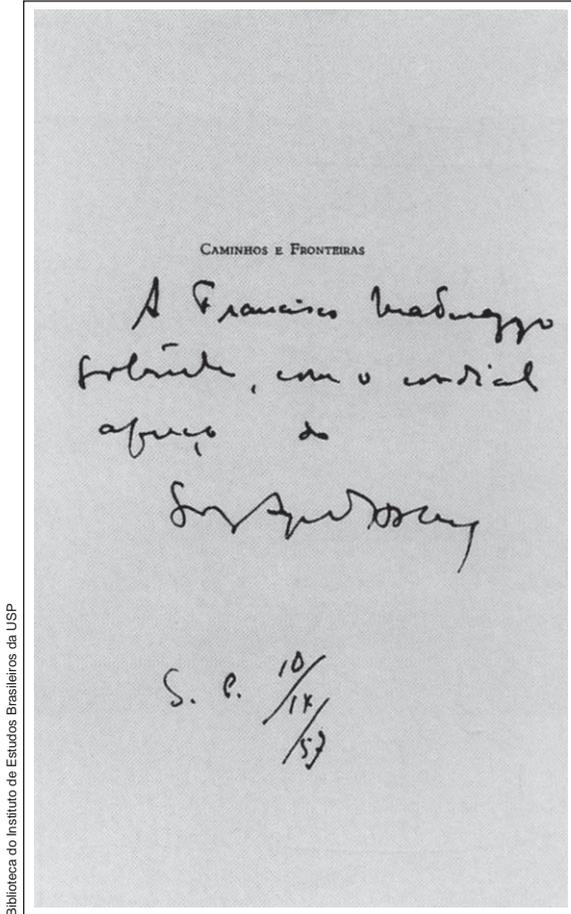
Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Dedicatória para Yan de Almeida Prado, 26/10/36

Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP



Dedicatória para Herbert Baldus, 12/03/45



Dedicatória para Francisco Matarazzo Sobrinho, 10/09/57

VISÃO DO PARAÍSO

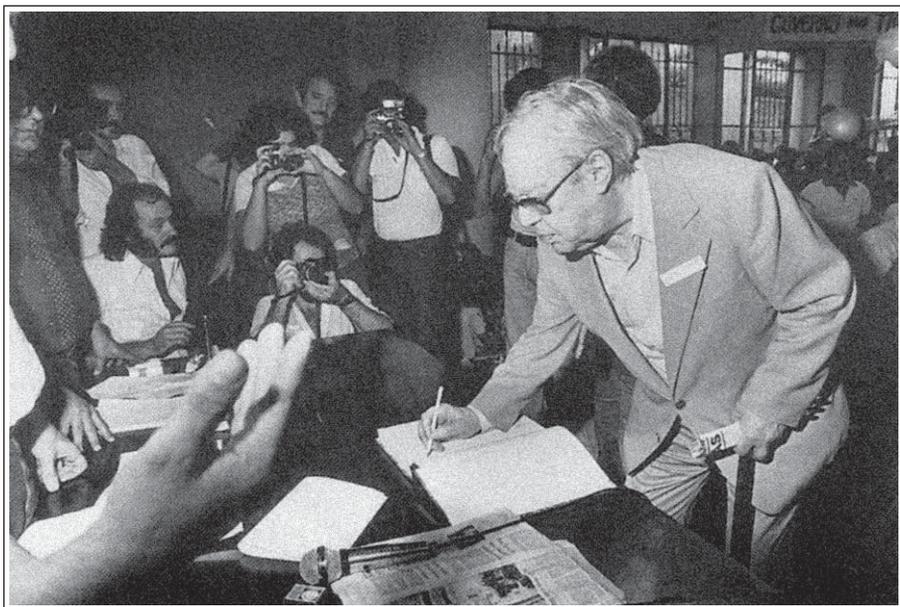
Para Gilda e Antonio
Candido (além de sempre
agora também meu com-
plice em Revisões de Baccil),
este Paradise Revisited, com
muitas lembranças e abra-
ços de Adão, Eva, e

Sérgio

S. Paulo, 4 de Julho de 1969

Arquivo Antonio Candido

Dedicatória para Antonio Candido e
Gilda de Mello e Souza, 04/07/69



Sérgio Buarque de Holanda assina a ata de fundação
do Partido dos Trabalhadores
no Colégio Sion, em São Paulo (10/02/80)

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 — São Paulo — SP
Fone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br

A 3ª reimpressão de *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil* foi realizada na cidade de São Paulo em agosto de 2012 pela a definir para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 7.000 exemplares. O texto do livro foi composto em Times New Roman no corpo 10/13,5/110%. A capa foi impressa em papel Cartão Super 6 300g; o miolo foi impresso em Pólen Soft 80g.

“**P**ara estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.”

Sérgio Buarque de Holanda